

FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

22 (1) jan./jul., 2020

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E
LINGUÍSTICA
PORTUGUESA

22(1) jan./jul., 2020

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo, Brasil*

Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo, Brasil*

Flaviane Romani Fernandes Svartman, *Universidade de São Paulo*

Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*

Bertrand Daunay, *Université de Lille, França*

Esperança Carneira, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*

Fabiana Cristina Komesu, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*

Françoise Boch, *Université de Grenoble Les Alpes, França*

Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra, Portugal*

João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*

Juliana Alves Assis, *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*

Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*

Luciani Ester Tenani, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*

Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora, Portugal*

Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*

Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa, Portugal*

Marina Vigário, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Marisa Cruz, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Mary Kato, *Universidade de Campinas*

Raquel Salek Fiad, *Universidade de Campinas*

Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*

Sónia Frota, *Universidade de Lisboa, Portugal*

Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*

Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*

Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*

Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2020 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa, Volume 22, Número 1

Sumário

Apresentação

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa, Flaviane Romani
Fernandes Svartman
7-8

*O caderno Harmonielehre | III | Skizzen e a primeira campanha de escrita de Os
Degraus do Parnaso, de M. S. Lourenço*

João Dionísio
9-20

*Lições sobre a sintaxe histórica do infinitivo português: infinitivo subjetivo, adnominal,
preposicional, substantivado*

Marcos Martinho
21-39

Variantes sociolinguísticas e a posteriorização das fricativas vozeadas em Alagoas

Eliane Vitorino de Moura Oliveira, Marcleya Thaynara Ribeiro dos Santos
41-53

*Um estudo construcional da microconstrução intensificadora “[x] pra caramba” no
português brasileiro*

Ana Ligia Scaldelai-Salles, Edson Rosa Francisco de Souza
55-79

Ocorrências de anáforas encapsuladoras em redações do Enem

Roberlei Alves Bertucci, Andréa Jacqueline Malheiros, Wanderlei de Souza Lopes
81-102

*Discourse markers in English and European Portuguese translations: establishing
functional equivalents and types of omission*

Milana A. Morozova
103-121

As ideias linguísticas e pedagógicas da primeira gramática feminina em Portugal
(Francisca de Chantal Álvares, 1786)

Lívia de Melo

123-136

Resenha

Collin de Plancy, Jacques Albin Simon. Dicionário Infernal: repertório universal. São Paulo, Edusp, 2019

Marcelo Módolo, Fábio Garcia Dias

137-140

Apresentação

O volume 22, n.º 1, da revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, que ora vem a público, traz artigos sobre diferentes campos de interesse no âmbito da Filologia e da Linguística. Os temas abordados distribuem-se por campos tão diversos como a crítica textual, a gramática histórica, a sociolinguística, a morfossintaxe, a análise do discurso e a historiografia linguística.

O volume abre-se com o artigo intitulado *O caderno Harmonielehre | III | Skizzen e a primeira campanha de escrita de Os Degraus do Parnaso, de M. S. Lourenço*. O autor, João Dionísio, parte da crítica textual prescritiva e descritiva para refletir sobre o processo de escrita e de revisão, em uma abordagem conjugada da empaginação e dos instrumentos escríptórios. O testemunho analisado é um caderno que conserva as primeiras redações de nove ensaios integrados em *Os Degraus do Parnaso*, que constitui a obra mais conhecida do escritor e filósofo português M. S. Lourenço (1936-2009).

Na sequência, o artigo de Marcos Martinho apresenta *Lições sobre a sintaxe histórica do infinitivo português: infinitivo subjetivo, adnominal, preposicional, substantivado*. O autor expõe a sintaxe histórica do infinitivo subjetivo, adnominal, preposicional e substantivado do português, a partir da sintaxe histórica do infinitivo latino. Além de fazer uma minuciosa exposição histórica dos diferentes tipos de infinitivo, o autor trata, em particular, do modo como essas espécies de infinitivo são empregadas no latim e no português escrito.

O terceiro artigo do volume examina as *Variantes sociolinguísticas e a posteriorização das fricativas vozeadas em Alagoas*. As autoras, Eliane Vitorino de Moura Oliveira e Marcleya Thaynara Ribeiro dos Santos, estudam a troca das fricativas vozeadas labiodental [v], alveolar [z] e palatal [ʒ] pela fricativa glotal [ɦ] na variedade do português praticado em Alagoas. Com base na Sociolinguística Variacionista, analisa-se a influência de fatores linguísticos e extralinguísticos na ocorrência da posteriorização das fricativas vozeadas labiodental [v], alveolar [z] e palatal [ʒ], para a fricativa glotal [ɦ]. O objetivo é traçar um perfil sociolinguístico do falante que pratica essa variedade em Alagoas. Os resultados mostram que a nasalização influencia a posteriorização e que há tendência maior de o fenômeno ocorrer na fala de pessoas do sexo masculino, nascidas e criadas na zona rural.

Por meio de *Um estudo construcional da microconstrução intensificadora “[x] pra caramba]” no português brasileiro*, Ana Ligia Scaldelai Salles e Edson Rosa Francisco de Souza analisam, com base nos pressupostos teóricos da abordagem construcional, a microconstrução intensificadora *[[X] pra caramba]*, no português brasileiro. Os autores afirmam que a função desse tipo de microconstrução é expressar uma ideia de encarecimento acerca de algo, que ultrapassa os limites do que é considerado típico ou não excessivo pelo falante. Em uma perspectiva histórica, os autores verificam que essa microconstrução emerge na língua no século XX e torna-se bastante produtiva no português, e, portanto, mais esquemática, a ponto de atrair outras microconstruções intensificadoras menos prototípicas.

Em *Ocorrências de anáforas encapsuladoras em redações do Enem*, Roberlei Alves Bertucci, Andréa Jacqueline Malheiros e Wanderlei de Souza Lopes verificam como

FLP22(1)

as anáforas encapsuladoras são utilizadas como rótulos avaliativos no gênero *redação do Enem*. Segundo afirmam os autores, a análise realizada corrobora a ideia de que as anáforas examinadas são essenciais para a coesão do texto e, no caso do gênero *redação do Enem*, são essenciais também para o direcionamento argumentativo do texto.

No artigo intitulado *Discourse markers in English and European Portuguese translations: establishing functional equivalents and types of omission*, Milana A. Morozova examina alguns marcadores discursivos em inglês, com base em traduções de um corpus paralelo bidirecional inglês-português. A análise das traduções estabelece equivalentes funcionais de MDs do inglês para o português europeu e procura abordar o fenômeno de omissão de MDs frequentemente observado em traduções do ponto de vista empírico e não teórico. A análise do corpus resultou na identificação de três tipos mais comuns de omissão.

Conclui a seção de artigos deste volume o estudo intitulado *As ideias linguísticas e pedagógicas da primeira gramática feminina em Portugal (Francisca de Chantal Álvares, 1786)*, da autoria de Livia de Melo. O artigo apresenta a gramática intitulada *Breve Compendio da Gramatica Portuguesa, para o uso das Meninas que se educação no Mosteiro da Vizitação de Lisboa, por huma Religioza do mesmo Mosteiro*, que data de 1786 e cuja autoria foi atribuída a Francisca de Chantal Álvares. Sob a perspectiva da Historiografia Linguística, faz-se uma descrição esquemática da obra. A obra foi produzida para servir de apoio didático na primeira instituição de ensino feminino em Portugal, sendo a primeira gramática portuguesa escrita por uma mulher. Há evidências de que uma das suas principais fontes tenha sido a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, de Reis Lobato (1770).

Na seção de resenhas deste volume, Marcelo Modolo e Fábio Garcia Dias analisam o *Dicionário Infernal: repertório universal*, de Jacques Albin Simon Collin de Plancy, publicado pela Edusp em 2019.

Os editores

FLP22(1)

O caderno *Harmonielehre* | III | *Skizzen*
e a primeira campanha de escrita de *Os Degraus do Parnaso*,
de M. S. Lourenço

The notebook Harmonielehre | III | *Skizzen*
and the first stage of composition of Os Degraus do Parnaso,
by M. S. Lourenço

João Dionísio*

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal

Resumo: No âmbito de um entendimento global da crítica textual prescritiva e descritiva, reflecte-se sobre o processo de escrita e de revisão a partir da abordagem conjugada da empaginação e dos instrumentos escriptórios. O testemunho em análise como objecto da codicologia moderna é um caderno que conserva as primeiras redacções de nove ensaios integrados em *Os Degraus do Parnaso*, a obra mais conhecida do escritor e filósofo português M. S. Lourenço (1936-2009). Este caderno é relacionado com outros suportes de escrita que existem no espólio do autor. É dada atenção especial aos instrumentos de escrita usados (canetas de várias cores) de maneira a tentar apurar hábitos de redacção e as funções que lhes podem ser atribuídas.

Palavras-chave: Crítica Textual. Empaginação. Instrumentos de escrita. Processo de escrita.

FLP22(1)

Abstract: Against the backdrop of an encompassing understanding of prescriptive and descriptive textual criticism, this article approaches the study of the writing and revising process based on the observation of the lay out and of writing instruments. The document witness interpreted as an object of modern codicology is a notebook that contains the first version of nine essays included in *Os Degraus do Parnaso*, the better known work by the Portuguese writer and philosopher M. S. Lourenço (1936-2009). This notebook is articulated with other similar notebooks extant at the author's archive. Special attention is given to the writing instruments used by Lourenço (several coloured markers) in order to determine writing patterns and the functions one might ascribe them.

Keywords: Textual scholarship. Lay out. Writing instruments. Writing process.

Embora a disciplina habitualmente conhecida pela designação em sentido amplo “crítica textual” se desenvolva à luz de diferentes teorias e com recurso a diferentes técnicas, uma divisão de acordo com finalidades pode estabelecer que um dos seus ramos visa fixar um determinado texto, enquanto outro procura estudar as diferentes etapas por que passou a elaboração de um determinado texto. O primeiro ramo tem índole prescritiva, procurando acercar-se dos objectivos comumente atribuídos à crítica textual, agora tomada em sentido estrito, e o segundo tem uma

* Professor Associado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; investigador do grupo de Filologia, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa; joaodionisio@campus.ul.pt

dimensão descritiva, procurando corresponder aos objectivos habitualmente atribuídos à crítica genética. Uma, privilegiando o produto, e outra, privilegiando o processo, são indesligáveis. A fixação do texto é inalienável da determinação do processo da sua escrita, mesmo que se trate de um processo integralmente constituído por documentos não-autógrafos. Por seu lado, o estudo do processo de elaboração do texto é indesligável da fixação de cada uma das suas etapas de construção. Assim, a crítica textual prescritiva subordina o processo ao produto, ao passo que a crítica textual descritiva subordina o produto ao processo.

Para a análise da noção de processo, os dois princípios de análise mais frequentemente activados baseiam-se na observação (i) de instrumentos de escrita e (ii) da distribuição do texto no suporte. Na literatura portuguesa, o caso provavelmente mais conhecido de activação destes dois critérios é o do estudo do manuscrito principal do ciclo de poemas “O Guardador de Rebanhos” de Alberto Caeiro, que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal com a cota E3/145 (<http://purl.pt/1000/1/alberto-caeiro/guardador/guardador-i.html>). O estudo em causa foi realizado por Ivo Castro (Castro, 2013, em especial p. 19-20), tendo recorrido ao que chamou “cronologia relativa” quando procedeu à identificação de sete diferentes materiais escriptórios e, em articulação com os tipos de letra pessoal, lhes reconheceu funções desempenhadas no âmbito das campanhas de escrita e revisão daquele ciclo de poemas. Como afirma a certa altura: “durante cada campanha da revisão Pessoa usava sempre um mesmo material escriptório; embora o mesmo material possa ter sido usado em fases diferentes, durante a mesma campanha Pessoa não mudava de material” (Castro, 2013, p. 19). O segundo princípio a que recorreu foi o da topografia das revisões, isto é, de acordo com a interpretação dos lugares na página ocupados por certas porções de texto, pôde postular a hipótese da sua anterioridade ou posterioridade em relação a outras porções noutras lugares da página.

No presente artigo, procuro fazer uma aplicação conjugada destes dois princípios, alargando-os de modo a procurar identificar, não especificamente campanhas de revisão, mas, de maneira mais geral, camadas de escrita (Castro, 2013, p. 200) ou campanhas de escrita ou estados redaccionais (De Biasi, 2010, p. 80). Adicionalmente, ao dar também atenção à empaginação (<http://uahost.uantwerpen.be/lse/index.php/lexicon/layout/>), tento expandir a observação da distribuição da escrita no espaço para momentos anteriores ao da revisão. Como afirma De Biasi, o “formato da página, o tipo de papel e o carácter sequencial ou não dos suportes têm uma função sensível na escritura. Um escritor não redige a mesma coisa em um caderno onde as páginas se seguem e se espelham como o faz em folhas soltas independentes umas das outras” (De Biasi, 2010, p. 70).

O objectivo do presente artigo é aplicar de modo conjugado e alargado estes princípios na análise de um testemunho da obra de um autor português moderno, M. S. Lourenço (1936-2009). Do ponto de vista profissional, depois de se ter licenciado em Filosofia em 1964 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lourenço foi para Oxford, onde estudou filosofia da matemática sob orientação de Michael Dummett, como leitor trabalhou aí e em universidades americanas (Santa Barbara e Indiana) e de 1975 até à reforma ensinou filosofia e lógica na Universidade de Lisboa, com poucas interrupções (em 1979-1980, foi “fellow” no National Humanities Center, na Carolina do Norte, e em 1983-1984 ensinou na Universidade de Innsbruck). Enquanto escritor, a relação de M. S. Lourenço com o Brasil está

sobretudo marcada por dois eixos: no início da sua carreira literária interessa-se por Jorge de Lima, sobre cuja poesia escreve o artigo “Orfeu e a Graça ou a musa de Jorge Lima tal qual se fala” (Lourenço 1956); algum tempo depois, a leitura de James Joyce, de que chega a traduzir o início de *Finnegans Wake*, terá levado ao contacto com Haroldo de Campos, talvez intermediado por João Bénard da Costa e por Pedro Tamen. O contacto está documentado em dedicatórias de livros hoje conservados nas bibliotecas de cada um destes escritores¹.

A história da literatura portuguesa de referência, elaborada por António José Saraiva e Óscar Lopes, apresenta M. S. Lourenço como teorizador e crítico da poesia experimental, associando-o, com outros escritores portugueses, às experiências matemático-combinatórias de Max Bense, às reflexões de Mallarmé a propósito do espaço gráfico da página, aos ensaios de Ezra Pound na importação da ideografia para a escrita ocidental, ao estudo de William Empson sobre a ambiguidade poética e à teoria de Umberto Eco em torno da *obra aberta*. Lourenço é visto como um autor “desconcertante”, quer por causa da irregularidade qualitativa da sua obra, quer por causa da alternância deliberada, quando não mesmo da fusão, de processos de escrita e de concatenação de fontes (Saraiva e Lopes, 1985, p. 1116-1118). No seu percurso literário, a obra que conheceu mais impacto público e que pode ser considerada uma peça maior do ensaísmo literário no final do séc. XX é *Os Degraus do Parnaso*, originalmente um conjunto de crónicas publicadas em 1989 no semanário *O Independente*, depois reunidas sob a forma de livro em 1991 (Lisboa: O Independente - galardoado com o prémio D. Dinis, da Casa de Mateus) e revistas e republicadas em 2002 (Lisboa: Assírio & Alvim).

O espólio de M. S. Lourenço doado à Biblioteca Nacional de Portugal contém testemunhos de vários textos pertencentes aos *Degraus do Parnaso* (por exemplo, E62/205 e 270), mas o que parece ser a redacção original distribui-se por dois cadernos A4 que ainda não foram integrados no espólio. Será objecto de atenção neste artigo o primeiro destes cadernos, que acolhe a redacção inicial de 9 destes ensaios.

Trata-se de um caderno A4 cujo conteúdo está parcialmente mencionado na etiqueta autocolante presente na capa: “Harmonielehre | III | Skizzen”². Esta etiqueta traz, no canto inferior direito, a referência impressa “made in Austria”, o que é consistente com a língua em que se encontra escrita a indicação carimbada no rosto superior direito da folha de guarda: “glatt [‘liso’] A/4 ½ L. 100 Bt. [Blätter ‘folhas’]”. Assim, o caderno deveria ter 100 folhas, mas, excluindo as duas folhas de guarda, contam-se apenas 94 folhas. O conteúdo encontra-se distribuído por estas quatro

¹ O acervo Haroldo de Campos conserva um exemplar do livro de poemas *Arte Combinatória* de M. S. Lourenço (Lisboa, Moraes, 1971; tomo / 4062; cf. <http://acervoharoldodecampos.phlnet.com.br/cgi-bin/wxis.exe?IsisScript=phl81.xis&cipar=phl81.cip&lang=por>). Com a cota LIC 19-MSL a Biblioteca da Faculdade de Letras tem um exemplar, no núcleo de livros que pertenceram a M. S. Lourenço, de *Panorama do Finnegans Wake*, de Augusto e Haroldo de Campos, São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962, que apresenta a seguinte dedicatória: “Para Manuel Lourenço, companheiro de jornadas joycianas, êstes fragmentos do Finnicus Revém, transcritos no idiomatemo, com o abraço do Haroldo de Campos dez. 68”. Cf. também Dionísio, 2013, p. 435.

² Nas transcrições sirvo-me dos seguintes símbolos, retirados maioritariamente da edição crítica da obra de Fernando Pessoa dirigida por Ivo Castro: | indica mudança de linha; < > delimita segmento autógrafa riscado; [↑] delimita acrescento na entrelinha superior. A foliação aqui referida tem carácter preliminar.

secções, estando paginados autonomamente o texto que constitui a terceira secção e cada um dos ensaios que pertencem à quarta secção:

1. apontamentos sobre harmonia musical: 2r a 31v;
2. apontamentos, também no âmbito da harmonia musical, sobre a “Stufentheorie”: 32v a 38v;
3. texto de carácter filosófico, precedido pela indicação “Skizzen”, que vai desde 39r a 56v, correspondente a um ensaio encabeçado pelo título “Innsbrucker Vortrag”, originalmente em língua alemã (paginação de 1 a 4), prosseguindo em inglês a partir do último parágrafo da p. 4 até à p. 34 (56v);
4. versões iniciais dos primeiros nove ensaios dos *Degraus do Parnaso*, entre 56v e 83v, estando as folhas seguintes em branco.

As datas expressas estão concentradas na primeira secção e vão de 31 de dezembro de 1983 a 3 de fevereiro de 1984³. Como é provável que as versões destes ensaios tenham sido redigidas pouco tempo antes de eles terem vindo a lume no jornal *O Independente*, a última secção do caderno terá sido escrita entre antes de 27 de janeiro de 1989 (data de publicação do primeiro ensaio conservado no caderno, “O lapso de Fradique”) e algum dia anterior a 31 de março do mesmo ano (quando foi publicado o último ensaio presente no caderno, que viria a sair com o título “Proust”).

O testemunho em análise tem uma evidente relação com dois documentos que se encontram no espólio de M. S. Lourenço: o bloco de folhas pautadas com o título *Harmonielehre | I.*, que tem apontamentos sobre harmonia musical (ou transcrições de livro de música) datados expressamente de entre 8 de outubro de 1983 e 27 de outubro de 1983 (E62/192); e outro bloco de folhas pautadas com o título *Harmonielehre | II.*, também com apontamentos sobre harmonia (ou transcrições de livro de música), estes datados expressamente de entre 28 de outubro de 1983 e 1 de dezembro de 1983 (E62/185). As datas explícitas destes dois blocos sucedem-se e antecedem a primeira das datas do caderno em observação (“31.xii.83”). Os títulos dados aos blocos e a este caderno também formam sequência, através dos números I a III, apostos à palavra “Harmonielehre”. É indubitável que a primeira secção do caderno “Harmonielehre | III...” deriva da leitura do segundo volume, *Harmonielehre*, do livro de Erich Wolf *Die Musikausbildung* (Wiesbaden: Breitkopf & Härtel, 1979, cf. em particular p. 63 e segs.), havendo um exemplar desta obra nos livros de M. S. Lourenço doados à Biblioteca da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. O exemplar em questão (cota A 15-MSL) apresenta na página de rosto a anotação “M. S. Lourenço | Innsbrück – 1983”, o que se mostra coerente com o uso do caderno no final deste ano. Também parece não sofrer dúvida que a segunda secção do caderno contém apontamentos feitos a partir da leitura de *Harmonielehre*, de Arnold Schönberg, obra de que a biblioteca de M. S. Lourenço também preserva um exemplar adquirido em 1984⁴. Aliás, num outro

³ Datas transcritas na forma em que se encontram: 31.xii.83 (2r), 1.i.84 (3v), 2.i.84 (4v), 3.i.84 (5v), 4.i.83 (7r), 5.i.83 (8r), 6.i.84 (9v), 9.i.83 (11r), 11.i.84 (13v), 12.i.84 (15r), 13.i.84 (16r), 15.i.84 (17v), 16.i.84 (18r), 18.i.84 (20r), 19.i.84 (20v), 24.i.84 (22v), 26.i.84 (25v), 30.i.84 (27r), 1.ii.84 (28r), 2.ii.84 (30v), 3.ii.84 (31r).

⁴ Trata-se da 7ª ed. desta obra de Schönberg, [Wien]: Universal, 1966(?) e o exemplar em causa apresenta a anotação “M. S. Lourenço Innsbruck-84”. Biblioteca da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, A 72-MSL.

caderno, “Notizbuch | SommerSemester 1984 | Innsbruck” (cuja primeira data expressa é 18 de março de 1984, sendo a última 7 de março de 1985) a primeira metade inclui apontamentos sobre música, precisamente com base no *Harmonielehre* de Schönberg (Esp. E62/216).

Os textos pertencentes aos *Degraus do Parnaso* que se encontram no caderno *Harmonielehre* | III... são os indicados na tabela seguinte, de acordo com os títulos que eles apresentam neste testemunho, seguidos pelos títulos da edição em jornal e os da primeira edição em livro:

Tabela 1 - Títulos dos ensaios.

Caderno		jornal <i>O Independente</i>	1. ^a ed. livro
Foliação	Título	Título	Título
56v-59r	O lapso de Fradique	O lapso de Fradique	O lapso de Fradique
59v-61v	A duquesa de peles de tigre	A duquesa com peles de tigre	A duquesa com peles de tigre
62v-65r	As vozes de Lulu	As vozes de Lulu	As vozes de Lulu
65v-68r	O balcão de Berlioz	O balcão de Berlioz	O balcão de Berlioz
68v-71r	Agonia até à Madrugada	Agonia até à madrugada	Agonia até à madrugada
71v-74v	À sombra das acácias em flor	À sombra das acácias em flor	À sombra das acácias em flor
75v-78v	Salomé	Salomé	Salomé
78v-81r	[sem título]	Neo-Abjeccionismo e «kitsch» tropical	A Sociedade sem Classe
81v-83v	[sem título]	Proust	Música de uma noite de «ennui»

Note-se que no caderno os textos se sucedem pela mesma exacta ordem em que foram publicados pelo jornal e na mesma sequência em que se apresentam na 1.^a edição em livro. Note-se ainda que imediatamente antes do ensaio “O lapso de Fradique”, entre 56v e 57r, consegue perceber-se no caderno a existência de quatro pestanas, por certo correspondentes a folhas rasgadas onde estariam o primeiro ensaio da série (em três folhas, o espaço que habitualmente é ocupado por estes textos) e talvez um título genérico para este conjunto de textos (numa folha autónoma)⁵. Ora, como em 56v foi acrescentado um parágrafo destinado a servir de introdução ao ensaio “O lapso de Fradique”, pode dizer-se que este acrescento terá sido efectuado já em momento posterior ao da eliminação daquelas quatro folhas. A estar certa, esta observação sugere que cada texto foi elaborado num momento próprio, ao ritmo do calendário de entregas para publicação no jornal.

⁵ Este primeiro ensaio teve o título “A morte de Horácio” no jornal e “A morte da Literatura” na 1.^a edição sob a forma de livro. Quanto à hipótese de este conjunto de ensaios estar precedido no caderno por um título genérico numa folha autónoma, é precisamente o que sucede noutro caderno, *Notizbuch* | Ab | *Sommersemester 1984*, que contém os outros ensaios dos *Degraus do Parnaso*. Neste último caderno, a f. 35r é integralmente ocupada pelo título, em letras maiúsculas e a vermelho, “Os Degraus || do | Parnasso”.

Feita a apresentação sumária do caderno *Harmonielehre* | III..., bem como da localização que nele têm os textos dos *Degraus do Parnaso*, interessa agora tentar identificar os estados de redacção por que passaram estes textos. Na medida em que todos os ensaios, que começam sempre em página ímpar e costumam ocupar 5 páginas, foram escritos por M. S. Lourenço com marcadores de feltro de diferentes cores, a observação da maneira como as cores se encadeiam contribui para uma caracterização geral do processo de redacção. Represento essa observação de forma esquemática na seguinte tabela, para cuja leitura é preciso dar várias explicações. A tabela divide-se em sete colunas, dizendo a primeira respeito aos títulos de cada texto (como os dois últimos não estão intitulados no caderno, são aqui designados de acordo com a primeira publicação no jornal *O Independente*). As restantes colunas, numeradas de 0 a 6, correspondem às páginas ocupadas pelos ensaios – 0 representa uma página-par, onde M. S. Lourenço por sistema escreve uma nova introdução que não anula, outrossim antecede a abertura inicialmente redigida na página-ímpar seguinte. As células destas colunas 0 a 6 são constituídas por três tipos de elementos: algarismos, letras e sinais de rasura.

Os algarismos significam parágrafos começados nessa página (1, 2, 3, 4) ou um parágrafo continuado de página anterior (0).

As letras podem ser maiúsculas ou minúsculas. As primeiras remetem para a redacção linear do ensaio e as segundas dizem respeito à revisão da redacção através de emendas, segundo esta legenda: Aa – azul; Cc – castanho; Ee – encarnado; Ll – verde-alface; p – preto; R – roxo; Vv – verde.

Os sinais de rasura podem ser aplicados a conjuntos de algarismos e letras, significando que aquele parágrafo escrito com aquela(s) cor(es) foi cancelado (esta indicação só é dada quando um parágrafo é integralmente rasurado).

A título de exemplo, a sequência “1VeAv” significa ‘O parágrafo 1 foi escrito a verde e a azul, tendo sido introduzidas emendas a encarnado na parte verde e outras emendas a verde na parte azul’ (note-se que não se representam emendas feitas na mesma cor que foi utilizada na redacção). Dadas estas explicações, veja-se a tabela:

Tabela 2 - Cores de escrita e de revisão.

Título	0	1	2	3	4	5	6
O lapso de Fradique	1C	1Ae 2Ae 3Aev	0AeVAev 1Ev 2Vae 3A	0Ave 1Vea 2V	0A 1Ae 2A 3Ve 4VeaA	0Ae 1Ae	
A duquesa de peles de tigre	1Ae 2A	1Aev 2Ava 3Ae	1Ae 2AeE 3LeVlceRce	0ClAe 1Ae	0A 1VaeAe 2Ea		
As vozes de Lulu	1E	1Ae 2Av 3VleE	1A 2AeVe 3E	1Ae 2EvV	1AeEp 2Ve	0VeE	
O balcão de Berlioz	1Ea	1Ae 2Ae 3AvVeEa 4Ea	0Ea 1AelLe	0L 1Vace 2VeaAecCe 3Eae	0Eae 1Ae 2E 3Le	0LeE	
Agonia até à Madrugada	1L	1Ae 2Ae	1EvVe 2VeAe	0A 1Ea	0Va 1Ev	0AvV	

		3AevV 4Ep		2Va	2Av		
À sombra das acácias em flor	1EaA	1Aev 2Ace 3EvVce 4C	0C 1EvaA	0A 1Ve 2Lae	0AeEaAE 1VeE	0EV 1Ae	
Salomé	1AvVe 2E	1Ea 2Ea 3A	0A 1AV 2Eal 3Ael	0Ae 1Le 2E	0Ev 1V	0V 1Ce 2E	0E
[Neo- Abjeccionismo e «kitsch» tropical]	1V 2V 3V 4V 5V	1Ae	0EvVaAvV	1Vea 2Eav	0Aev 1E		
[Proust]	1Ve 2Ve	1Ae 2AveVe 3Ev	1Ap 2Ve 3E 4Ev	0E 1AV 2E	0EaA		

Considerada a tabela 2, importa descrever brevemente algumas características mais ou menos dominantes do processo de escrita e apontar alguns traços excepcionais. É o que tento fazer nas seguintes observações:

1. Com duas exceções, os instrumentos de escrita tanto servem para a redacção como para as emendas. As exceções são o marcador roxo, que tem uma única intervenção, e muito limitada, no parágrafo 3 da p. 2 de “A duquesa de peles de tigre”; e uma caneta preta de ponta mais fina do que a dos marcadores e que se manifesta cirurgicamente numas poucas ocasiões (p. 4 de “As vozes de Lulu”; p. 1 de “Agonia até à madrugada”; p. 2 de “Proust”).

2. A cor do primeiro parágrafo da p. 1 é quase sempre azul, sendo excepcional o uso do marcador encarnado no início da p. 1 de “Salomé”.

3. Um parágrafo que prossiga de uma página para a outra em regra é continuado na mesma cor. A excepção reduz-se à passagem do parágrafo final da p. 3 de “O lapso de Fradique”, escrito a verde, que prossegue a azul na p. 4.

4. Cada cor usada na redacção é aplicada em porções de texto mais ou menos desenvolvidas, podendo ocupar no máximo vários parágrafos e no mínimo poucas palavras⁶.

5. As emendas mediatas são efectuadas habitualmente por não mais de dois marcadores de cor diferente da usada na redacção de uma zona do texto, mas de cor frequentemente igual à utilizada na redacção de zonas subsequentes. Assim, por exemplo, na p. 3 do ensaio “Salomé” temos uma sequência 1Le 2E e depois, na p. 4, 0Ev 1V, ou seja, o parágrafo 1 da p. 3 é redigido por um marcador verde-alface, tendo sido feitas emendas a encarnado, o encarnado é a cor do parágrafo seguinte que continua no topo da p. 4, aí tendo recebido emendas inseridas por marcador verde e sendo de cor verde o parágrafo seguinte. O que uma sequência deste tipo sugere é que escrita e revisão se sucedem genericamente ao ritmo da mudança do

⁶ Logo no primeiro ensaio, “O lapso de Fradique”, todos os três parágrafos da p. 1 foram redigidos com o marcador azul. Em 60v, no ensaio “A duquesa de peles de tigre” um marcador roxo só foi utilizado em pouco mais de duas palavras no segmento que transcrevo (a negrito o que foi escrito com aquele marcador): “verdadeiro <fun->[↑cria]] <da>dor do Modernismo Português”.

instrumento de escrita, as emendas sendo feitas logo antes ou logo depois da redacção da(s) zona(s) seguinte(s) do texto⁷. Que este ritmo pode ser bastante variável é sinalizado pela observação 4.

6. Quando num mesmo parágrafo uma zona do texto é emendada por dois marcadores, um deles é sempre encarnado, o que sugere ter este instrumento servido para uma revisão geral. A circunstância de o título, também introduzido por este marcador, em regra parecer ser escrito depois da primeira redacção de cada ensaio articula-se bem com esta hipótese. A ter-se verificado, tal revisão nem sempre se expande até ao acrescento na p. 0, podendo ser-lhe anterior. Observe-se que na p. 0 dos nove ensaios só em três (“A duquesa de peles de tigre”, “Salomé”, “[Proust]”) é que o marcador encarnado inscreve emendas.

7. A redacção da página 0 é na maior parte dos ensaios assegurada por um só instrumento de escrita (as excepções: “À sombra das acácias em flor” e “Salomé”), o que parece indicar um modo de produção diferente do das outras páginas. O estatuto algo singular do texto incluído nas páginas 0 é, no caso de “Agonia até à madrugada”, reforçado pela indicação colocada no topo “Vorspiel”⁸.

A compreensão do processo de escrita destes ensaios é auxiliada pela percepção de como foi feita a sua paginação, autónoma para cada um deles e assegurada maioritariamente através de números crescentes inscritos no topo de cada página. A título excepcional neste caderno, os dois últimos ensaios apresentam numeração das páginas por meio de número crescente de semínimas, ↓ (p. [1] encimada por ↓; a p. [2] por ↓ ↓, e assim por diante). Este é o sinal mais evidente de que o ideal defendido nos *Degraus do Parnaso*, segundo o qual tanto a prosa literária como a poesia têm substância musical, deixa marcas no enquadramento da empaginação. Os números e as semínimas usados para efeitos de paginação são inscritos numa cor variável, que é habitualmente a última a ter sido usada no fim da página anterior (representada na tabela seguinte por =) ou a primeira a ser usada no início dessa própria página (representada na tabela seguinte por ≠):

⁷ Um estudo inédito de J. Dionísio e C. Pimenta sugere ser mais provável que as emendas sejam feitas numa sequência logo antes da escrita da sequência seguinte.

⁸ A tabela 2 não dá informação sobre um tipo especial de revisão que se materializa em texto escrito em pedaços de fichas colados com fita adesiva sobre as zonas da redacção que visava talvez substituir. Trata-se de fichas brancas pautadas da papelaria Emílio Braga, originalmente com 12.3 cm de largura, que foram recortadas de maneira a ficarem com o tamanho adequado à extensão de texto que M. S. Lourenço incluiu ou pretendia incluir. A extensão em causa tornava impraticável que o texto fosse acrescentado directamente na página pertinente do caderno em boas condições de legibilidade. Estes restos de ficha aparecem na p. 1 de “As vozes de Lulu”, tendo sido usado um marcador verde-alface; na p. 2 e p. 4 de “O balcão de Berlioz”, onde foi utilizado um marcador vermelho, cor da plausível revisão geral; na p. 1 de “Agonia até à Madrugada”, onde foi igualmente usado o marcador vermelho; na p. 2 de “À sombra das acácias em flor”, tendo intervindo um marcador azul, que é o que mais emenda no parágrafo (indício de que este acrescento terá sido feito no momento de revisão específica do parágrafo a que pertence e não numa campanha de revisão geral); algo de semelhante sucede na p. 4 do mesmo ensaio, com o marcador encarnado a ser usado num fragmento de ficha colocado na parte superior da página, em zona redigida a encarnado; e com o marcador verde a ser utilizado noutra peça de ficha colado na metade inferior da página, em zona redigida a verde; por fim, no parágrafo 3 da p. 1 de “[Proust]”, parte de uma ficha colada na margem interior foi escrita com um marcador verde, que deixara pequenas emendas na redacção do parágrafo.

Tabela 3 – Relação da cor da paginação com a cor da redacção na página anterior.

Título	0	1	2	3	4	5	6
O lapso de Fradique	<i>s.n.</i>	≠	=	=	=	=	<i>n.a.</i>
A duquesa de peles de tigre	<i>s.n.</i>	≠	=	=	=	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
As vozes de Lulu	<i>s.n.</i>	≠	=	≠	E	<i>s.n.</i>	<i>n.a.</i>
O balcão de Berlioz	<i>s.n.</i>	≠	=	=	=	=	<i>n.a.</i>
Agonia até à Madrugada	<i>s.n.</i>	≠	=	=	=	=	<i>n.a.</i>
À sombra das acácias em flor	<i>s.n.</i>	≠	=	=	=	=	= ⁹
Salomé	≠	≠	=	=	=	=	=
[Neo-Abjeccionismo e «kitsch» tropical]	<i>s.n.</i>	≠	≠	=	≠	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>
[Proust]	≠ ¹⁰	≠	≠	=	=	<i>n.a.</i>	<i>n.a.</i>

Nesta tabela, *n.a.* significa que não se verificou o uso de uma página na escrita de certos ensaios; *s.n.* significa que, apesar de ter sido ocupada, a página em questão não foi numerada. A tabela permite evidenciar a regra segundo a qual o numerador (número propriamente dito ou semínima) da primeira página é inscrito na mesma cor do parágrafo inicial. Adicionalmente, permite verificar a existência de um comportamento dominante segundo o qual os numeradores das páginas seguintes são inscritos pela tinta que escreveu a parte final da página anterior, o que é mais frequente do que a inscrição do marcador da página com a tinta da cor que começa a ser usada nessa própria página. Note-se, contudo, que este comportamento menos frequente é dominante nos dois últimos ensaios. A única excepção a estes dois comportamentos verifica-se na p. 4 do ensaio “As vozes de Lulu”, pois de acordo com o gesto dominante esperar-se-ia que a página fosse numerada a verde (última cor a ser usada na redacção da página anterior); ou, segundo o gesto menos habitual, que fosse numerada a azul (que é a cor a iniciar redacção na própria p. 4). Diferentemente, o número 4 foi escrito a encarnado. Estimo que o uso do marcador encarnado nestas circunstâncias possa ter-se devido a esquecimento da inclusão do número no momento da escrita e que esta ausência tenha sido colmatada em momento de revisão. A conclusão geral que pode ser extraída do processo de paginação é que ele parece acompanhar o texto à medida que vai sendo redigido.

Por fim, algumas observações acerca dos títulos dos ensaios. Como se pode ver na tabela 1, os dois últimos ensaios presentes no caderno não estão intitulados e o título que lhes é atribuído na publicação em jornal virá a ser substituído na primeira edição em livro. Sinal de incerteza que não fica resolvida com a primeira publicação, trata-se também de um indício de que, por norma, o título era o último elemento a

⁹ Esta página foi numerada 5a.

¹⁰ O numerador nesta página é uma clave de sol.

ser fixado, hipótese apoiada, como vimos, pelo modo como se sucedem as intervenções dos instrumentos de escrita e também, como veremos agora, pela disposição dos títulos na página.

Os títulos são sempre colocados no topo da primeira página de cada ensaio, mas, por regra, parecem ajustar-se ao espaço deixado disponível pelo número da página (ou seu equivalente) e pela primeira linha de escrita do ensaio. Esse espaço disponível é bastante variável:

Tabela 4 - Espaço disponível no caderno para os títulos.

f. inicial do ensaio		Intervalo entre o corte de cabeça e o numerador da p. 1 / Intervalo entre o corte de cabeça e a primeira linha de escrita ¹¹
57r	O lapso de Fradique	1.7 / 3.5
60r	A duquesa de peles de tigre	0.8 / 4.5
63r	As vozes de Lulu	1.4 / 3.2
66r	O balcão de Berlioz	1.4 / 3.1
69r	Agonia até à Madrugada	0.9 / 3.8
72r	À sombra das acácias em flor	1.5 / 2.9
76r	Salomé	1 / 3.2
79r	[sem título]	1.5 / 3
82r	[sem título]	2.5 / 3.3

Os valores apresentados na última coluna da tabela sugerem a inexistência de um padrão quanto à colocação do numerador de página e do início da escrita, o que é facilitado pelo facto de as folhas serem lisas. À excepção da página inicial do segundo e quinto ensaios, onde a distância entre o número da página e o princípio do texto (3.7 e 2.9 cm, respectivamente) dá a entender que foi reservado espaço para o título (e para o sublinhado duplo – a primeira linha menos extensa do que a segunda – que o acompanha sistematicamente), a impressão dominante é de que este elemento, escrito *a posteriori*, se acomodaria como fosse viável no espaço disponível no topo da página. Por isso, o título do primeiro, do terceiro e do sétimo ensaios ficam comprimidos entre o número da página e o início do texto; já no quarto ensaio, o título começou por ser escrito sobre o número da página, estando o sublinhado duplo sobreposto a este número.

Concluída a descrição de alguns traços fundamentais do processo de escrita dos ensaios dos *Degraus do Parnaso* que se encontram no caderno *Harmonielehre* | III..., gostaria de terminar com três apontamentos breves.

O primeiro diz respeito à razão por que os outros ensaios que vieram a ser publicados no *Independente* e depois em forma de livro não foram redigidos neste caderno, que, como já foi dito, tem folhas vazias no fim (em número suficiente para nela serem escritos, pelo menos, mais três ensaios). Admito que um motivo para M.

¹¹ Na paginação o algarismo “1” é ladeado por dois traços horizontais, um à esquerda, outro à direita. O primeiro intervalo é medido entre o topo da página e o traço horizontal à esquerda ou, no caso dos últimos dois ensaios, a base do símbolo musical J. O segundo intervalo é medido entre o topo da página e, na primeira linha de escrita, a base da letra que se encontra sob o numerador da página. Os intervalos são medidos em centímetros.

S. Lourenço ter recorrido a outro suporte para os demais textos dos *Degraus* tenha sido a relativa dificuldade de controlar em folhas lisas a extensão prevista para a colaboração com o jornal¹². Que os restantes ensaios tenham sido escritos num caderno pautado cujas linhas, no processo de empaginação, foram numeradas autograficamente de 5 em 5 sugere que esta hipótese possa ser válida¹³.

O segundo apontamento prende-se com o que terá levado M. S. Lourenço a ter escolhido o caderno *Harmonielehre | III...* para começar a escrever estes textos. Imagino um conjunto de três razões complementares: o facto de este suporte ter, no início de janeiro de 1989, um número significativo de folhas por usar; a circunstância de nele haver apontamentos sobre música, o que se relaciona bem com a tese defendida nos *Degraus do Parnaso*; finalmente, e o mais decisivo, não ser este testemunho o caderno *Notizbuch | Ab | Sommersemester 1984*. Esta razão parece-me fundamental na medida em que neste último caderno se encontram apontamentos de aulas que M. S. Lourenço deu em Innsbruck em 1984, tendo tratado de matérias que serão abordadas sob forma ensaística nos *Degraus do Parnaso*, designadamente nos textos “As vozes de Lulu”, “O balcão de Berlioz” e “Agonia até à madrugada”. Seria útil, portanto, que estes escritos pudessem ser consultados enquanto o autor redigia vários ensaios presentes no caderno *Harmonielehre | III...* A existência de várias anotações registadas a propósito dos apontamentos das aulas austríacas que parecem ter sido feitas com marcadores de cor usados por M. S. Lourenço na redacção dos ensaios dos *Degraus* confere plausibilidade reforçada a esta hipótese¹⁴.

Assim, o meu terceiro apontamento e final consiste em chamar a atenção para como o caderno *Notizbuch...* e vários documentos relativos às aulas de Innsbruck preservados no espólio E62 da Biblioteca Nacional de Portugal (cf. E62/291 e seguintes) documentam uma referência feita por M. S. Lourenço no contexto de uma entrevista concedida a Miguel Tamen: “na paisagem dos Alpes austríacos, onde realizei a minha utopia musical e escrevi a seu propósito os primeiros esboços de *Os Degraus do Parnaso*.” (Tamen, 2007, p. 350).

FLP22(1)

REFERÊNCIAS

Castro I. Editar Pessoa. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda; 2013.

De Biasi PM. A genética dos textos. Trad. Passos MHP. Porto Alegre: ediPUCRS; 2010.

Dillen W, organizador. Lexicon of scholarly editing. University of Antwerp. [citado 27 jan. 2020]. Disponível em: <https://lexiconse.uantwerpen.be/>.

Dionísio J. À volta do princípio de Finnegans Wake por M. S. Lourenço. In: Ferreira JCV, et al., organizadores. A Scholar for all Seasons. Homenagem a João de Almeida Flor. Lisboa: Departamento de Estudos Anglisticos da FLUL/Centro de Estudos Anglisticos da Universidade de Lisboa; 2013. p. 433-438.

¹² A variação no número de linhas da redacção na p. 1 de cada ensaio cifra-se entre 24, como no caso de “O lapso de Fradique”, e 29, como em “Agonia até à madrugada”.

¹³ Refiro-me ao caderno “Notizbuch | Ab | Sommersemester 1984”, mencionado na nota 6 deste artigo. Na verdade, como as folhas deste caderno apresentam 29 linhas, a marcação é feita nas linhas 5-10-15-20-25-29.

¹⁴ A hipótese aqui sumariamente apresentada através deste apontamento e do anterior é explorada no artigo inédito de J. Dionísio e C. Pimenta.

Dionísio J, Jerónimo N, Zilhão A, Cachopo JP. Espólio de M. S. Lourenço [Esp. E 62]. Inventário. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal; 2014 [exemplar de consulta na Sala de Reservados].

Dionísio J, Pimenta C. The stages of writing of *Os Degraus do Parnaso*, by M. S. Lourenço [artigo inédito em processo de submissão].

Lourenço MS. Orfeu e a Graça ou a musa de Jorge Lima tal qual se fala. *Encontro. Jornal dos universitários católicos*. 1956; ano 1, 4, Abril: 2 e 4.

Saraiva AJ, Lopes Ó. História da literatura portuguesa. 13ª edição. Porto: Porto Editora; Coimbra: Liv. Arnado; Lisboa: Emp. Lit. Fluminense; 1985.

Tamen M. Uma entrevista a M. S. Lourenço. Feijó AM, Tamen M, editores. *A teoria do Programa. Uma homenagem a Maria de Lourdes Ferraz e a M. S. Lourenço*. Lisboa: Programa em Teoria da Literatura; 2007. p. 313-364.

FLP22(1)

Lições sobre a sintaxe histórica do infinitivo português:
infinitivo subjetivo, adnominal, preposicional, substantivado
*Studies in the historical syntax of the Portuguese infinitive: subjective,
adnominal, prepositional, substantival infinitive*

Marcos Martinho*
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Exponho a sintaxe histórica do infinitivo subjetivo, adnominal, preposicional e substantivado do português, partindo da sintaxe histórica do infinitivo latino. O infinitivo subjetivo decorreu de uma interpretação mais lógica que gramatical do infinitivo objetivo em latim. O infinitivo adnominal desenvolveu-se parcialmente em latim graças a um processo analógico, e só se desenvolveu plenamente em português graças ao progresso do infinitivo preposicional. Este, excepcional em latim, desenvolveu-se amplamente em português. A substantivação do infinitivo permitiu que este fosse acompanhado de adjetivo em latim e português, podendo inclusive receber a desinência nominal ‘-[e]s’ em português para flexionar-se no plural como um substantivo qualquer. Trato, em particular, do modo como essas espécies de infinitivo foram empregadas no latim e no português escrito.

Palavras-chave: Sintaxe histórica do infinitivo português. Infinitivo subjetivo. Infinitivo adnominal. Infinitivo preposicional. Infinitivo substantivado.

Abstract: I present the historical syntax of the subjective, adnominal, prepositional, and substantival infinitive in Portuguese, starting from the historical syntax of the Latin infinitive. The subjective infinitive came from a more logical than grammatical interpretation of the objective infinitive in Latin. The adnominal infinitive was partially developed in Latin thanks to an analogical process, and was only fully developed in Portuguese thanks to the progress of the prepositional infinitive. The latter, exceptional in Latin, was largely developed in Portuguese. The substantivation of the infinitive allowed it to be modified by an adjective in both Latin and Portuguese, and even to be inflected in Portuguese in the plural with the inflectional ending ‘-[e]s’, like any noun. I deal in particular with the way these infinitive species were employed in written Latin and Portuguese.

Keywords: Historical syntax of the infinitive in Portuguese. Subjective infinitive. Adnominal infinitive. Prepositional infinitive. Substantival infinitive.

1 INTRODUÇÃO

Noutro artigo (Martinho, 2012), expus a sintaxe histórica do infinitivo final e do infinitivo objetivo do português, partindo da sintaxe histórica do infinitivo latino. Procurei mostrar que este era originalmente forma nominal pura, isto é, ablativo ou

* Professor Associado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; marcos.martinho@usp.br

dativo de nome de ação, sendo então empregado como adjunto adverbial de finalidade, e que foi tratado posteriormente como nome neutro indeclinável, passando daí a construir-se como objeto direto. Neste artigo, proponho-me tratar quatro espécies de infinitivo: infinitivo subjetivo, adnominal, preposicional e substantivado.

Juntamente com o infinitivo final e o objetivo, o infinitivo subjetivo compõe o conjunto das construções adverbiais do infinitivo em latim e, daí, em português, tendo decorrido de uma interpretação mais lógica que gramatical do infinitivo objetivo em latim. O infinitivo adnominal desenvolveu-se parcialmente em latim graças a um processo analógico, e só se desenvolveu plenamente em português graças ao progresso do infinitivo preposicional. Este, excepcional em latim, desenvolveu-se amplamente em português. A substantivação do infinitivo permitiu que este fosse acompanhado de adjetivo em latim e português, podendo inclusive receber a desinência nominal ‘-[e]s’ em português para flexionar-se no plural como um substantivo qualquer.

Na exposição dessas espécies de infinitivo, sigo os princípios da gramática estrutural, para procurar explicar os processos formais que permitiram ao infinitivo construir-se tanto adverbialmente como adnominalmente, e também os princípios da gramática histórica, para procurar explicar como o uso subjetivo, o adnominal, o preposicional e o substantivado evoluíram ao longo da história do latim e, daí, do português. Trato, em particular, do modo como essas espécies de infinitivo foram empregadas no latim e no português escrito. Assim, ilustro a exposição com exemplos de autores da língua latina e portuguesa; destes, arrolo em particular exemplos extraídos da *Demanda do Santo Graal* e d’*Os Lusíadas* de Camões¹.

FLP22(1)

2 INFINITIVO SUBJETIVO

A par de alguns verbos pessoais (isto é, verbos volitivos, acurativos, de possibilidade, de necessidade; cf. Martinho, 2012, p. 197-8), constrói-se ainda um conjunto de verbos e locuções verbais impessoais com o infinitivo acusativo (isto é, objeto direto). Esses, porém, estudam-se à parte, porque, devido a uma análise mais lógica que gramatical, o infinitivo ligado a tais verbos e locuções verbais foi interpretado, já no período clássico da língua latina, não como acusativo, mas como nominativo (isto é, sujeito) (Riemann, 1942, p. 336, n. 5; Ernout; Thomas, 1953, p. 257).

Trata-se, antes de tudo, de verbos e locuções verbais impessoais que se podem relacionar com aqueles verbos pessoais semanticamente, por exemplo, do verbo *licet* e da locução verbal *necesse est*, que se podem relacionar respectivamente com verbo de possibilidade (*possum*) e de necessidade (*debeo*). No entanto, ao passo que ao lado destes o infinitivo foi interpretado como acusativo:

¹ Os exemplos de autores da língua latina e portuguesa foram extraídos de gramáticas latinas e portuguesas que são citadas ao lado dos exemplos; já os exemplos da *Demanda do Santo Graal* e d’*Os Lusíadas* de Camões são nossos. Assim, aqueles são transcritos e referidos de acordo com as gramáticas de que foram extraídos, e os outros, conforme as edições de 1988 da *Demanda*, e de 1982 d’*Os Lusíadas* (cf. infra *Referências*).

(1)

- (a) *Numne [...] ferre contra patriam arma illi [...] debuerunt?* (Cic. *Lae.* 36) ‘Não é verdade que não [...] deviam [...] estes ter apontado as armas contra a pátria?’;
- (b) *sine qua administrari civitas non potest* (Cic. *Off.* I 88) ‘sem a qual não se pode administrar o Estado’;

ao lado daqueles verbos e locuções verbais impessoais, todavia, foi interpretado como nominativo: *Necesse est igitur legem haberi in rebus optimis* (Cic. *Leg.* II 12) ‘É necessário, portanto, considerar-se a lei entre as melhores coisas’; *Intellegi iam licet* (Cic. *Rsp.* I 60) ‘já é lícito entender-se’.

Ao mesmo tempo, porém, outros verbos e locuções verbais impessoais que não se construíam com acusativo, mas com outros casos oblíquos, admitiram o infinitivo, que daí foi interpretado como nominativo por analogia com o infinitivo ligado àqueles verbos e locuções verbais impessoais de valor volitivo, acurativo, de possibilidade, de necessidade. Por exemplo, o verbo impessoal *piget* (equivalente ao verbo de afeto *doleo*) e a locução verbal impessoal *in mentem uenit* (equivalente ao verbo sensitivo *memini*), ainda que não se construísem com acusativo, mas com genitivo:

(2)

- (a) *ut me non solum pigeat stultitiae meae sed etiam pudeat* (Cic. *Dom.* 29) ‘para que eu não só me aborreça, mas também me envergonhe da minha estupidez’;
- (b) *Venit mihi in mentem M. Catonis* (Cic. *I Verr.* V 180) ‘Vem-me à mente a imagem de M. Catão’;

aceitaram o infinitivo na posição de genitivo: *neque hoc mihi nunc primum in mentem venit dicere* (Cic. *Amer.* 122) ‘e não me vem à mente dizer isso agora pela primeira vez’; *Fateri pigebat* (Liv. VIII 2, 12) ‘aborrecia confessar’, sendo o infinitivo interpretado, todavia, como nominativo (Riemann, 1942, p. 336, n. 5). Da mesma forma, a locução verbal impessoal *opus est* (equivalente ao verbo de necessidade *debeo*), embora se construisse com ablativo, e não com acusativo: *nihil erat cur properato opus esset* (Cic. *Mil.* 49) ‘não havia por que haver precisão de pressa’, aceitou o infinitivo na posição de ablativo: *dixit [...] id sciri non opus esse* (Cic. *Off.* III 49) ‘disse [...] não ser preciso sabê-lo’, e tal infinitivo foi interpretado, no entanto, como nominativo.

Em suma, no latim clássico, devido a uma análise antes lógica que gramatical e, ademais, a um raciocínio analógico, o infinitivo foi interpretado como nominativo ao lado dos seguintes verbos e locuções verbais impessoais (Riemann, 1942, p. 337-9; Ernout; Thomas, 1953, p. 257, 321)²:

(3)

- (a) de valor **volitivo** (*certum est, deliberatum est, consilium est, in mentem uenit*, equivalentes ao verbo volitivo *statuo*; *uerecundia est, religio est*, equivalentes ao verbo volitivo *uereor*): *tertiam ex his nominare sub tecto religio est* (Plin. HN XVIII 2, 8) ‘a terceira dentre essas [deusas] é impiedade nomear debaixo de um teto’;

² Como se vê dos exemplos, a maior parte das locuções verbais impessoais que se constroem com infinitivo nominativo são compostas de *est* ‘é’ e um segundo termo que pode ser substantivo (*mos est* ‘é costume’), adjetivo (*certum est* ‘é certo’), advérbio (*necesse est* ‘é necessário’).

- (b) de valor **acurativo** (*mos est*, equivalente ao verbo acurativo *soleo*): *mos est Athenis laudari in contione eos* (Cic. *Or.* 151) ‘é costume em Atenas louvar-se em assembleia aqueles’;
- (c) de valor de **possibilidade** (*licet, fas est, ius est*, equivalentes ao verbo de possibilidade *possum*): *hac igitur fortuna frui licet senibus* (Cic. *CM* 60) ‘portanto, é lícito aos velhos usufruir dessa sorte’;
- (d) de valor de **necessidade** (*oportet, decet, necesset est, opus est, tempus est*, equivalentes ao verbo de necessidade *debeo*): *hoc fieri et oportet et opus est* (Cic. *Att.* XIII 24, 2) ‘não só importa, como é preciso, fazer-se isso’;
- (e) de valor **sensitivo** (*apparet, liquet, constat, manifestum est, uerum est*, equivalentes ao verbo sensitivo *uideo*): *Constat profecto ad salutem civium [...] inuentas esse leges* (Cic. *Leg.* II 11) ‘Consta, de fato, as leis terem sido descobertas [...] para a salvaguarda dos cidadãos’;
- (f) de valor de **afeto** (*placet, libet, inuat, delectat*, equivalentes ao verbo de afeto *gaudeo*; *paenitet, piget, pudet, taedet, miserat, turpe est*, equivalentes ao verbo de afeto *doleo*): *de C. Gracchi autem tribunatu quid expectem, non lubet augurari* (Cic. *Lae.* 41) ‘o que espero, porém, do tribunado de C. Graco não é agradável pressagiar’.

No português arcaico, o infinitivo ocupa a posição de sujeito ao lado dos verbos (*acomtecer, aproveitar, convir, conprir, custar*) e locuções verbais (*he bom, he bem, he cousa maravilhosa, he cousa convinhavi*) impessoais correspondentes aos verbos e locuções verbais impessoais do latim (Dias, 1954, p. 218-9):

- (4)
- (a) Acomteceo huum noviço partirse da ordem de noite (*Cousas notaveis e milagres de Santo Antonio de Lisboa*, 16);
- (b) He cousa maravilhosa hũa dona tam bella como a verdade parir hũ filho tã feo como o odio (H. Pinto, *Diálogos*, I 111);
- (c) Vir mais tardia a noite, a aurora vir mais cedo, que me aproveita? (A. Feliciano de Castilho, *A chave do enigma*, 102).

FLP22(1)

Uma diferença notável, porém, apresentam as construções de infinitivo subjetivo em português, pois, diferentemente das correspondentes latinas, podem trazer o infinitivo precedido de preposição, a qual pode ser “a” ou “de” (Dias, 1954, p. 219; Said Ali, 1966, p. 340-1):

- (5)
- (a) A elles convinha de saber (D. João I, *Livro da montaria*, 47);
- (b) Nõ era cousa convinhavi de tu morreres agora (*Lenda de Barlaão e Josafate*, 45);
- (c) Seria bom de hirem a Mancor (G. Eanes de Zurara, *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, 408);
- (d) Nom era bem de o assi cercarem (D. João I, *Livro da montaria*, 192).

Mas nem por isso deixa o infinitivo de ser sujeito, visto ser expletiva a preposição (cf. *infra* 4 *Infinitivo preposicional*).

É o que se vê, em particular, da *Demanda do Santo Graal*, em que o infinitivo subjetivo pode ser tanto simples como preposicional ao lado de verbos e locuções verbais impessoais. Por exemplo, ao lado do verbo *convir*, é ora simples: “ca lhe

conveniria [...] entrar aas venturas do regno de Logres” (*Dem.* p. 2, l. 10-1), ora preposicional: “ca me convinha a fazer” (*Dem.* p. 12, l. 31-2); assim também, ao lado do verbo *valer*, ora simples: “nem val trazer coroa” (*Dem.* p. 76, l. 25), ora preposicional: “mais me val de perder el ca me vir tanto mal por elle” (*Dem.* p. 19, l. 16-7). Ao lado de locução verbal impessoal, na verdade, o infinitivo subjetivo é preferencialmente preposicional; por exemplo, ao lado de *seer* + substantivo:

(6)

- (a) sobejo seria gram da(p)no e gram mala ventura de nom seerdes bõ cavalleiro (*Dem.* p. 2, l. 33-4);
- (b) demais vio que bem seria folia de atender golpe de homem que assi faria (*Dem.* p. 47, l. 35-6);
- (c) Nom vos é prol [...] de me tal rogo rogardes (*Dem.* p. 30, l. 2-3; cf. p. 54, l. 31-2);

e ao lado de *seer* + adjetivo:

- (7) E melhor è de ficar cada ùu (*Dem.* p. 19, l. 17).

O português moderno emprega o infinitivo subjetivo tal como o arcaico, ou seja, ligando-o a verbos e locuções verbais impessoais (Bechara, 1992, p. 236): “Agora mesmo, custava-me responder alguma coisa” (J. M. Machado de Assis, *Brás Cubas*, 208). Demais, ainda que o faça com certa parcimônia, não é de todo raro o português moderno, à maneira do arcaico, trazer o infinitivo subjetivo precedido de preposição (Bechara, 1992, p. 156): “Desaire real seria de a deixar sem prêmio” (A. Garrett, *Camões*, 122); “Mas não era assaz difícil de reconhecer um caráter coberto de feridas” (A. Herculano, *Fragmentos*, 72); “Custou-lhe muito a aceitar a casa” (J. M. Machado de Assis, *Brás Cubas*, 194).

FLP22(1)

3 INFINITIVO ADNOMINAL

Ao valor original da desinência casual do infinitivo latino deveu-se a possibilidade de este funcionar como adjunto adverbial de finalidade (Martinho, 2012, p. 189-91); já à fossilização daquela desinência deveu-se a possibilidade de ser empregado como objeto direto (id., ib., p. 196-7) e, daí, sujeito (cf. supra 2 *Infinitivo subjetivo*). Em ambos os casos, porém, o infinitivo latino liga-se a verbo, não a nome. No entanto, embora a construção adverbial seja coerente com a origem da forma infinitiva, o infinitivo latino, graças a raciocínios analógicos e construções arrojadas, foi capaz, todavia, de se ligar a nome. Note-se, contudo, que a construção adnominal do infinitivo, embora ocorresse no nível popular do latim no período clássico, foi evitada no nível culto no mesmo período, sendo acolhida na linguagem culta no período subsequente (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 358).

De fato, foi por não poder introduzir-se o infinitivo por meio de preposição que o latim clássico o empregou apenas com o valor de nominativo ou acusativo (isto é, de sujeito ou objeto direto), os dois casos latinos a que não correspondia nenhum torneio preposicional (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 358)³. Para

³ De fato, em determinadas construções, os demais casos latinos podiam concorrer com torneios preposicionais. Assim, o dativo podia concorrer com acusativo introduzido por preposição *ad* ou *in*; por exemplo, nesta frase: *it clamor caelo* (Verg. *Aen.* V 451) ‘chega o clamor ao céu’, o dativo (*caelo* ‘ao

expressar os valores de ablativo, dativo, genitivo ou mesmo acusativo de direção, o latim clássico lançou mão de outras formas nominais do verbo, a saber: do gerúndio e do supino (Ernout; Thomas, 1953, p. 255, 269). Mais precisamente, em função adnominal, o latim culto empregou duas formas nominais do verbo, assim: ao lado de adjetivos verbais, tais como *paratus*, *doctus*, o gerúndio preposicional (*paratus ad pugnandum*); ao lado de adjetivos nominais, tais como *utilis*, *bonus*, o supino em *-u* (*facilis lectu*) (Meillet; Vendryes, 1979, p. 358). Já a linguagem coloquial não distinguia perfeitamente entre um uso e o outro. Autores tais como Terêncio imitam a confusão entre o uso do infinitivo e o do gerúndio, a qual era comum na linguagem coloquial (Ernout; Thomas, 1953, p. 269): *summa eludendi occasio mihi nunc senes / et Phaedriae curam adimere argentariam* (Ter. *Phorm.* 885-6) ‘É para mim a ocasião suprema de iludir os velhos e para tirar Fedra da preocupação com dinheiro’. Assim, na verdade, a linguagem coloquial franqueou ao infinitivo caminhos que, ao longo da história do latim, o levaram a desbancar o uso daquelas outras formas nominais do verbo.

A construção adnominal do infinitivo latino surgiu e desenvolveu-se graças a um processo analógico. A princípio, na medida em que o infinitivo se empregava como objeto direto de verbos volitivos, acurativos, de possibilidade, de necessidade, pôde construir-se, por analogia, com adjetivos verbais derivados de tais verbos, isto é, com participios destes. Assim, foi por construir-se o verbo acurativo *paro* com o infinitivo objetivo: *Veneti reliquaeque item civitates [...] bellum parare* (Caes. *G.* III 9, 3) ‘Os Vênets e os restantes Estados, igualmente, [...] a preparar a guerra’, que o participio *paratus* admitiu, por extensão, a mesma construção: *omnia perpeti parati* (Caes. *C.* III 9, 5) ‘preparados para tudo suportar até o fim’. Assim também, o processo analógico ensejou a construção do infinitivo com participios derivados de outros verbos acurativos (*assuetus*), senão de verbos volitivos (*cupidus*, *avidus*), causativos (*doctus*), etc. Na verdade, tal construção deve-se considerar, em rigor, adverbial, uma vez que o infinitivo, quer preso a forma verbal finita, quer ligado a forma nominal do verbo, isto é, a participio, se constrói aqui e ali com forma verbal, razão pela qual tal construção foi normalmente empregada pela linguagem culta do latim clássico (Riemann, 1942, p. 501). A linguagem coloquial, porém, expandiu o processo analógico de dois modos.

Primeiramente, estendeu-se a construção do infinitivo a participios derivados de verbos que não se construíam com infinitivo. A condição para isso foi o participio ser derivado de verbo que, todavia, tivesse relação semântica com verbos que, por sua vez, admitiam o infinitivo. Assim, embora o verbo *perior* não se constrísse com infinitivo, o participio *peritus*, derivado dele, construiu-se com infinitivo por analogia com o verbo de possibilidade *possum*, com que tem relação semântica (cf. Verg. *B.* X 32: *soli cantare periti* ‘os únicos experimentados em cantar’). O mesmo deu-se com outros participios, por exemplo, com *certus* (que se pode relacionar semanticamente

céu’) concorre com *ad* + acusativo (*ad caelum* ‘até o céu’); nesta outra: *riuo [...] [...] / [...] iace* (Verg. *B.* VIII 102-3) ‘lança ao rio’, o dativo (*riuo* ‘ao rio’) concorre com *in* + acusativo (*in riuum* ‘no rio’) (Ernout; Thomas, 1953, p. 69-70). Assim também, o genitivo podia ser substituído por ablativo introduzido por preposição *de* ou *ex* na expressão *unus de/e multis* ‘um dentre muitos’, empregada em lugar da expressão *unus multorum* ‘um de muitos’; por exemplo, neste passo: *qui non fuit orator unus e multis* (Cic. *Br.* 274) ‘que não foi um orador dentre muitos’, e *multis* ‘dentre muitos’ vale por *multorum* ‘de muitos’; neste outro: *Hic mihi de multis unus, Lucane, videtur* (Mart. VIII 75, 15) ‘Esse, Lucano, parece-me um dentre muitos’, *de multis* ‘dentre muitos’ vale igualmente por *multorum* ‘de muitos’ (Ernout; Thomas, 1953, p. 46-7).

com o verbo volitivo *statuo*), *contentus* (que da mesma forma se pode relacionar com o verbo de afeto *gaudeo*), etc.

Posteriormente, o processo analógico alargou-se ainda mais, indo além dos participípios, formas nominais do verbo, e alcançando formas nominais puras, isto é, os adjetivos. Então, o infinitivo passou a ligar-se a adjetivo que tivesse alguma relação, seja morfológica seja semântica, com verbo que, por sua vez, se construísse com infinitivo. Assim, tanto o adjetivo *cupidus* (cf. Prop. I 19, 9: [...] *cupidus falsis attingere gaudia palmis* ‘[...] desejoso de alcançar regozijos com enganosas mãos’), que tem relação formal com o verbo volitivo *cupio*, como o adjetivo *idoneus* (cf. Hor. *Ep.* I 16, 12: *fons etiam rivo dare nomen idoneus* ‘fonte, ademais, apta a dar nome a riacho’), que tem relação semântica com o verbo de possibilidade *possum*, passaram a construir-se com o infinitivo. O mesmo deu-se com adjetivos vários, que se podem distribuir, conforme o sentido, entre dois grupos:

(8)

- (a) adjetivos que denotam **habilidade** ou **capacidade** (*idoneus, nescius*) e, daí, se relacionam com verbos de possibilidade; que denotam **desejo** ou **decisão** (*avidus, cupidus, certus, audax, timidus*) e, daí, se relacionam com verbos volitivos; que denotam **contentamento** (*felix*) e, daí, se relacionam com verbos de afeto (Riemann, 1942, p. 501-2): [...] *nec gravem / Pelidae stomachum cedere nescii* (Hor. O. I 6, 5-6) ‘[...] nem a grave / cólera do Peleides, ignorante em ceder’; [...] *avidus cognoscere amantem* (Ou. M. X 472) ‘ávido por conhecer a amante’; *septima post decimam felix et ponere uitem / et prensos dominare boues* [...] (Verg. G. I 284-5) ‘o sétimo [dia] depois do décimo [é] bom tanto para fincar a vide / como para domesticar os bois após prendê-los’;
- (b) adjetivos que significam **facilidade** (*facilis, difficilis*), **utilidade** (*utilis*), **aptidão** (*bonus, celer, arduus, durus, indocilis, piger, dignus*) (Riemann, 1942, p. 503), os quais não se construía, em princípio, com nenhum complemento nominal (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 358): *uitabis [...] celerem sequi / Aiacem* [...] (Hor. O. I 15, 18-9) ‘[evitarás] [...] Ajaz, / rápido em perseguir [...]’; [...] *durus componere versos* (Hor. Sat. I 4, 8) ‘[...] duro para compor versos’; *stultus et improbus hic amor est dignusque notari* (Hor. Sat. I 3, 24) ‘estúpido e ímprobo é esse amor, e digno de ser apontado’; *integramque et incorruptam epistulam et facilem legi praestabant* (Gell. XVII 9, 14) ‘e [as cartas] faziam prova de uma remessa íntegra, incorrupta, fácil de ler’.

Por esta altura, afastavam-se do latim culto do período clássico tanto o latim popular do mesmo período, como o culto do subsequente (Riemann, 1942, p. 501).

Note-se, porém, que, embora estendendo o processo analógico dos adjetivos verbais (isto é, dos participípios) aos nominais (isto é, aos adjetivos propriamente ditos), e embora ousando construções arrojadas, em que o infinitivo se ligava a adjetivo que em princípio não se construía com complemento nominal, nem o latim popular do período clássico nem o latim culto do período imperial podiam prender o infinitivo a substantivo. Tal torneio só foi possível na baixa latinidade (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 359; Väänänen, 1975, p. 222), quando o infinitivo passou a ligar-se a substantivo relacionado, formal ou semanticamente, com verbo que se construía com o infinitivo objetivo, por exemplo, ao substantivo *ira* (relacionado semanticamente com o verbo de afeto *doleo*), *potestas* (relacionado formalmente com o verbo de possibilidade *possum*), etc. (Maurer, 1959, p. 185):

- (9)
- (a) *dat potestatem infirmos curare, leprosos mundare, daemones ejicere* (Hier. Matt. I 10, 7) ‘dá o poder de curar os enfermos, purificar os leprosos, expulsar os demônios’;
- (b) *sed tamen saluberrimam consuetudinem tenebat Ecclesiam [...] corrigere quod pravum est, non iterare quod datum est* (Aug. Bapt. II 7, 12) ‘mas, contudo, a Igreja mantinha o costume muito salutar [...] de endireitar o que está torto, de não reiterar o que foi dado’.

Mas foi graças a uma inovação formal que o uso adnominal do infinitivo foi facilitado e, daí, impulsionado, isto é, graças à criação do infinitivo preposicional (cf. infra 4 *Infinitivo preposicional*). De fato, foi a ausência desse infinitivo que dificultou, senão inviabilizou, o uso adnominal do infinitivo ao longo da história da língua latina (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 354, n. 27). Tal criação fora apenas esboçada no latim baixo e talvez se tenha desenvolvido no português proto-histórico, visto que, no português arcaico, o infinitivo adnominal já está consagrado como infinitivo preposicional (Maurer, 1959, p. 185-6).

Com isso, não apenas se facilitou o emprego do infinitivo adnominal, mas também se permitiu que este suplantasse definitivamente o uso adnominal do gerúndio e do supino (Grandgent, 1907, p. 48-9). Assim, no português arcaico, o par de *de* + infinitivo faz as vezes do genitivo do gerúndio; o de *a/para* + infinitivo ocupa o lugar do acusativo preposicional ou dativo do gerúndio; e ambos os pares têm o valor do supino em *-u* (Said Ali, 1966, p. 341).

Assim, no português arcaico, o infinitivo adnominal liga-se a adjetivos tais como *facil, difficil, bom, mau, duro, aspero, raro, longo, gostoso* (Dias, 1954, p. 228-9): “Leve lhe foi isto de creer” (B. Ribeiro, *Menina e moça*, 9); “Façanhas asperas de cometer” (H. Pinto, *Diálogos*, I 140); e a substantivos vários, exprimindo, então, as noções de finalidade (“casa de jantar”), consecução (“frutos de enlevar os olhos”), possibilidade (“ação muito de louvar”) (Dias, 1954, p. 228).

Na *Demanda do Santo Graal*, em particular, o infinitivo adnominal é um infinitivo preposicional ligado quer a adjetivo quer a substantivo. O infinitivo liga-se a adjetivos que têm relação com verbos que normalmente se constroem com infinitivo (cf. *poderoso* e *poder, desesperado* e *esperar*): “asi como [...] foi poderoso de me erguer [...] bem assim é poderoso de me dirribar” (*Dem.* p. 457, l. 21-3); “ca de veer alegria som desesperado” (*Dem.* p. 54, l. 23-4); ou a adjetivos tais como *facil, difficil*:

- (10)
- (a) que [sc. canpaa] nom era mui ligeira de erguer (*Dem.* p. 40, l. 7-8);
- (b) que [sc. semedeiro] era mui pedregoso e mau de sobir (*Dem.* p. 103, l. 17);
- (c) Que tam maos lhe eram de tornar a si (*Dem.* p. 40, l. 21-2);
- (d) vos nom sodes sesudo nem cortês desto dizerdes (*Dem.* p. 300, l. 25-6).

Muito mais numerosas, porém, são as ocorrências de infinitivo adnominal ligado a substantivo. Assim, liga-se a substantivos que têm relação formal ou semântica com verbos que normalmente se constroem com infinitivo, a saber:

- (11)
- (a) com verbos **acurativos** (cf. *custume* e *custumar*): e deceo como aquel que avia custume de fallar com os homêes bôos em preito de sua alma (*Dem.* p. 126, l. 19-20);
 - (b) com verbos **volitivos** (cf. *vontade* e *querer*, *amor* e *desejar*, *esperança* e *esperar*, *coraçom* e *ousar*, *medo*, *pavor* e *temer*): que [sc. cousa] me da maior esperança de seer bõo e bõo cavalleiro (*Dem.* p. 2, l. 29-30); E doutra parte avia medo de descobrir a demanda do Santo Graal (*Dem.* p. 42, l. 4-5); E os cavalleiros nom lhe fallarom com medo de lhe pesar (*Dem.* p. 80, l. 13-4); ca hei pavor de seer chagado aa morte (*Dem.* p. 91, l. 24); mas pavor hei de vos vir algũo pesar (*Dem.* p. 109, l. 7-8); foi-se depos o cervo [...] por amor de o acalçar (*Dem.* p. 57, l. 21-2); me dá maior vontade de o conhecer ca al (*Dem.* p. 137, l. 26-7); como homem que avia diaboos que lhe davam coraçom de matar seu irmão (*Dem.* p. 121, l. 19-20);
 - (c) com verbos de **possibilidade** (cf. *poder* [subs.], *vagar* [subs.] e *poder* [verb.]): logo todos os cavalleiros ouverom poder de fallar (*Dem.* p. 11, l. 4); rezom hei de me aqueixar de vos (*Dem.* p. 76, l. 20-1); se eu ouvesse vagar de vos fallar (*Dem.* p. 108, l. 16-7);
 - (d) com verbos de **necessidade** (cf. *mester* e *necessidade*): que nom ouve i tal que nom ouvesse mester de folgar (*Dem.* p. 45, l. 13-3);
 - (e) com verbos **causativos** (cf. *conselho* e *aconselhar*): Aquella ora filharom conselho de se partirem demanhã (*Dem.* p. 30, l. 32-3);
 - (f) com verbos **opinativos** (cf. *duldança* e *duvidar*): nom ajades duldança de me eu partir ja mais do serviço de Jesu Christo (*Dem.* p. 132, l. 11-2);
 - (g) com verbos de **afeto** (cf. *sabor* e *gostar*): ouverom sabor de saber (*Dem.* p. 63, l. 10).

FLP22(1)

Assim também, liga-se a substantivos quaisquer, indicando, então, as noções de finalidade: “ca eu cuidõ que nunca este homem foi rei, senam de dormir” (*Dem.* p. 44, l. 10-1); e de possibilidade: “ca pois é cousa d’encobrir” (*Dem.* p. 71, l. 25); “nom has tu rem d’adubar” (*Dem.* p. 140, l. 38-9).

De tal modo está fixado o uso preposicional do infinitivo adnominal na *Demanda do Santo Graal*, que a ausência de preposição serve para distinguir a espécie adnominal de outra espécie infinitiva. Assim, no passo seguinte: “que tam maos lhe eram de tornar a si, quam mao seria a ãu homem mollentar ãa pedra mui grande” (*Dem.* p. 40, l. 21-3), o infinitivo preposicional “de tornar” é adnominal, isto é, prende-se ao adjetivo “maos”, mas o infinitivo simples “mollentar”, justamente por ser simples, é sujeito da locução verbal “mao seria”⁴.

O português moderno emprega o infinitivo adnominal à maneira do arcaico, isto é, ligando-o por meio de preposição a adjetivos (Said Ali, 1966, p. 341-2): “Isto

⁴ Pela mesma razão, ao passo que o infinitivo latino se liga à locução *tempus est*, e não ao substantivo *tempus*, de modo que seja subjetivo (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 359; Ernout; Thomas, 1953, p. 269), o infinitivo português liga-se, não às locuções *é tempo*, *é ora*, mas aos substantivos *tempo*, *ora*, de modo que seja adnominal. Assim, na *Demanda do Santo Graal*, deve-se analisar o infinitivo preposicional que ocorre ao lado daquelas locuções: “ja tempo é de comer” (*Dem.* p. 5, l. 23); à luz do infinitivo preposicional que ocorre ao lado dos simples substantivos: “ora de comer” (*Dem.* p. 1, l. 18); “pois que filho de rei chega a tempo de receber ordem de cavallaria” (*Dem.* p. 42, l. 28-9). Pois, à luz destas construções, parece evidente que na primeira: “tempo é de comer”, o infinitivo se prende ao substantivo *tempo*, e não à locução *tempo é*.

procedia de ser elle mau de contentar” (J. Barros, *Décadas da Ásia*, I 6, 6); e a substantivos (Bechara, 1992, p. 237): “Os imprudentes e estouvados ofendem a muita gente, sem a intenção nem propósito de ofender a pessoa alguma” (A. Herculano, *Fragmentos*, 69).

Por fim, note-se que o infinitivo português, quando ligado a adjetivo, tem não raro forma ativa e sentido passivo, seja no período arcaico (Dias, 1954, p. 228): “Disse cousas dignas de notar” (H. Pinto, *Diálogos*, II 59), seja no moderno (Said Ali, 1966, p. 342; cf. p. 237-9): “Mas he muyto digno de reparar que [...] hia no mesmo navio” (A. Vieira, *Sermões*, VIII 386). Nisso, distingue-se o uso português do latino, visto que este emprega, em tal construção, a forma passiva do infinitivo (cf. Gell. XVII 9, 14: *integramque et incorruptam epistulam et facilem legi praestabant* ‘e [as cartas] faziam prova de uma remessa íntegra, incorrupta, fácil de ler’), reservando a forma ativa para exprimir propriamente sentido ativo (Riemann, 1942, p. 502, n. 1).

4 INFINITIVO PREPOSICIONAL

No período clássico da língua latina, o infinitivo preposicional é de uso bem raro. Na verdade, pode-se construir unicamente com a preposição *inter* regida por *interesse* (Riemann, 1942, p. 497; Ernout; Thomas, 1953, p. 256): *ut inter optime valere et gravissime aegrotare nihil prorsus dicerent interesse* (Cic. *Fin.* II 43) ‘de modo que dissessem que, entre estar perfeitamente bem e estar gravemente doente, não há absolutamente nenhuma diferença’. A par dessa construção, emprega-se ainda o infinitivo preposicional na linguagem técnica dos gramáticos, seja com a preposição *ab*, a fim de explicar uma etimologia, isto é, a fim de dar no infinitivo a palavra de que outra deriva: *pontufices [...] a posse et facere* (Varr. *LL* V 83) ‘*pontufices* ‘pontífices’ [...] [deriva] de *posse* ‘poder’ e *facere* ‘fazer’; seja com a preposição *pro*, a fim de explicar uma sinonímia, isto é, a fim de dar no infinitivo a palavra a que outra equivale: *ponit assidue [...] betizare pro languere* (Suet. *Oct.* 87, 2) ‘emprega assiduamente [...] *betizare* ‘esmorecer’ em lugar de *languere* ‘definhar’” (Riemann, 1942, p. 497, n. 2; Ernout; Thomas, 1953, p. 256).

Naquele período, na linguagem culta, a forma nominal do verbo que se empregava com preposição era, antes, o gerúndio. Na verdade, assim como o infinitivo acabou por ocupar o lugar do sujeito e o do objeto direto, os dois lugares em que, ao longo da história da língua latina, as formas casuais, isto é, o nominativo e o acusativo, não foram substituídas por torneios preposicionais, assim o gerúndio acabou por ocupar os demais lugares sintáticos (Ernout; Thomas, 1953, p. 255-6). Por isso, mesmo naquela linguagem técnica dos gramáticos, o gerúndio pode ser empregado em lugar do infinitivo: *quae uirtus ex prouidendo est appellata prudentia* (Cic. *Leg.* I 60) ‘a qual virtude foi chamada ‘prudência’ de acordo com ‘prever’, isto é, *ex prouidendo* em vez de *ex prouidere*.

O emprego do infinitivo preposicional continuou escasso no período pós-clássico da língua latina, e mesmo no período da baixa latinidade quase não é atestado (Maurer, 1959, 185-6):

(12)

- (a) *ad invicem dicentes quomodo potest hic nobis carnem suam dare ad manducare* (Jn 6, 53) ‘a dizerem entre si: ‘como pode esse dar-nos sua carne de comer?’;

- (b) *Non igitur vivere propter ipsum vivere amas, sed propter scire* (Aug. Solil. II 1)
 ‘Portanto, não por causa do próprio viver amas viver, mas por causa de saber’.

No português arcaico e no moderno, porém, o uso do infinitivo preposicional desenvolveu-se plenamente, estendendo-se às diversas construções adverbiais e também adnominais. Ao passo, porém, que em construções adnominais a preposição é sempre conectiva, em certas construções adverbiais, todavia, pode ser tanto conectiva como expletiva. A preposição é conectiva quando é regime do verbo a que se prende o infinitivo, sendo de fato necessária à conexão deste; é expletiva, porém, quando não é regime do verbo a que se liga o infinitivo, sendo em princípio desnecessária à conexão deste. Em outras palavras, a preposição conectiva de fato liga o infinitivo ao verbo, ao passo que a preposição expletiva apenas acompanha o infinitivo, que em princípio poderia ligar-se ao verbo por si. Consequentemente, lá o infinitivo é objeto indireto do verbo, e aqui, objeto direto preposicional, senão sujeito preposicional.

As duas espécies de infinitivo preposicional ocorrem, por exemplo, n’*Os Lusíadas* de Camões. Assim, à luz deste passo: “[...] quem sempre com pouco experto peito / Razões aprende [...]” (Cam. *Lus.* VII 86, 5-6), em que o substantivo *razões* se prende diretamente ao verbo *aprende* (como objeto direto deste), conclui-se que neste outro: “E porque os que ouírem daqui aprendão / A fazer feitos grandes de alta proua” (Cam. *Lus.* VI 42, 5-6), a preposição *a* não é regime do verbo *aprendão*, de modo que é expletiva, isto é, apenas acompanha o infinitivo *fazer*, que em princípio poderia prender-se diretamente ao verbo *aprendão* (como objeto direto deste). Assim também, deste passo: “[...] isso deseja” (Cam. *Lus.* V 93, 4), em que o pronome *isso* se liga diretamente ao verbo *deseja* (como objeto direto deste), vê-se que neste outro: “Deseja de compraruos pera genro” (Cam. *Lus.* I 16, 8), a preposição *de* não é regime do verbo *deseja*, de modo que é expletiva, isto é, apenas acompanha o infinitivo *comprar*, que em princípio poderia ligar-se diretamente ao verbo *deseja* (como objeto direto deste). Tanto é que, noutro passo, este mesmo verbo aceita o infinitivo simples, não preposicional: “Deseja ser [...]” (Cam. *Lus.* VI 51, 6).

Ao lado de outros verbos, porém, a preposição, como se disse, pode ser conectiva. Assim, tendo em vista este passo: “[...] em delicias, / [. . .] / Gastão as vidas [...]” (Cam. *Lus.* VII 8, 1-3), em que o substantivo *delicias* se constrói com o verbo *gastão* por intermédio da preposição *em* (como objeto indireto daquele), percebe-se que neste outro: “Gastar palauras em contar estremos” (Cam. *Lus.* VI 66, 1), a mesma preposição é regime do verbo “gastar”, de modo que é conectiva, isto é, efetivamente liga o infinitivo *contar* ao verbo *gastar* (como objeto indireto deste).

Assim também, nas construções adverbiais em que o infinitivo atua como adjunto adverbial, o uso da preposição é de rigor⁵. Assim, se se considera este passo: “Os tropheos de Melciades famosos / Temistocles despertam so de enueja” (Cam. *Lus.* V 93, 5-6), em que a preposição *de* é necessária para introduzir o substantivo *enueja* (como adjunto adverbial de causa), deduz-se que neste outro: “Arrepião se as carnes e o cabelo / A mi, e a todos, soo de ouuillo e vello” (Cam. *Lus.* V 40, 7-8), a mesma preposição é igualmente necessária para introduzir os infinitivos *ouuir* e *uer* (como adjunto adverbial de causa).

⁵ Exceção a essa regra é a construção adverbial em que o infinitivo funciona como adjunto adverbial de finalidade (Martinho, 2012, p. 193-4).

4.1 Infinitivo de preposição expletiva

É de notar, nesses exemplos d’*Os Lusíadas*, que duas são as preposições expletivas que acompanham os infinitivos objetivos, a saber: *a* (“aprendão a fazer”) e *de* (“deseja de comprar”). Isso seria o resultado do desenvolvimento histórico do infinitivo latino. Pois este na origem era um nome de ação, declinado no dativo ou ablativo, de valor final (Martinho, 2012, p. 189-91), e tardiamente passou a receber a preposição *ad*: *ipsum elegit [...] ad offerre sacrificium deo* (Sirach. 45, 20) ‘escolhe a ele próprio [...] para oferecer sacrificio a Deus’ (Ernout; Thomas, 1953, p. 270), não por acaso, senão porque tal preposição tem valor semelhante ao valor original da forma infinitiva, isto é, valor final. Daí, pode-se dizer que a preposição *ad* que passou a acompanhar o infinitivo final era, do ponto de vista semântico, um desdobramento do valor daquele, passando a compor, do ponto de vista morfológico, uma única palavra com o infinitivo⁶.

No português arcaico, esse processo intensificou-se e expandiu-se. Em primeiro lugar, expandiu-se quando, além da preposição *a*, o infinitivo final passou a receber a preposição *de*, que serve igualmente de exprimir valor final (Dias, 1954, p. 229; Bechara, 1992, p. 239). Daí, o processo expandiu-se ainda mais, quando o infinitivo preposicional, originalmente um infinitivo final, passou a desempenhar as funções de objeto direto, como nos exemplos supracitados d’*Os Lusíadas*, e também de sujeito (cf. supra 2 *Infinitivo subjetivo*), como nestes exemplos de outros autores (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 350, n. 7; Dias, 1954, p. 219; Said Ali, 1966, p. 340-1):

(13)

- (a) A elles convinha de saber (D. João I, *Livro da montaria*, 47);
- (b) Não era cousa convinhavil de tu morreres agora (*Lenda de Barlaão e Josafate*, 45);
- (c) Seria bom de hirem a Mancor (G. Eanes de Zurara, *Crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, 408);
- (d) Nom era bem de o assi cercarem (D. João I, *Livro da montaria*, 192).

Assim, uma vez que, como se disse, a preposição não é regime do verbo, mas desdobramento semântico e, daí, constituinte morfológico da forma infinitiva, esses e outros exemplos ilustram a construção peculiar do objeto direto preposicional e a construção rara do sujeito preposicional em português.

Enfim, esse processo intensificou-se quando o uso das preposições expletivas *a* e *de*, que a princípio era facultativo, tendeu a fixar-se em algumas construções, por exemplo, com o verbo de doação *dar*: “dar a/de comer”, mais que: “dar comer” (Dias, 1954, p. 227-8). De fato, na *Demanda do Santo Graal*, a preposição expletiva é facultativa ao lado do infinitivo final construído com verbo de movimento (como adjunto adverbial de finalidade deste); assim, está presente nestes passos:

(14)

- (a) E os cavalleiros [...] foram a elle para veerem o que era (*Dem.* p. 6, l. 11-2);

⁶ Recorde-se, aliás, que é essa a origem da forma do infinitivo inglês, cujo componente morfológico *to* teria sido, originalmente, preposição de valor igual ao da preposição latina *ad* (Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 347, n. 1).

- (b) u cavalleiros de todo o mundo veem aa corte, e mui mais ainda por vos veerem ca por al (*Dem.* p. 1, l. 22-3);
- (c) me enviou acá [...] por filhar de vos vingança (*Dem.* p. 32, l. 12-3);

mas está ausente destes outros:

- (15)
 - (a) E el rei fora entam, ouvir missa aa see com gram conpanha de cavalleiros (*Dem.* p. 5, l. 7-8);
 - (b) ca ves aqui Persival, o bem aventurado e gl[or]ioso que te vem aqui buscar ora e veer (*Dem.* p. 129, l. 17-8);
 - (c) envia-te dizer o irmitam que este dia doje te vinrá a maior maravilha (*Dem.* p. 13, l. 25).

Assim também, a preposição expletiva é facultativa ao lado do infinitivo final construído com o verbo transitivo direto *dever* (como objeto direto deste); assim, está presente nestes passos: “vo-lo deviades de fazer” (*Dem.* p. 2, l. 22-3); “muito deviamos a seer ledos” (*Dem.* p. 16, l. 29); mas está ausente deste: “tu te devias ora mais guardar” (*Dem.* p. 28, l. 17). No entanto, a preposição expletiva é obrigatória ao lado do infinitivo final construído com verbo de doação, seja este empregado intransitivamente: “antes que lhes dessem de comer” (*Dem.* p. 9, l. 34); seja empregado transitivamente: “e deu a Estor o escudo a levar” (*Dem.* p. 102, l. 19); “nos deu a comer do seu santo celleiro” (*Dem.* p. 16, l. 31).

No português moderno, a atribuição das preposições *a* e *de* ao infinitivo objetivo e subjetivo tende a ser mais rara que no português arcaico. Isso, talvez porque os escritores modernos analisem aquelas de um ponto de vista estritamente sintático, de modo que, porque elas não têm préstimo sintático, os escritores modernos preferam suprimi-las (Said Ali, 1966, p. 340). Assim, em tais escritores, é algo raro o uso de ambos os infinitivos preposicionais (Bechara, 1992, p. 237), seja objetivos: “E prometeu de voltar hoje às três horas” (C. Castelo Branco, *A queda dum anjo*, 118), seja subjetivos: “Custou-lhe muito a aceitar a casa” (J. M. Machado de Assis, *Brás Cubas*, 94). Na verdade, embora tal uso da preposição expletiva tenha sido responsável pela oscilação de mais de uma construção de infinitivo no português arcaico (Said Ali, 1966, p. 139-40; Dias, 1954, p. 219-22; Pereira, 1919, p. 488-91, 496-7), o critério proeminentemente sintático das construções do infinitivo tendeu a fixar ora o emprego da preposição conectiva ora o abandono da preposição expletiva no português moderno. De fato, no português moderno, o caso dos verbos *dever*, *aprender* construídos com infinitivo objetivo preposicional, tal como ilustrado acima com o exemplo d’*Os Lusíadas*, é excepcional (Said Ali, 1966, p. 340).

4.2 Infinitivo de preposição conectiva

O infinitivo de preposição conectiva é escasso, como se disse, em latim. O uso do infinitivo introduzido por *inter* (em: *interesse* + *inter* + inf.) ou *pro* (em: *pro* + inf., no jargão dos gramáticos) é, como se disse também, excepcional. Esse mesmo infinitivo, porém, desenvolveu-se plenamente em português, o que, aliás, é sinal de que o caráter originalmente substantivo do infinitivo latino se acentuou em nossa língua (Pereira, 1919, p. 495). De fato, o número de preposições conectivas que se

constroem com o infinitivo já é alto no português arcaico (Maurer, 1959, p. 186), e ainda mais, no moderno (Bechara, 1992, p. 239-41).

Graças à preposição conectiva, o infinitivo pôde exprimir, seja no português arcaico seja no moderno, os mais diversos valores nocionais na função de adjunto adverbial (Dias, 1954, p. 232-3; Bechara, 1992, p. 239-41):

(16)

- (a) **causa** (*com, em, por, visto, a força de, em virtude de, em vista de, por causa de*): Porém, deixando o coração cativo, com fazer-te a meus rogos sempre humano (J. S. R. Durão, *Caramuru* 6);
- (b) **concessão** (*com, sem, malgrado, apesar de, não obstante, sem embargo de*): Este era funestamente o sistema colonial adotado pelas nações que copiava sem o entender (L. Coelho, apud *Antologia nacional*, 215);
- (c) **condição** (*a, sem*): Um to houveramos de encher, a queremos ajudar e exemplificar todas as variedades de composição métrica dos nossos dias (A. Feliciano de Castilho, *Tratado de metrificação portuguesa*, 146);
- (d) **finalidade** (*a, de, para, por, em, a fim de*): Dois meios havia em seguir esta empresa (A. Herculano, *Fragmentos*, 69);
- (e) **lugar** (*em*): Filha, no muito possuir não é que anda posta a felicidade, mas sim no esperar e amar muito (A. Feliciano de Castilho, *Palavras de um crente*, 114);
- (f) **meio** (*de, com*): Eu não sou, minha Nice, pegureiro, que viva de guardar alheio gado (F. A. Gonzaga, *Poesias* 1, 15);
- (g) **modo** (*sem, a*): Ele esteve alguns instantes de pé a olhar para mim (J. M. Machado de Assis, *Brás Cubas*, 86);
- (h) **tempo** (anterioridade: *antes de*; posterioridade: *depois de, após*; concomitância: *a*; iminência: *perto de, prestes a*; duração: *até*): Ao ouvir esta última palavra recuei um pouco, tomado de susto (J. M. Machado de Assis, *Brás Cubas*, 21).

Mais de um desses torneios ocorrem, por exemplo, na *Demanda do Santo Graak*:

(17)

- (a) **causa** (*de, por*): ca todo homem deve aver gram pesar da morte de homem bõo [...] e [mais por] seer companheiro da Tavola Redonda (*Dem.* p. 47, l. 20-2);
- (b) **concessão** (*sem*): andou todo aquel dia sem aventura achar (*Dem.* p. 62, l. 28-9);
- (c) **condição** (*sem, a menos de*): E pois que vio que se nom podia del partir sem lidar (*Dem.* p. 58, l. 3-4); Esto nom farei eu [...] a menos de saber della se lhe apraz (*Dem.* p. 114, l. 38-9);
- (d) **finalidade** (*por, para*): mais nom no ousava mostrar por seer mais triste (*Dem.* p. 6, l. 23); E Lionel ficou por fazer soterrar aquelles que matara (*Dem.* p. 125, l. 13-4); E ergeo-se contra elle, mas nom para salua-lo mas para fazer-lhe mal e pesar (*Dem.* p. 120, l. 21-2);
- (e) **tempo** (*a, em*): e em caer quebrou-lhe a lança (*Dem.* p. 65, l. 21-2); E anbos caerom em terra, e ao caer quebrarom as lanças (*Dem.* p. 102, l. 2-3).

Quanto à noção de finalidade, embora possa ser expressa por ambos os infinitivos, distinguem-se essencialmente as construções do infinitivo de preposição expletiva e do infinitivo de preposição conectiva. Aquele, como se disse, prende-se a verbo de movimento ou de doação, sendo a preposição expletiva facultativa com verbo de movimento, e obrigatória com verbo de doação. O infinitivo de preposição conectiva, por sua vez, como se vê dos exemplos supracitados da *Demanda do Santo Graal*, exprime a noção de finalidade ligado seja a verbo de repouso: “E Lionel ficou por fazer soterrar aqueles que matara” (*Dem.* p. 125, l. 13-4), seja a verbo estranho à ideia de finalidade: “mais nom no ousava mostrar por seer mais triste” (*Dem.* p. 6, l. 23). Aqui e ali, porém, o uso da preposição é de rigor, já que não há como o infinitivo prender-se ao verbo sem o intermédio dela.

De resto, note-se que, ao passo que em latim é o gerúndio que se emprega em construção preposicional, em português, todavia, é o infinitivo, senão pelo torneio de *em* + gerúndio (Said Ali, 164, p. 181). Assim, de tal modo o infinitivo português suplantou o gerúndio latino nesse uso, que é a única forma verbal portuguesa capaz de se construir com preposição (Said Ali, 1964, p. 173-4).

5 INFINITIVO SUBSTANTIVADO

Como se disse, o infinitivo latino foi, na origem, uma forma nominal, ou melhor, um nome de ação declinado no dativo ou ablativo que operava como adjunto adverbial de finalidade ao lado de verbo de movimento e de doação (Martinho, 2012, p. 189-91); em seguida, ao fossilizar-se sua desinência, passou a considerar-se um nome indeclinável e, daí, um nome neutro do caso reto, sendo empregado como objeto direto ao lado de verbos volitivos, acurativos, de possibilidade, de necessidade (Martinho, 2012, p. 196-7) e, daí, como sujeito ao lado de certos verbos e locuções verbais impessoais (cf. supra 2 *Infinitivo subjetivo*). No entanto, a despeito de tal evolução do uso do infinitivo latino, o valor original deste nunca foi obliterado, de modo que, mesmo após ter sido incorporado ao sistema verbal da língua, o infinitivo latino pôde ser empregado com o valor de nome de ação na posição de objeto direto ou sujeito. Trata-se do chamado infinitivo substantivado, que foi empregado em todos os períodos da história da língua latina (Ernout; Thomas, 1953, p. 255-6).

Antes de tudo, um sinal de que o infinitivo está substantivado é o desempenhar a função de objeto direto ou sujeito de verbo que, em regra, não se constrói com infinitivo em tais posições, mas com substantivo. Assim, se neste passo: *Nam si vis vivere, quid optas mori?* (Sen. *Ep.* 117, 22) ‘Pois, se queres viver, por que escolhes morrer?’, os infinitivos *uiuere* e *mori* podem dizer-se objetivos, já que se prendem respectivamente ao verbo de possibilidade *uis* e ao volitivo *optas*, que em regra se constroem com infinitivo objetivo. Neste outro, todavia: *beate autem vivere alii in alio, vos in voluptate ponitis* (Cic. *Fin.* II 86) ‘viver de modo bem-aventurado, por sua vez, cada um põe numa coisa; vós, no prazer’, o infinitivo *uiuere* deve considerar-se substantivado, de vez que se prende ao verbo *ponitis*, que em regra não se constrói com infinitivo na posição de objeto direto, mas com substantivo.

Mais que isso, um sinal de que o infinitivo está substantivado é o estar acompanhado de adjetivo (*solum, totum*) ou pronome adjetivo (*meum, tuum, hoc, illud*)

na posição de adjunto adnominal, o que é próprio da construção do substantivo (Riemann, 1942, p. 487-8; Meillet; Vendryes, 1979, p. 626):

(18)

- (a) *ita tuom conferto amare semper* (Pl. *Curc.* 28) ‘assim, teu amar hás de esconder sempre’;
- (b) *id primum videamus, beate vivere vestrum quale sit* (Cic. *Fin.* II 86) ‘vejamos em primeiro lugar o seguinte: de que natureza é vosso viver de modo bem-aventurado’;
- (c) *olim nescio [...] quid denique illud iners quidem, iucundum tamen nihil agere nihil esse* (Plin. *Ep.* VIII 9, 1) ‘desde muito não sei [...] o que, enfim, [é] aquele indolente, decerto, jocososo, todavia, nada empreender, nada ser’;
- (d) *meum enim intellegere nulla pecunia vendo* (Petr. 52, 3) ‘pois não vendo por dinheiro nenhum meu entender’.

Do mesmo modo, vê-se que o infinitivo está substantivado quando está acompanhado de substantivo ou pronome substantivo declinado no genitivo na posição de adjunto adnominal, o que é igualmente próprio da construção do substantivo (Riemann, 1942, p. 497, n. 1): *Quid autem huius vivere est diu mori?* (Sen. *Ep.* 101, 13) ‘Por que, porém, o viver desse é morrer por muito tempo?’; *cuius non dimicare uincere fuit* (Val.-Max. VII 3, 7) ‘de que o não combater foi vencer’.

Tais construções substantivas do infinitivo podem corresponder a construções verbais, na medida em que o adjunto adnominal daquelas pode corresponder ao sujeito ou adjunto adverbial destas. Assim, este torneio: *tuom amare* (Pl. *Curc.* 28), pode corresponder a este outro: **te amare*, bem como este: *cuius non dimicare*, a: **eum non dimicare*, de modo que, em vez de um infinitivo acompanhado de adjunto adnominal (*tuom, cuius*), se tenha um infinitivo acompanhado de sujeito (**te, *eum*). Assim também, este torneio: *iucundum nihil agere* (Plin. *Ep.* VIII 9, 1), pode corresponder a este outro: **iucunde nihil agere*, de modo que, em vez de um infinitivo acompanhado de adjunto adnominal (*iucundum*), se tenha um infinitivo acompanhado de adjunto adverbial (**iucunde*).

O uso do infinitivo substantivado, porém, é restrito em latim (Ernout; Thomas, 1953, p. 256), porque àquele o latim prefere o uso do gerúndio ou do supino (Meillet; Vendryes, 1979, p. 626), e é mais comum no latim coloquial que no culto (Maurer, 1959, p. 183; Grandgent, 1907, p. 51). Por outro lado, o infinitivo substantivado é usado no português arcaico, o que, aliás, revela a origem e o caráter popular deste (Maurer, 1959, p. 183-4), e do português arcaico passou ao moderno, de modo que, alfim e ao cabo, o infinitivo substantivado foi praticado continuamente ao longo da história do português (Dias, 1954, p. 217; Pereira, 1919, p. 495). Assim, no português arcaico: “O veer e o tocar mostram ao entender as cousas que som corpos, e o ouvir e cheirar mostram ao entender as cousas que nom som corpos” (D. João I, *Livro da montaria*, I 1, 1); assim também, no português moderno:

(19)

- (a) Vedes vos todo aquelle bolir, vedes todo aquelle andar, vedes aquelle concorrer as praças e cruzar as ruas; vedes aquelle subir e descer as calçadas, vedes aquelle entrar e sahir sem quietação sem socego? (A. Vieira, *Sermões*, 44);
- (b) Mais submisso ainda será o nosso obedecer (A. Herculano, *Eurico o Presbítero*, 183).

Como se vê dos exemplos citados, em português, assim como em latim, um sinal de que o infinitivo está substantivado é o estar determinado de adjetivo ou pronome adjetivo na posição de adjunto adnominal: “todo aquelle bolir ... todo aquelle andar ... etc.”; em português, em particular, pode ademais estar determinado por artigo: “o veer e o tocar ... o ouvir e cheirar”.

Demais, em português, assim como em latim, ao substantivar-se o infinitivo, pode-se alterar a construção deste, de modo que o sujeito ou o objeto direto do infinitivo se transformem, respectivamente, em adjunto adnominal ou complemento nominal. Assim, em lugar de: “o pôr-se o sol”, tem-se: “o pôr-do-sol”; ou ainda, em vez de: “o relatar os fatos”, diz-se: “o relatar dos fatos” (Pereira, 1919, p. 495). Do mesmo modo, este torneio: “Que mudança traz o rodear dos annos” (Fr. L. Sousa, *Vida do Arcebispo de Braga*, 223), pode corresponder a este outro: “o rodear(em) os anos”, de modo que o que lá é adjunto adnominal (“dos anos”), aqui se transforme em sujeito (“os anos”). Ou ainda, este torneio: “Ouve-se o rir alegre, o altercar, tinir argentino das taças” (A. Herculano, *Eurico o Presbítero*, 194), pode corresponder a: “o rir alegremente ... o tinir argentinamente”, de modo que o adjunto adnominal do primeiro (“argentino”) se transforme no adjunto adverbial do segundo (“argentinamente”).

Por fim, alguns infinitivos, pela frequência com que, no português arcaico, se empregaram substantivamente, hoje são empregados como substantivos puros, por exemplo: *poder, dever, saber, prazer*. Tanto é que chegam a receber a desinência nominal ‘-[e]s’ para flexionar-se no plural como um substantivo qualquer, assim: *deveres, prazeres*. Alguns infinitivos substantivaram-se na forma plural, seja isoladamente: *haveres*, seja em expressões: “ter dares e tomares com alguém” (Pereira, 1919, p. 495; Dias, 1954, p. 217; Maurer, 1959, p. 184; cf. Bassols de Climent, 1987, v. I, p. 361, n. 39).

Assim, muitos dos infinitivos substantivados que ocorrem na *Demanda do Santo Graal* perderam, ao longo do processo histórico, sua força verbal, empregando-se posteriormente como substantivos puros; são eles: *poder, pesar, prazer, cuidar*.

(20)

- (a) que nenhũ a meu cuidar nom podia seer covardo nem mao (*Dem.* p. 2, l. 28);
- (b) por mostrar seu gram poder (*Dem.* p. 3, l. 23-4);
- (c) so muito aviam gram pesar todos do cavalleiro (*Dem.* p. 6, l. 21-2);
- (d) el rei fez seu prazer (*Dem.* p. 8, l. 6-7);
- (e) e nom de teu prazer, mas de teu pesar (*Dem.* p. 13, l. 17-8).

Outros, porém, não levaram a cabo tal transformação; são eles: *pensar, comer, ir, catar, dormir, semelhar*.

(21)

- (a) que nenhũ o nom podia acordar de seu pensar (*Dem.* p. 6, l. 8);
- (b) E o homem bõ andava colhendo ortigas [...] para seu comer (*Dem.* p. 103, l. 20-1);
- (c) u nom morava homem nem molher a seu semelhar (*Dem.* p. 95, l. 25);
- (d) e ia-se a tam gram ir como se corisco fosse apos ella (*Dem.* p. 132, l. 26-7);
- (e) foi-se logo pello lugar que confonderades sol por vosso catar (*Dem.* p. 107, l. 18-9);
- (f) muito ouvestes grande afam em vosso dormir (*Dem.* p. 141, l. 29-30).

N'Os *Lusíadas* de Camões, alguns infinitivos substantivados já se empregam como substantivos puros; é o caso de *poder*, *parecer*, *prazer*, *saber*. “Cum poder tam singelo e tam pequeno (Cam. *Lus.* I 25, 2); [...] que destinado / Está doutro poder [...]” (Cam. *Lus.* VI 7, 3-4); “Mas pois saber humano, nem prudencia” (Cam. *Lus.* II 31, 5). Por isso, tais infinitivos chegam a receber a desinência nominal ‘-[e]s’ para flexionar-se no plural: “Mostra a Fortuna injusta seus poderes” (Cam. *Lus.* VI 15, 4); “Diuersos pareceres e contrarios” (Cam. *Lus.* VIII 52, 1); “Que Venus com prazeres inflamaua” (Cam. *Lus.* IX 83, 6).

6 CONCLUSÃO

Tendo noutro artigo (Martinho, 2012) exposto a sintaxe histórica do infinitivo final e do infinitivo objetivo do português à luz da sintaxe histórica do infinitivo latino, concluo neste a exposição da sintaxe histórica das demais espécies do infinitivo dito simples. Ora, o estudo comparativo da história das construções deste permite ver quanto o desenvolvimento sintático do infinitivo preposicional colaborou para o das outras espécies de infinitivo simples. Pois, se o infinitivo preposicional é excepcional na língua latina, restringindo-se a raros torneios sintáticos ao longo da história desta, no português proto-histórico, contudo, o desenvolvimento daquele teria ensejado uma diversidade de construções infinitivas que no português arcaico são amplamente atestadas. Assim, embora as construções do infinitivo final, subjetivo e objetivo tenham passado do latim ao português, uma diferença notável, todavia, é que em português aqueles infinitivos admitem preposição. Assim também, ao passo que em latim o infinitivo adnominal foi mais raro, tendo-se desenvolvido por meio de processos analógicos que lhe permitiram construir-se com alguns adjetivos verbais (isto é, com os participios) e, daí, com alguns nominais (isto é, com os adjetivos propriamente ditos), em português, todavia, aquele infinitivo é amplamente empregado graças à construção preposicional que lhe permite prender-se a adjetivos e também a substantivos vários. Concluído, pois, esse estudo, reservo para outro a exposição do infinitivo oracional.

REFERÊNCIAS

- A demanda do Santo Graal. Edição de Joseph-Maria Piel. Concluída por Irene Freire Nunes. Introdução de Ivo de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda; 1988.
- Bassols de Climent M. Sintaxis latina. 8.^a imp. Madrid: C.S.I.C.; 1987. 2 v.
- Bechara E. Moderna gramática portuguesa. 34.^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1992.
- Blatt F. Précis de syntaxe latine. Tradução francesa de H. Barbier e K. Olsen. Lyon: IAC; 1952.
- Camões LV. Os Lusíadas. Reprodução paralela das duas edições de 1572 [fac-símile]. Comissão da Academia das Ciências de Lisboa para a edição crítica d’Os Lusíadas. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda; 1982.
- Dias ES. Syntaxe histórica portuguesa. 3.^a ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & Cia (Filhos); 1954.
- Ernout A, Thomas F. Syntaxe latine. 2.^a ed. Paris: Librairie Klincksieck; 1953.

- Grandgent CH. An introduction to vulgar latin. Boston: D. C. Heath & Co., Publishers; 1907.
- Martinho M. Lições sobre a sintaxe histórica do infinitivo português. Caligrama: Revista de Estudos Românicos. 2012;17(2):187-208.
- Maurer TH. Gramática do latim vulgar. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; 1959.
- Meillet A, Vendryes J. Traité de grammaire comparée des langues classiques. 5.^a ed. Paris: Honoré Champion; 1979.
- Pereira EC. Grammatica historica. 2.^a ed. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo; 1919.
- Riemann O. Syntaxe latine. 7.^a ed. revista por A. Ernout. Paris: Librairie Klincksieck; 1942.
- Said Ali M. Gramática secundária da língua portuguesa. Edição revista e comentada ... pelo Prof. Evanildo Bechara. São Paulo: Edições Melhoramentos; 1964.
- Said Ali M. Gramática histórica da língua portuguesa. 6.^a ed. São Paulo: Edições Melhoramentos; 1966.
- Väänänen V. Introducción al latín vulgar. 2.^a imp. Tradução de S. Pacheco. Madrid: Editorial Gredos, S. A.; 1975.

FLP22(1)

FLP22(1)

Variantes sociolinguísticas e a posteriorização das fricativas vozeadas em Alagoas

Sociolinguistic variants and posteriorization of voiced fricatives in Alagoas/Brazil

Eliane Vitorino de Moura Oliveira*
Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, AL, Brasil

Marcleya Thaynara Ribeiro dos Santos**
Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, AL, Brasil

Resumo: Este artigo analisa a troca das fricativas vozeadas labiodental [v], alveolar [z] e palatal [ʒ] pela fricativa glotal [ɦ], processo chamado de posteriorização ou lenição, na variedade praticada em Alagoas. Tendo como sustentação e metodologia a Sociolinguística Variacionista, mensuramos a influência de fatores linguísticos, basicamente o contexto fonológico posterior, e extralinguísticos, como o sexo, idade, escolaridade, profissão, local de nascimento e de moradia, para a ocorrência da posteriorização das fricativas vozeadas labiodental [v], alveolar [z] e palatal [ʒ], pela fricativa glotal [ɦ] (FVLAP_FG), visando traçar um perfil sociolinguístico do falante que pratica essa variedade em Alagoas. O corpus foi composto a partir da transcrição da fala de seis informantes, sendo três homens e três mulheres, obtido a partir de respostas a um questionário e da leitura direcionada realizada pelos seis informantes. As discussões dos resultados, incipientes, mostram que a nasalização influencia na posteriorização (FVLAP_FG), havendo tendência maior de esse fenômeno ocorrer na fala de pessoas do sexo masculino, nascidas e criadas na zona rural. Tal estudo, entretanto, por seu caráter pioneiro e devido à limitação de seu corpus, pode servir de ponto inicial para pesquisas mais abrangentes.

Palavras-chave: Nasalização. Posteriorização. Sociolinguística.

Abstract: This article analyzes the exchange of some voiced fricatives: labiodental [v], alveolar, [z] and palatal [ʒ] for glottal fricative [ɦ], a process called posteriorization, in the variety spoken in Alagoas. Based on Sociolinguistics, we measure the influence of linguistic factors, basically the posterior phonological context, and extralinguistic factors, such as gender, age, schooling, profession, place of birth and residence, for the occurrence of posteriorization of some voiced fricatives: labiodental [v], alveolar, [z] and palatal [ʒ] for glottal fricative [ɦ] with the aim of establishing a speaker's sociolinguistic profile who practices this variety in Alagoas. The *corpus* was comprised of speeches of six informants, three men and three women, as answers to a questionnaire and as readings of texts developed for this research. Discussions of the thus far incipient results show that nasalization influences posteriorization of some voiced fricatives: labiodental [v], alveolar, [z] and palatal [ʒ] for glottal fricative [ɦ], with a greater

* Docente na Universidade Federal de Alagoas, Curso de Letras Língua Portuguesa, Campus Arapiraca, Curso de Pedagogia EaD, Alagoas, Brasil; eliane.oliveira@arapiraca.ufal.br

**Graduanda em Letras Português na Universidade Federal de Alagoas, Curso de Letras Língua Portuguesa, Campus Arapiraca; marcleyaribeiro@gmail.com

tendency for this phenomenon to occur in men's speeches, born and raised in rural areas. Such a study, however, by its pioneering and rather restricted *corpus*, can serve as a starting point for more comprehensive researches.

Keywords: Nasalization. Posteriorization. Sociolinguistics.

1 INTRODUÇÃO

Constituímo-nos como sujeitos pela linguagem. O que nos difere dos outros animais e nos faz humanos é nossa capacidade de articular essa linguagem em uma língua e materializá-la na fala. Nessa concretização, há fatores de toda a ordem operando: condicionadores linguísticos, idade, sexo, identidade, redes de interação, acesso à escrita, papel social desempenhado no momento da interação, entre outros. E é isso que desautoriza a concepção de língua como um produto acabado, heterogêneo e imutável.

Como mostram os estudos da Sociolinguística, a variação é inerente a toda e qualquer língua natural, com variantes coexistindo harmonicamente ou concorrendo entre si no plano lexical, sintático, fonológico e discursivo dessas línguas, representando variedades, diferenças, ou seja, identificando os falantes por meio dos usos de uma ou outra dessas variantes.

Em meio às representações de uma ou outra forma de falar, a diferença dialetal entre as regiões do Brasil é uma das mais percebidas e comentadas, pois os falantes trazem marcas características que os alocam como representantes regionais. É fácil distinguir nordestinos de sulistas, por exemplo, pelas variantes utilizadas em sua expressão linguística. Essas diferenças dialetais podem estar presentes em níveis vários, como já mencionamos aqui, e, neste trabalho, focamos em sua realização no plano fonético, mais especificamente, em um processo de alofonia.

Nesse contexto, este artigo analisa a posteriorização (também chamada de lenição ou glotalização), ou seja, o fenômeno que marca a troca das fricativas vozeadas labiodental [v], alveolar [z] e palatal [ʒ] pela fricativa glotal [ɦ] (Cristófaros Silva, 2002) na variedade linguística praticada no estado de Alagoas, pois diferentemente do que é propagado pela mídia não nordestina, a região nordeste não é um bloco dialetal homogêneo, uma vez que há variadas e distintas formas de expressão linguística nos estados e municípios que compõem essa região.

Cientes dessa variação, objetivamos analisar a influência de fatores internos, como a nasalização em sílabas próximas, e extralinguísticos, com as variáveis tradicionais da pesquisa sociolinguística, na posteriorização das fricativas vozeadas labiodental [v], alveolar [z] e palatal [ʒ] pela fricativa glotal [ɦ], de ora em diante apenas *posteriorização FVLAP_FG*, realizada na fala dos informantes, visando traçar o perfil sociolinguístico do alagoano que pratica tal variedade.

Pesquisar o processo de alofonia, ou a unidade formada quando, em um mesmo contexto, dois sons ou mais possuem o mesmo valor fonêmico em um sistema linguístico (Cristófaros Silva, 2002), justifica-se por ser um fenômeno recorrente na variedade falada no estado de Alagoas.

Além disso, o caráter germinal desta pesquisa tem que ser destacado, visto que o trabalho aqui apresentado tem certo ineditismo no estado brasileiro de Alagoas. Amplos estudos realizados por pesquisadores alagoanos, sobretudo

integrantes do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPGLL, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, têm se voltado para fatores diversos, visando descrever a variedade praticada no estado, sem, entretanto, desenvolver pesquisas com esta temática. Não há, inclusive, muitos estudos que tratem deste aspecto no país.

Dessa maneira, buscamos dar nosso contributo para tal descrição, apresentando os fatores que afetam a realização da posteriorização FVLAP_FG em nosso corpus. Labov (2008) relata a importância dos fatores internos e externos à língua para a configuração de comunidades de fala. Com isso em mente, cremos que a nasalização seja fator preponderante para a realização do processo aqui em estudo, sem deixar de considerar como relevantes para isso fatores extralinguísticos, como idade, sexo, escolaridade, local de nascimento e local de moradia. Tal hipótese foi testada nos dados coletados e aqui apresentamos, o que resultou de tais análises.

Para tanto, o trabalho divide-se, além desta introdução e das considerações finais, em duas seções. Na primeira, apresentamos o referencial teórico que tomamos como base e os procedimentos metodológicos adotados para chegar às conclusões e, na segunda, a apresentação das análises e a discussão dos resultados obtidos.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

É de conhecimento geral a existência de diferenças dialetais entre as regiões do Brasil, mais marcadamente entre as regiões Nordeste e Sudeste. Essas diferenças podem estar presentes no vocabulário ou nas expressões idiomáticas, mas também podem se realizar no plano fonético por meio de alofonia, como em: [mũjto]/[mũjtfo]; [diø]/[dʒiø]; [aʒëtʃi]/[aʒëti].

Nesses exemplos, há casos clássicos de alofonia no português brasileiro (PB), em que a mudança de segmento fônico não modifica o sentido da palavra ou da expressão (Cagliari, 2002; Cristófaros Silva, 2002).

O que chamamos aqui de posteriorização é a troca das fricativas vozeadas labiodental [v] (como em [vømuʒ]), alveolar [z] (como em [møʒmu]) e palatal [ʒ] (como em *gente*) pela fricativa glotal [ɦ], como no exemplo [aʒëtʃi]/[aʒëti], descrito anteriormente.

Como já dissemos, a descrição deste fenômeno nas variedades alagoanas é desconhecida. O estudo de April (2007) mostra fato semelhante ocorrendo no francês canadense, mais especificamente na variedade praticada em Quebec. No Brasil, Rodrigues, Araújo e Aragão (2013) descrevem este fenômeno para um dialeto cearense, mostrando alguns contextos favoráveis à posteriorização FVLAP_FG, como a ocorrência de [v], [z] e [ʒ] seguidos por nasais, laterais e a oclusiva dental [d]. O mesmo ambiente foi descrito por Alencar (2007) e Roncarati¹ (1999) também para um dialeto cearense. Portanto, os estudos nesse sentido são quase inexistentes.

A observação prévia da ocorrência desse fenômeno na fala de moradores de algumas cidades alagoanas indica que a nasalização posterior à ocorrência das

¹ Citados por Rodrigues, Araújo e Aragão (2013).

fricativas seja o fator responsável pela glotalização dessas consoantes, como ocorre em *mais nada*, realizada [maifi nadø] e *desmantelado*, [dʒifimêtelado].

O ponto de vista fonético, mais especificamente da fonética acústica (Barbosa; Madureira, 2015), que citamos aqui apenas para ilustração, pois não se trata do foco do trabalho, alega que algum fenômeno acústico possa estar envolvido nesse processo, fazendo com que a realização das fricativas velar, alveolar e palatal ocorra na região glotal. Segundo Seara, Nunes e Lazzarotto-Volcão (2015, p. 86), as consoantes fricativas são pronunciadas com a constrição do canal bucal, gerando uma oclusão de forma parcial, em que a passagem do ar pelas cavidades supraglóticas ocasiona um ruído de fricção. O véu do palato, assim, permanece levantado e o ar passa somente pela cavidade oral.

Uma hipótese para a posteriorização FVLAP_FG é de que a ocorrência de um segmento nasal após as fricativas velar, labiodental e palatal faz com que o véu palatino já esteja abaixado durante a realização, ocasionando um acúmulo de energia na região posterior do trato vocal, acarretando a substituição das fricativas anteriores pela glotal. Nesse caso, o fenômeno alteraria apenas o ponto de articulação e não o modo de articulação fricativo, sem haver obviamente, mudança de significado.

Tal fenômeno, mais do que expressar diferenças sonoras, pode prenunciar fatores externos à língua. Como prevê Fisher (1974, p. 93), “[...] as pessoas adotam uma variante não porque seja mais fácil de pronunciar (o que frequentemente acontece, porém nem sempre)”, mas porque revelam por elas sentimento, identidade, percepção de si diante do outro de maneira irrefletida.

Apesar de recorrente na fala dos alagoanos, a realização da posteriorização FVLAP_FG não parece ser bem aceita pelos falantes, o que vai ao encontro de resultados observados por Labov (2008) ao analisar a pronúncia do /r/ em Nova Iorque, quando observou que os falantes percebiam sua intenção fônica e não propriamente a produção real dos sons. Isso é explicado por Bortoni-Ricardo (2014, p. 42):

Em relação a línguas e variedades que compõem o repertório de sua comunidade de fala, os falantes podem ter sentimentos de orgulho, de lealdade, podem nutrir por ela sentimentos positivos, considerando-as bonitas e agradáveis de ouvir, ou sentimentos negativos, associando-as a *status* desprestigiados da sociedade.

É nesse sentido que a posteriorização FVLAP_FG pode acarretar preconceito social e linguístico (Bagno, 2015). Não é raro aparecerem na mídia personagens, sobretudo nordestinos e de origem rural, ridicularizados por conta de sua expressão linguística. O fenômeno aqui estudado serve, nestes casos, como elemento de caricaturização. Um despropósito, como esclarece Bagno (2015, p. 73), pois “[...] não existe nenhuma variedade nacional, regional ou social que seja intrinsecamente ‘melhor’, ‘mais pura’, ‘mais bonita’, ‘mais correta’ que outra” (grifos do autor), ou seja, toda forma de falar tem o mesmo estatuto, já que, ainda de acordo com Bagno (2015, p. 73) “[...] toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam.”

Isso se dá por haver fatores linguísticos e extralinguísticos operando na escolha dos falantes, o que interessa sobremaneira para a Sociolinguística, uma área da Linguística que estuda a relação entre língua e sociedade e entende que “[...] em se

tratando de língua, tudo o que acontece tem uma explicação, que encontramos dentro ou fora dela – existem forças que agem sobre a língua e a influenciam continuamente.” (Coelho et al., 2015, p. 14).

Santos e Vítório (2011, p. 15), após destacarem a origem interdisciplinar da Sociolinguística, relatam que a área se fixa, na década de 1960, reagindo contra preceitos estruturalistas e gerativistas que não consideravam o contexto social como relevante para os estudos das línguas, contribuindo, com isso, para o fortalecimento do mito da homogeneidade linguística.

É nesta perspectiva, ou seja, embasados pela Sociolinguística Variacionista, que analisamos quais fatores operam na corporificação ou não da posteriorização FVLAP_FG. Para tanto, realizamos uma pesquisa de cunho quantitativo, uma vez que ela busca identificar e explicar fenômenos linguísticos em um corpus obtido a partir de amostra aleatória (Guy, 2007), originalmente coletado para um projeto de Iniciação Científica realizado na UFAL/Arapiraca². O trabalho preocupou-se com ações que garantissem a confiabilidade, como a replicabilidade, seguindo o que orienta Guy (2007) sobre a codificação dos mesmos dados em períodos de tempos diferentes³.

Inicialmente, foi desenvolvida uma lista de palavras com tendência a apresentar o fenômeno em estudo para, em seguida, serem elaborados textos com tais palavras, para leitura dos pesquisados. Além disso, um questionário sociolinguístico foi elaborado, a fim de obter o vernáculo dos informantes.

Nosso questionário, inicialmente, contou com perguntas sobre idade, nível de escolaridade, profissão, local de nascimento e moradia. Tais questões, além de traçarem o perfil social dos nossos entrevistados, visaram *quebrar o gelo*, diminuindo o impacto do gravador, do entrevistador, ou seja, daquilo que Labov (2008) denomina “paradoxo do entrevistador.”

Ainda tentando amenizar a influência do entrevistador na obtenção do vernáculo, usamos estratégias sugeridas por Labov (2008), como utilizar perguntas com o intuito de obter narrativas, descrições, opiniões, gostos pessoais dos nossos inquiridos, em perguntas como: “Como foi sua infância?”; “Há algum fato ocorrido na infância que tenha marcado por ser engraçado, triste, alegre? Pode nos contar?”; “Gosta de ler? Pode contar sobre o livro de que mais gostou?”, entre outras.

A estratégia se mostrou produtiva, uma vez que obtivemos uma média de vinte a vinte e cinco minutos de gravações por entrevistado, os quais trouxeram alguns momentos de posteriorização FVLAP_FG.

Tais procedimentos visaram abarcar alguns dos estilos contextuais incluídos por Labov (2008) em seus modelos de análise: a fala casual e a fala monitorada, a partir das respostas ao questionário, e da leitura de texto. Coelho et al. (2015) explicam que “fala casual” se refere a momentos de expressão espontânea que fogem à entrevista, como interrupções, divagações e pequenas narrações feitas pelos

² Trata-se de projeto de pesquisa realizado no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica-PIBIC, em 2017, intitulado *A influência da nasalização na posteriorização de fricativas vozeadas no dialeto alagoano*. O projeto contou com quatro pesquisadores: uma orientadora, dois bolsistas e uma colaboradora.

³ Refizemos a análise, feita inicialmente em 2018, no início de 2020, encontrando os mesmos resultados.

informantes. Já a “fala monitorada” é aquela mais acurada, em que o falante presta total atenção à sua expressão e, pela situação, é recorrente ao longo da entrevista. Já “leitura de texto” são trechos lidos pelos informantes, nos quais as variáveis analisadas são distribuídas ao longo do texto.

Esses processos compõem o corpus desta pesquisa, o qual é constituído a partir da gravação da fala de seis informantes, estratificados em sexo, faixa etária, nível de escolaridade, profissão, local de nascimento e local de moradia, conforme mostra o quadro seguir:

	<i>Sexo</i>	<i>Faixa etária</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Profissão</i>	<i>Naturalidade</i>	<i>Local de moradia</i>
<i>INF1</i>	Masculino	35	Doutorado	Professor ES	Arapiraca	Maceió
<i>INF2</i>	Masculino	23	Graduação	Professor EB	Arapiraca	Arapiraca
<i>INF3</i>	Masculino	34	Graduação	Radialista	Junqueiro	Teotônio Vilela
<i>INF4</i>	Feminino	34	Especialização	TAE	Maceió	Arapiraca
<i>INF5</i>	Feminino	21	Graduação	Estudante	Palmeira dos Índios	Palmeira dos Índios
<i>INF6</i>	Feminino	33	Graduação	Professora EB	Penedo	Penedo

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 1 – Informantes⁴.

Vale relatar que, além de terem nascido no estado de Alagoas, todos os informantes têm pais alagoanos, vivem e viveram toda sua vida no estado. Além disso, o nível socioeconômico dos seis é semelhante⁵, ainda que o INF1 possa representar, pelo nível de escolaridade e pela profissão, um nível de certo modo superior ao dos demais.

As respostas ao questionário sociolinguístico totalizaram cerca de vinte e cinco minutos por entrevista. Tais respostas e as leituras direcionadas foram gravadas, sendo posteriormente transcritas grafematicamente, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Projeto Vertentes, da UFBA⁶, para que fossem avaliados quais fatores influenciam os informantes a realizar ou não a posteriorização FVLAP_FG. Apresentamos os resultados a seguir.

⁴ INF1 é abreviação de Informante 1; INF2, de informante 2, e assim sucessivamente, até o informante 6.

⁵ O reconhecimento do nível socioeconômico dos informantes é baseado nas profissões exercidas por eles.

⁶ Conforme chave de transcrição disponível em: http://www.vertentes.ufba.br/images/paginas/projeto/chave_de_transcricao.pdf. [Acesso 02 fev. 2020].

3 ANÁLISE: RESULTADOS E DISCUSSÕES

A interação com falantes alagoanos, e nossa própria condição de falantes desta variedade linguística, permitiu perceber que muitos de nós costumamos apresentar a posteriorização FVLAP_FG em nossa expressão linguística. A realização em determinados contextos e, em outros, não, acendeu o interesse pela pesquisa.

Paula (2011, p. 31) fala sobre a presença da variação “[...] quando o falante se depara com a possibilidade de expressar o mesmo referente através de formas alternativas, definidas como variantes, que, por sua vez, refletem um fenômeno linguístico variável”. Intuitivamente, já que o processo inicial vai depender das impressões do pesquisador sobre aquilo que pesquisa, buscamos delimitar nosso objeto, identificando a variável e suas possíveis variantes, conforme apresentamos em outro ponto deste artigo: como *variável*, as fricativas vozeadas bilabial [v], alveolar [z] e palatal [ʒ], e as variantes *posteriorizadas* ou *não posteriorizadas*.

Com nosso *envelope de variação* delimitado, fomos em busca de respostas para a questão: *O que ocasionaria tal fenômeno?* Coelho et al. (2015, p. 32) relatam ser comum “[...] que condicionadores fonético-fonológicos influenciem o uso de uma ou de outra variante fonológica”, mas também destacam a importância dos fatores que atuam fora da língua.

O olhar para os aspectos internos e para os externos é parte deste trabalho. Começamos pelos internos, a seguir.

3.1 Fatores linguísticos

A primeira resposta possível, como já mencionamos, foi que um contexto linguístico seria responsável pela posteriorização FVLAP_FG, ou seja, que as fricativas vozeadas bilabial [v], alveolar [z] e palatal [ʒ], quando seguidas de segmento nasal, como em *vamos*, *gente*, *mesmo*, seriam posteriorizadas.

Tal fenômeno é recorrente na fala de nossos informantes em momentos mais descontraídos, ao passo que, na leitura, foi pouco produtivo, como vemos no quadro a seguir:

<i>Informante</i>	<i>Palavras/ expressões</i>	<i>Contexto fonológico</i>
INF1	-	
INF2	Tava naquela; mesmice	Sílaba posterior nasal
INF3	-	
INF4	-	
INF5	Mesmice	Sílaba posterior nasal
INF6	-	

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 2 – Posteriorização FVLAP_FG na leitura.

Reiteramos que, para efeitos de comprovação, o procedimento “leitura de texto” não se mostrou importante, talvez porque, no momento da leitura, os informantes tenham mantido atenção total à sua fala, dado ser este um contexto de maior formalidade.

Como vemos em Bortoni-Ricardo (2009), quando propõe um método para a análise do PB, os eventos de comunicação podem ser dispostos em uma linha imaginária, chamada de contínuo de oralidade-letramento, em que, num dos polos, se alocam as interações mediadas pela escrita e, no outro, sem a interferência do texto escrito. No caso da leitura de texto, podemos considerar um evento de interação totalmente mediado pela escrita, estando, portanto, no polo de letramento, o qual, dada essa característica, se distanciaria sobremaneira do vernáculo.

De qualquer forma, as realizações apresentadas, ainda que mínimas, atestam a hipótese levantada: a posteriorização FVLAP_FG ocorreu em palavras e expressões cuja sílaba posterior apresenta nasalização.

Ademais, os resultados do quadro corroboram uma premissa da Sociolinguística, que Coelho et al. (2015, p. 102) bem sintetizam, para a qual “[...] as amostras mais representativas para este tipo de pesquisa são as de fala espontânea”. Entretanto, obter esses dados não é uma tarefa fácil. Não bastasse a dificuldade em obter informantes, visto que não são todos que se interessam em participar altruisticamente de uma pesquisa, a busca pela fala espontânea pode ser influenciada por quem pesquisa, como mencionamos anteriormente. A metodologia utilizada se mostrou produtora, e apresentamos os resultados no quadro a seguir:

<i>Informante</i>	<i>Enunciados</i>
INF1	-
INF2	“eu não gostava não”; “a fiende ficava com a minha vó”; “a fiende passava o dia inteiro na roça”; “a fiende ficava em casa”; “aí mefimo pequenininho”; “é verdade mefimo”; “a fiende faz almoço”; “a fiende não cai”.
INF3	“eu estudava no ensino fundamental”; “porque eu chegava atrasado”; “militavam nessa área”; “mãe não é toda desgraça”; “mãe você não vai lá”; “convidado pela igreja católica”; “pela igreja católica”.
INF4	“terminei um curso mefimo sem gostar”; “em casa mefimo”.
INF5	“essas coisas que mefimo a fiende sem querer”.
INF6	“me livrar mefimo”; “a fiende tá, a fiende vive”

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 3 – Posteriorização FVLAP_FG na fala espontânea.

Como vemos no quadro, o Inf1 não apresenta o fenômeno em sua fala. Uma possível resposta para tal fato seria que, por ser professor do Curso de Letras, mesmo não conhecendo as variáveis que buscávamos, tivesse perfeita noção de que sua fala estava sendo avaliada. Dessa forma, é possível que tenha se monitorado

durante todo o período da entrevista, não permitindo que acessássemos o seu vernáculo. Os dados obtidos com o informante não são de todo descartáveis no entanto, pois, consoante Tarallo (2007, p. 19), “[...] aquele material que não apresente as características do vernáculo poderá ser utilizado na análise sociolinguística, caso o pesquisador saiba caracterizá-lo devidamente e desde que ele o aproveite com novas hipóteses em mente.”.

Vale relatar que os informantes que posteriorizaram fizeram-no da metade da entrevista para o final, um fato bastante comum. Fischer (1974, p. 91) discorre sobre a diferença de frequência das variantes obtidas no início e no fim das entrevistas. Discorrendo acerca de seu trabalho com crianças na Nova Inglaterra, o autor relata que a variante formal que ele analisava, o =*ing*, era mais comum no início da entrevista, diminuindo ao final.

Sintetizando, podemos dizer que os resultados, como a grande incidência da posteriorização FVLAP_FG em palavras como *mesmo* e na expressão *a gente*, comprovam a hipótese inicial de que o segmento nasal, após essas fricativas, faz com que o véu do palato já esteja abaixado durante sua realização, provocando um acúmulo de energia na região posterior do trato vocal, causando a troca das fricativas anteriores pela glotal.

Vale ressaltar, entretanto, a não-observância com as fricativas vozeadas bilabial [v] no contexto hipotetizado. Entretanto, observamos, pelo Quadro 3, a posteriorização FVLAP_FG no emprego de verbos da primeira conjugação, no pretérito imperfeito do indicativo (terminados em *-ava*) e em outros contextos em que as fricativas não aparecem acompanhadas de segmento nasal, como em *igreja* e em *mais você*. Tais resultados apontam para outros fatores atuando para a realização do fenômeno aqui em foco.

Estudos mais aprofundados poderão trazer contribuições para a pesquisa deste tipo de alofonia. Como nosso corpus é um tanto reduzido e nosso olhar é específico, deixamos o caminho aberto para novas buscas por respostas, tanto para nós mesmos, quanto para outros pesquisadores. Por ora, dando continuidade ao nosso objetivo, apresentamos os fatores externos que podem influenciar na posteriorização FVLAP_FG.

3.2 Fatores Externos

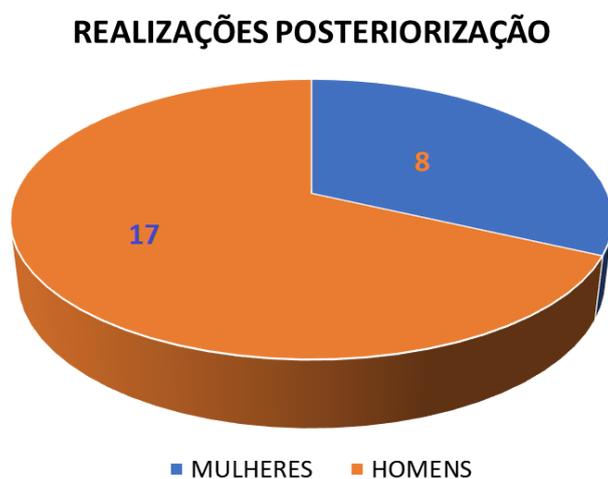
Em Tarallo (2007), vemos que “[...] a sistematização do ‘caos linguístico’ demonstra, em seus resultados, que a cada variante correspondem certos contextos que a favorecem”. O quadro 4 apresenta, de maneira resumida, os resultados de forças fora da língua agindo na posteriorização FVLAP_FG:

<i>Inf</i>	<i>Sexo</i>	<i>Idade</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Naturalidade</i>	<i>Moradia</i>	<i>Profissão</i>	<i>Posteriorização</i>
INF1	M	35	Doutorado	Arapiraca	Maceió	Professor	0
INF2	M	23	Graduação	Arapiraca	Arapiraca	Professor	10
INF3	M	34	Graduação	Junqueiro	Teotônio Vilela	Radialista	7
INF4	F	34	Especialização	Maceió	Arapiraca	Técnica Administrat.	2
INF5	F	21	Graduação	Palmeira dos Índios	Palmeira dos Índios	Estudante	3
INF6	F	33	Graduação	Penedo	Penedo	Professora	3

Fonte: Elaboração própria (2019).

Quadro 4 – Fatores extralinguísticos.

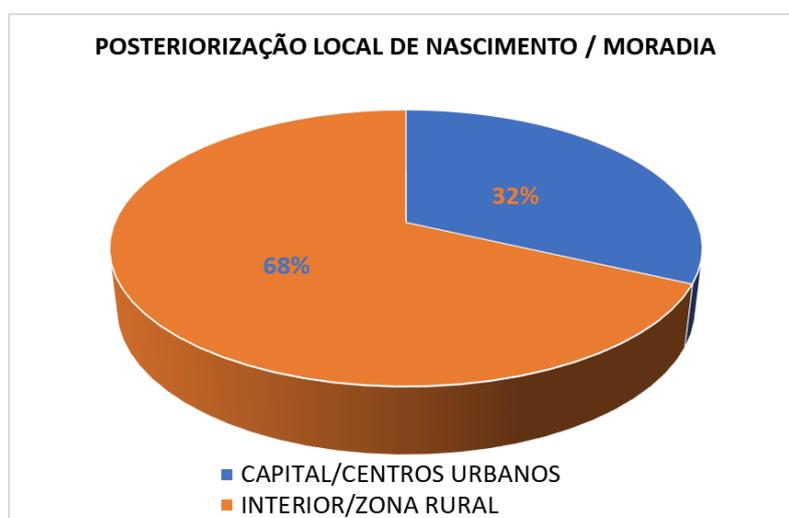
A primeira variável – sexo – mostrou-se relevante, uma vez que há maior incidência da posteriorização FVLAP_FG entre os homens, o que pode ser uma comprovação do que prevê Labov (2008) quando alega que as mulheres são mais cuidadosas em sua expressão linguística. Mostramos isso no gráfico a seguir:



Fonte: Elaboração própria (2019).

Gráfico 1 – Fatores externos: sexo.

A idade, escolaridade e profissão não parecem causar impacto neste fenômeno. Já local de nascimento e de moradia, sim, uma vez que os dois falantes que apresentaram uma ampla variedade de glotalização têm dados a se considerar nesse quesito. Os dados são melhor descritos no gráfico 2.



Fonte: Elaboração própria (2019).

Gráfico 2 – O peso da naturalidade/local de moradia para a posteriorização FVLAP_FG.

O Inf2, professor de educação básica, com menos de trinta anos, é nascido e criado na zona rural de Arapiraca, portanto, suas redes de interação podem ser com falantes em cuja variedade a posteriorização FVLAP_FG seja produtiva.

O Inf3 tem trinta e quatro anos, é radialista e nasceu no interior, vivendo hoje em outra cidade pequena, também no interior de Alagoas, onde a convivência com pessoas com menos acesso à cultura letrada e em cuja expressão predominem traços descontínuos pode interferir neste resultado. Mais uma vez, atestamos a necessidade de análises mais aprofundadas.

Essas foram as análises possíveis nos dados obtidos. Apresentamos, na sequência, nossas considerações finais sobre o trabalho.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, discorreremos sobre a posteriorização FVLAP_FG na fala dos alagoanos. Pelas análises ao corpus constituído de gravações de leitura de textos e entrevista com seis participantes, comprovamos a hipótese inicial, ou seja, nossos resultados apontaram para a nasalização como fator preponderante para a realização posteriorizada das fricativas vozeadas alveolar [z] e palatal [ʒ], quando seguidas de segmento nasal, principalmente na recorrente expressão *a gente* e na palavra *mesmo*. Entretanto, a bilabial [v] não foi produtiva neste estudo.

Comprovamos, também, que fatores extralinguísticos operam para a lenição, em especial gênero, local de nascimento e de moradia dos informantes, visto que os homens nascidos, criados e ainda moradores do interior do estado de Alagoas foram os que mais apresentaram o fenômeno em sua expressão linguística.

Embora com um corpus restrito, nosso estudo traz um olhar inicial para o fenômeno aqui descrito, o qual não tem sido alvo de estudos sistematizados não só em Alagoas, como também em outras regiões do país. Como todo trabalho pioneiro, este abre amplas possibilidades de pesquisa, por isso, é nosso intento seguir olhando

para a posteriorização FVLAP_FG em trabalhos futuros, convidando outros pesquisadores a juntarem-se a nós neste fecundo campo de pesquisa.

Por fim, reforçamos a importância da descrição de todas as variedades praticadas em nosso país, mais especialmente de variantes faladas por comunidades cuja expressão linguística é considerada feia e errada pelo senso comum, sendo comumente tipificada como caricatura, quando se intenta levar ao riso. É premente mostrar que todas as variedades são legítimas, pois são utilizadas por falantes reais em seus reais momentos de interação.

É necessário que o preconceito linguístico seja combatido, pois não há motivos para que haja a desvalorização do indivíduo pela forma como se expressa, uma vez que cada pessoa é única. Ter *sotaque*, demonstrando sua identidade, sua raiz regional, deve ser motivo de orgulho, de identificação, de pertencimento e até de amor.

REFERÊNCIAS

- Aprill P. The posteriorization of palato-alveolar fricatives in Quebec French: an effort-based approach. *Ottawa Papers in Linguistics*. 2007;35:1-24.
- Bagno M. Preconceito linguístico. São Paulo: Parábola Editorial; 2015.
- Barbosa PA, Madureira S. Manual de fonética acústica experimental. São Paulo: Cortez; 2015.
- Bortoni-Ricardo SM. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial; 2009.
- Bortoni-Ricardo SM. Manual de sociolinguística. São Paulo: Contexto; 2014.
- Cagliari LC. Análise fonológica. Campinas: Mercado de Letras; 2002.
- Coelho IL, et al. Para conhecer sociolinguística. São Paulo: Contexto; 2015.
- Fischer JL. Influências sociais na escolha de variantes linguísticas. In: Fonseca MSV, Neves MF, organizadores. *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado; 1974. p. 87-98.
- Guy GR. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. In: Guy GR, Zilles A. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial; 2007. p. 19-46.
- Labov W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola Editorial; 2008.
- Paula AS. O trabalho de campo sociolinguístico. In: Costa JF, Santos RLA, Vitorio EGSLA, organizadores. *Variação e mudança linguística no Estado de Alagoas*. Maceió: Edufal; 2011. p. 29-42.
- Rodrigues AGP, Araujo AA, Aragão MSS. Enfraquecimento de fricativas no atlas linguístico do Ceará: uma abordagem sócio-dialetal. *Revista Trama*. 2013;9(18):53-64.
- Santos RL, Vitorio EGSLA. Teoria da variação e mudança linguística. In: Costa JF, Santos RLA, Vitorio EGSLA, organizadores. *Variação e mudança linguística no estado de Alagoas*. Maceió: Edufal; 2011. p. 13-28.
- Seara IC, Nunes VG, Lazzarotto-Volcão C. Para conhecer fonética e fonologia do português brasileiro. São Paulo: Contexto; 2015.

Silva TC. Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios. São Paulo: Contexto; 2002.

Tarallo F. A Pesquisa sociolinguística. São Paulo: Ática; 2007.

FLP22(1)

FLP22(1)

Um estudo construcional da microconstrução intensificadora “[x] pra caramba]” no português brasileiro

A constructional study of the intensifying construction “[x] pra caramba]” in Brazilian Portuguese

Ana Ligia Scaldelai-Salles*

Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, SP, Brasil

Edson Rosa Francisco de Souza**

Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, SP, Brasil

Resumo: Este artigo busca analisar, com base nos pressupostos teóricos da abordagem construcional (Traugott; Trousdale, 2013; Bybee, 2016 [2010]), a microconstrução intensificadora *[[X] pra caramba]*, instanciada pelo subsesquema construcional *[[X] Prep+N]*, no português brasileiro, tendo em vista as propriedades da esquematicidade, composicionalidade e produtividade. A função desse tipo de microconstrução é expressar uma ideia de encarecimento acerca de algo, que ultrapassa os limites do que é considerado típico ou não excessivo pelo falante. Assim, considerando como universo de investigação o *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2006), nosso intento é apresentar uma breve descrição e análise da construção *[[X] pra caramba]* no que se refere ao seu funcionamento e à sua produtividade na língua portuguesa, como forma de diferenciá-la de outras microconstruções intensificadoras, do tipo “muito”, “bastante” e “demais”, definidas como simples. Em resumo, verificamos que essa microconstrução emerge na língua no século XX, tornando-se bastante produtiva no português, e, portanto, mais esquemática, a ponto de atrair, com base nos dados, outras microconstruções intensificadoras menos prototípicas.

Palavras-chave: Abordagem construcional. Intensificação. “Pra caramba”.

Abstract: This paper seeks to analyze, based on the theoretical assumptions of the Constructional approach (Traugott; Trousdale 2013; Bybee, 2016 [2010]), the microconstruction *[[X] pra caramba]*, instantiated by the constructional subschema *[[X] Prep + N]*, in Brazilian Portuguese, taking into account the properties of schematicity, compositionality and productivity. The function of this type of construction is to express an idea of enhancement about something, someone or event. Thus, considering as corpus of investigation the *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2006, 2016), our intention is to present a brief description and analysis of the microconstruction *[[X] pra caramba]* with regard to its functionality and its productivity in the Portuguese, as a way of differentiating it from other intensifying constructions, of the type “very”, “quite” and “too much”, defined as prototypical. In sum, we found that this microconstruction emerges in the language in the twentieth century, becoming, as seen in the data, quite productive, and therefore more schematic, to the point of attracting other less prototypical intensifying microconstructions.

* Mestre em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista – UNESP/IBILCE, São José do Rio Preto, SP, Brasil; anascaldelai@hotmail.com

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista – UNESP/IBILCE, São José do Rio Preto, SP, Brasil; edson.rosa@unesp.br

Keywords: Constructional approach. Intensification. “Pra caramba”.

1 INTRODUÇÃO¹

Fazer avaliações, intensificadas ou não, acerca daquilo que nos rodeia, como paisagens, pessoas, lugares, sentimentos, eventos, experiências, entre outros, é algo primordial para nós e está presente nas mais diferentes situações de comunicação. Assim, se consideramos a língua como um instrumento de interação social, que é usada para diferentes propósitos comunicativos, entendemos por que o falante sente necessidade de acrescentar, substituir, contrastar informações para o seu interlocutor. Esse processo se dá em razão daquilo que o falante tem em mente quando comunica algo a alguém e daquilo que ele acredita que o interlocutor sabe ou não sobre tal assunto (Dik, 1989, p. 9), o que evidencia que, durante o processo de comunicação, os usuários da língua mobilizam diferentes conhecimentos, experiências e estratégias para alcançar os seus objetivos. Em outras palavras, olhar para a língua sob uma perspectiva baseada no uso, significa dizer que sua estrutura reflete de alguma forma a estrutura da experiência do falante, o conhecimento do qual ele dispõe; isto é, a língua reflete em sua estrutura a perspectiva de mundo do falante.

O recurso da intensificação tem para o falante a função de atingir algum propósito comunicativo específico ou diferente, cuja dimensão ou intensidade de algum aspecto ligado a algo ou a alguma pessoa ultrapassa os limites tidos como relativamente normais para tal situação. Em outros termos, de acordo com Silva (2008), a intensificação tem a ver com a necessidade que o falante tem de exprimir uma noção superelevada acerca de algo, por isso estamos a todo tempo intensificando eventos, estados, emoções, seja com mais ou menos força. Logo, a intensificação é um processo avaliativo do mundo muito produtivo não só em nossa língua, mas também em várias outras, o que a torna um processo translinguístico.

Assim, o nosso objetivo é descrever a microconstrução intensificadora $[[X] \textit{pra caramba}]$, instanciada pelo subesquema construcional $[[X] \textit{Prep+N}]$, quanto à sua constituição, ao seu funcionamento nos contextos de uso e à sua produtividade no português, possibilitando, assim, a identificação de aspectos formais e funcionais que sejam definidores desse tipo de microconstrução intensificadora.

Este artigo encontra-se organizado da seguinte forma: primeiramente, apresenta-se o objeto de estudo; em seguida apresentamos os pressupostos teóricos da Abordagem construcional necessários para a análise da microconstrução $[[X] \textit{pra caramba}]$; na sequência, apresentamos a análise dos dados juntamente com os resultados obtidos, e, por fim, listamos as conclusões e as referências bibliográficas.

2 CONSTRUÇÕES INTENSIFICADORAS: TIPOS E FUNÇÕES

A emergência de estruturas linguísticas advém, segundo Heine (1994, p. 273), de processos cognitivos básicos, por meio dos quais conceitos mais abstratos são expressos em uma língua a partir de experiências humanas básicas com o mundo, relacionadas, segundo Langacker (1987, p. 150) e Lakoff (1987, p. 267), ao que se

¹ Agradecemos aos pareceristas deste artigo pelos comentários valiosos e pelas sugestões que nos permitiram refinar pontos importantes dos objetivos e da análise do nosso objeto de pesquisa.

chama de corporificação, que consiste na ideia de que nós, seres humanos, relacionamos na língua todos os aspectos do mundo que se encontram a nossa volta, tendo como ponto de referência o nosso próprio corpo no espaço. Nesse caso, o que as línguas fazem, conforme Slobin (1980 apud Silva, 2006, p. 204), é expressar noções abstratas a partir das experiências sensorio-motoras do falante com o mundo, atinentes à sua dimensão biossocial, que se processam via extensões metafóricas e metonímicas.

O processo de intensificação é um bom exemplo para ilustrar a importância da cognição humana para a construção e o entendimento de significados relativos à noção de intensidade (ideia de superelevação do falante acerca de algo). Segundo Silva (2006, p. 205), que se baseia nas ideias dos precursores da Linguística Cognitiva (Lakoff, 1987; Langacker, 1987; dentre outros), se entendermos que as construções linguísticas constituem formas simbólicas de codificação do modo como nós conceptualizamos as coisas com as quais interagimos fisicamente, por meio de operações cognitivas, então compreenderemos por que a referência corporal tende a se projetar na formação de conceitos mais abstratos². No caso da intensificação, há, segundo Silva (2006, p. 205), uma “conexão analógica” entre o conteúdo de intensidade e o conteúdo mais concreto, pertencente ao universo sócio-físico do falante. Assim, pode-se dizer, por exemplo, que o intensificador *muito* emerge, conforme Silva, do *esquema imagético* de quantidade, e que *ultra* e *super* emergem das ideias de localização horizontal e vertical, respectivamente, mostrando, assim, que há uma correlação direta com o processo de corporificação.

Para autores como Bechara (2009) e Cunha e Cintra (1985), representantes da Gramática Tradicional, a intensificação, que consiste no ato de intensificar, aumentar ou incrementar algo está quase sempre ligada aos advérbios de gradação ou à repetição de formas adverbiais, como *muito*, *bastante*, *pouco*, *extremamente*, entre outros. São raros os gramáticos que tratam de outras estratégias de intensificação. Já as gramáticas de uso (Castilho, 2010; Neves, 2010) tecem mais considerações acerca do processo de intensificação, dizendo que, além dos advérbios de gradação e sufixos derivacionais, a intensidade no português pode também ser expressa por meio de adjetivos e expressões preposicionadas (*horrores*, *de morrer*, *pra chuchu*, *de lascar*). Contudo, mesmo nas gramáticas de uso, que seguem uma orientação funcionalista, a intensificação é pouco analisada, ainda mais quando se trata de construções intensificadoras do tipo *lindo [de morrer]*, *feio [pra chuchu]*, *correu [pra caramba]*, *[roxo de] ódio*, *[vermelho de] raiva*, entre outras, que são bastante frequentes no português.

Lima-Hernandes (2009, p. 2-3) classifica essas construções de natureza intensificadora como perífrases elativas de função intensificadora, no entanto, o tratamento dado pela autora a essas construções é diferente do tratamento que propomos neste artigo, justamente porque nos baseamos na abordagem construcional de Traugott e Trousdale (2013, p. 1-2), que propõe a investigação de fenômenos de mudança linguística no âmbito das construções em que ocorrem (do todo) e não de itens linguísticos isoladamente (Scaldelai, 2017, p. 5).

² Segundo Lakoff e Johnson (2002), o corpo funciona como um ponto cardeal, a partir do qual construímos novas relações espaciais, temporais etc. O falante, portanto, lança mão dessas metáforas para fazer relações entre elas e o ambiente que o cerca para tentar empregar a ideia de intensidade.

Com relação às explicações iniciais sobre o processo de intensificação e as estratégias linguísticas disponíveis no português para essa finalidade, Neves (1997, p. 20) nos chama a atenção para o que poderia explicar a ocorrência dessas construções:

em qualquer estágio da interação verbal o falante e o [ouvinte] têm informação pragmática. Quando o falante diz algo a seu destinatário, sua intenção é provocar alguma modificação na informação pragmática dele. Para isso, o falante tem de formar alguma espécie de intenção comunicativa, uma espécie de plano mental concernente à modificação particular que ele quer provocar na informação pragmática do [ouvinte].

Para Neves (1997, p. 20), se o falante usa estratégias de intensificação distintas na língua, é porque essas construções cumprem funções comunicativas também diferentes no contexto de uso. No caso das microconstruções intensificadoras aqui estudadas e daquelas definidas como prototípicas pelas gramáticas tradicionais, tal distinção parece estar atrelada, a nosso ver, à diferença de gradação de intensificação entre uma microconstrução e outra. Assim, partimos do pressuposto de que é por conta dos diferentes efeitos comunicativos ligados a essas construções que o falante explora as mais variadas maneiras de transmitir o que pensa e o que deseja ao seu interlocutor. Dessa forma, para atingir seus propósitos, ele precisa persuadir o seu destinatário e não basta apenas dizer “Estou com fome”; às vezes, é preciso utilizar alguma estratégia discursiva que provoque um impacto maior no seu destinatário.

De acordo com Neves (1997, p. 104), a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação linguística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual (o que se tem em mente quando se diz algo em termos de intenção). Ou seja, essa extensão ou complexidade irá depender de qual impacto comunicativo o falante quer ou deseja causar no seu destinatário.

Assim, para expressar intensidade, o falante pode utilizar enunciados do tipo:

- (1) O juiz é **muito** rico!
- (2) O juiz é **podre de** rico!

Nos exemplos (1) e (2), os valores veiculados de intensificação são distintos. Em (2), o efeito comunicativo mobilizado pela construção intensificadora vai além do que está expresso em (1). Há uma gradação da intensificação expressa na sentença *O juiz é rico*. Nesse caso, a microconstrução [*podre de [X]*], que escopa o predicativo do sujeito *rico*, é usada com o sentido metafórico, isto é, a expressão *podre de [rico]* não é usada com o sentido de algo em putrefação, mas sim com a ideia de algo que ultrapassa o estado normal e esperado para algo (ou para o quão rica é uma pessoa) em termos de gradação: *O juiz é exageradamente rico*.

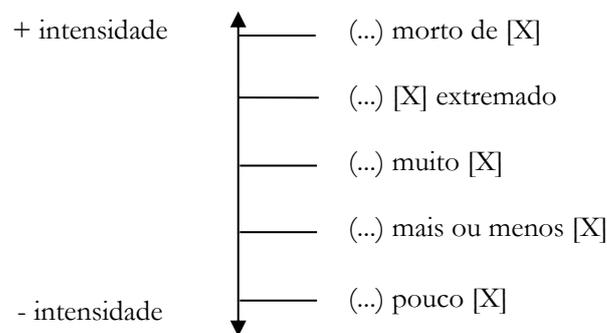
A gradualidade da intensificação fica mais evidente quando comparamos os exemplos de (3) a (5), em que se verifica que a intenção do falante é graduar subjetivamente o que diz com relação ao estado em que se encontra o professor:

- (3) O professor está **com fome**.
- (4) O professor está **com muita fome**.
- (5) O professor está [**morto de fome**]³.

³ Exemplos nossos desenvolvidos especialmente para o artigo em questão.

Analisando os casos de intensificação acima, fica evidente que há uma diferença gradativa de sentido em cada um deles (Silva, 2008; Scaldelai, 2016), uma vez que, no enunciado *O professor está com fome*, em (3), não há nenhuma marca linguística de intensificação; em (4), por sua vez, nota-se a presença do advérbio de intensidade *muito*, que intensifica a ideia de *fome* que o professor sente, colocando-se como algo que está um pouco acima do que é considerado normal; e, por último, em (5), o falante demonstra, por meio da microconstrução intensificadora *morrer de*, que a fome externada pelo professor está situada em uma escala considerada extremada ou exagerada, no sentido de que a ideia de intensificação faz-se via processo de metaforização, que relaciona a noção de morte, que simboliza o fim de um percurso ou de uma vida, à ideia de ponto máximo em uma escala de intensidade, pertencente a um domínio mais abstrato.

Por conseguinte, com base nas observações apresentadas por Costa (2010) e nos exemplos listados, podemos produzir uma escala subjetiva de intensificação, vista a seguir, que mescla construções intensificadoras perifrásticas e construções intensificadoras simples (aquelas definidas como prototípicas pelos gramáticos).



FLP22(1)

Figura 1- Escala subjetiva da microconstrução intensificadora [*morto de [X]*] (baseado em Costa, 2010, com algumas adaptações).

Como se pode verificar acima, na base da escala está o advérbio de intensidade *pouco*, ao meio, está também outro advérbio de intensidade, *muito*, ao passo que no topo está uma construção intensificadora *morto de [X]* formada a partir da experiência com *morte*, como visto em (5). Infere-se, portanto, que os diversos recursos da intensificação são capazes de posicionar as experiências do falante de acordo com a expressividade com que acontecem. Logo, ao considerarmos uma escala subjetiva, quanto mais intensa for a experiência do falante, mais no topo essa relação estará; por outro lado, quanto menos intensa for, mais basilar ela será.

Por fim, é importante dizer que as microconstruções intensificadoras simples como *pouco* e *demais* apresentam uma função bem demarcada no português, sendo suas ocorrências muito produtivas em várias esferas de comunicação. Entretanto, essas microconstruções intensificadoras não são suficientes para sanar as carências comunicativas do falante em alguns contextos, pois seu uso frequente leva à habituação e, como consequência, ao desgaste semântico. Assim, é por essa razão que surgem novas construções intensificadoras durante o processo de interação, pois o objetivo é fazer com que o falante consiga exprimir o que realmente deseja.

3 A ABORDAGEM CONSTRUCIONAL E AS CONSTRUÇÕES INTENSIFICADORAS

Para a abordagem construcional da linguagem, a língua é vista como um pareamento de forma-significado, de construções organizadas em uma rede de construções, de nós devidamente interligados, conforme apontam Traugott e Trousdale (2013, p. 1). Como consequência, a mudança linguística não ocorre isoladamente, isto é, com base em itens linguísticos isolados, mas sim no interior de construções linguísticas, uma vez que a mudança se dá no uso. Assim sendo, para que ocorra uma mudança é indispensável que ela seja compartilhada entre os membros da comunidade, havendo uma negociação entre falante e ouvinte, para que não circule somente na rede do indivíduo, mas no âmbito da rede da comunidade.

A fim de explicar como as diferentes construções emergem na língua, tendo em vista os processos de percepção e recepção de enunciados por parte de seus usuários, Bybee (2010, p. 15-19) entende que a habilidade de armazenar exemplares da língua e de usá-los como modelos de imitação para a criação de novas expressões contribui para o funcionamento e para a dinamicidade da língua. Nesse contexto, as formas redundantes e variantes da língua tendem a ser, segundo Langacker (1987, p. 105), utilizadas pelo usuário como um recurso para estabelecer generalizações, a partir do que está armazenado na memória, ou então para estabelecer modelos construcionais para a criação, via analogização, de novas expressões (Bybee, 2010, p. 126). É com base nesses processos cognitivos que os falantes conseguem reconhecer a existência de padrões construcionais, a partir de exemplares armazenados na memória, e distingui-los de outras construções similares ou não, como a que segue abaixo.

- (6) Me lembro perfeitamente de minha mãe me dizendo que durante anos esperou a volta do pai, **morto de tifo** ou febre amarela e enterrado no meio da selva, por nunca ter visto o cadáver⁴ (19:Fic:Br:Carvalho:Iniciais) (Davies; Ferreira, 2016, grifo nosso)
- (7) Aquele ar esquerdo do mestre de obras, engasgado, **roxo de tosse**, fazia-lhe cócegas pelo corpo inteiro. (18:Azevedo) (Davies; Ferreira, 2016, grifo nosso)

As expressões em negrito em (6) e (7), apesar de apresentarem um padrão construcional semelhante ao das microconstruções intensificadoras perifrásticas, são distintas e não são reconhecidas pelo falante como intensificadoras. Não constituem unidades convencionais, repetidas e estabilizadas na língua. Em (6), por exemplo, a preposição *de* não integra uma construção de caráter autônomo na língua, ou seja, nesse caso, a preposição mantém sua composicionalidade, já que ela é usada nesse contexto como elemento que estabelece a relação de causa e consequência: a pessoa morreu porque contraiu a doença de tifo. A mesma leitura pode ser feita do exemplo (7), em que a preposição *de* marca ainda a relação de causa e consequência no contexto em questão, isto é, a pessoa ficou roxa de tanto tossir. Em outras palavras, tais expressões em negrito ainda apresentam um elevado grau de analisabilidade (capacidade de reconhecer, em termos morfossintáticos, a contribuição de cada parte) e composicionalidade (previsibilidade do significado do todo a partir das partes), aspectos que as definem como unidades independentes ou individuais na língua.

⁴ Os exemplos foram extraídos do *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2015/2016).

Em contrapartida, os casos listados abaixo se configuram de outra forma:

- (8) O Berto, então, veio seco em cima de mim, e correu dois palmos de faca do Pasmado. - Tenha mão, capitão Berto - disse-lhe eu, aparando o golpe, com a minha Parnaíba. [...] Mas o homem estava **[roxo de]** raiva; espumava como um touro feroz. Avançou outra vez num ímpeto... (18:Olímpio:Luziahomem) (Davies; Ferreira, 2016, grifo nosso)
- (9) Há de casá-la como casou a outra, com um homem de peso.. - Pois sim.. - Verás. Bom casamento é ela, lá isso é..Quantas filhas são? - Cinco, parece-me que cinco. - Mesmo assim. O Meireles está **[podre de]** rico. Podre de rico! Também nunca vi homem tão agarrado (19:Fic:Br:Lopes:Falência) (Davies; Ferreira, 2016, grifo nosso)
- (10) A gente fez uma viagem pra Cleveland e Atlanta uma vez que foi foda... A gente se *divertiu* **[pra caralho]**. Um puta cara gente final! (19Or:Br:Intrv:Web) (Davies; Ferreira, 2016, grifo nosso)

Entendidas como derivadas de processos cognitivos de domínio geral, essas construções intensificadoras de (8) a (10), aqui indicadas entre colchetes, podem ser, a nosso ver, definidas, com base em Bybee (2010, p. 9) e Traugott e Trousdale (2013, p. 3-5), a partir de Fillmore et al. (1988), Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001), como novos pareamentos de forma-significado, uma vez que seu significado atual difere-se bastante do significado de suas partes componentes isoladamente. Em outras palavras, construções como *[roxo de]*, *[pra caralho]*, *[podre de]*, entre outras, já não carregam mais o sentido concreto de cor (roxo), de órgão sexual (caralho⁵, em termos informais), de podre (no sentido de putrefação), respectivamente, mas sim o sentido metaforizado (abstratizado) do que esses termos designam ou expressam: *roxo* (no sentido de extrapolação dos limites), *caralho* (no sentido de extenuação do vigor do órgão sexual masculino), *podre* (no sentido de grau exagerado de alguma qualidade). Outro aspecto que merece atenção nos exemplos de (8) a (10) é a presença de outras expressões de natureza hiperbólica que contribuem para o valor de intensificação veiculado pelas expressões entre colchetes, tais como: *espumava como um touro feroz*, em (8); a repetição da expressão *podre de rico*, em (9); e as expressões *foi foda* e *um puta cara*, em (10)⁶. Assim, entendemos que tais construções constituem novos pareamentos de forma-significado no português porque exercem a função de intensificação na língua e não mais a função de qualificação/especificação (no caso de expressões formadas por adjetivos como *roxo*, *podre* etc.), de designação/quantificação (no caso de nomes como *burro*, *caralho* etc.) ou de indicação de ação/estado/processo (no caso de verbos como *morrer*, *doer*, *chorar* etc.).

Para Bybee (2010, p. 64-65), construções como essas seriam consideradas como sequências encadeadas na língua ou *chunkings* ('encadeamentos'), pois são usadas convencionalmente juntas e têm, em geral, significados especiais ou outras propriedades diferentes de quando as palavras que as compõem são usadas separadamente. Nesse caso, as microconstruções intensificadoras perifrásticas em estudo apresentam um grau menor de composicionalidade, haja vista que o significado de intensificação não é decorrente do significado da soma das partes que compõem a

⁵ No Português, tal vocábulo adquiriu um estatuto semântico relacionado ao campo da sexualidade, assim como no espanhol, sendo, pois, classificado em vários dicionários como palavra tabu.

⁶ Agradecemos a um dos pareceristas pela observação sobre a atuação de outros elementos linguísticos no contexto que reforçam o valor de intensificação da expressão em estudo.

construção e certo grau de analisabilidade, já que ainda é possível reconhecer em muitas dessas microconstruções intensificadoras perifrásticas a contribuição, em termos morfossintáticos, de cada um dos componentes para o todo. Vale dizer ainda que tais expressões intensificadoras apresentam, em termos de propriedades definidoras, uma estrutura sequencial (de partes que são usadas conjuntamente) e podem incluir tanto posições fixas quanto posições abertas a serem preenchidas por uma categoria de itens linguísticos semanticamente definidos.

Assim, podemos dizer que as expressões em destaque em (8), (9) e (10) ilustram casos de microconstruções intensificadoras perifrásticas que são instanciadas, respectivamente, pelos subesquemas construcionais $[N+Prep [X]]$ e $[[X] Prep+N]$, que são aparentemente produtivos no português brasileiro.

O esquema proposto por Croft (2001, p. 18) e Croft e Cruse (2004), representado na figura 2 a seguir, mostra como a construção é concebida no modelo da abordagem construcional da linguagem (Traugott; Trousdale, 2013). Nessa perspectiva teórica, a construção é decorrente de pareamentos de forma (que envolve propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas) e sentido/significado (que envolve propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais), ambos interligados por meio de elos de correspondência simbólica. Vejamos:

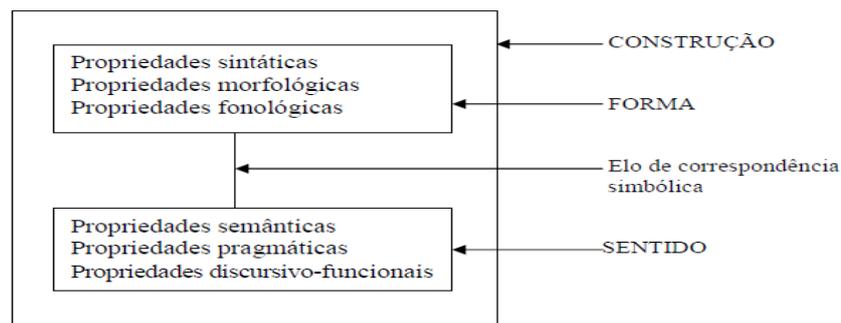


Figura 2 - Modelo simbólico de uma construção (Croft, 2001, p. 18).

Como se vê na figura 2, a forma e o significado motivam os usos linguísticos e são elas também motivadas por tais usos, configurando, assim, um outro tipo de correlação (função ↔ forma) (Traugott; Trousdale, 2013, p. 8), em que ambos se influenciam e reforçam com maior equiparidade a importância do contexto de uso e da forma em uma construção, proposta esta que se distancia do pressuposto teórico presente nos estudos funcionalistas de Givón (1979, 1995), que defendiam a trajetória unidirecional (função → forma), como bem pontua Oliveira (2015, p. 24).

De acordo com a abordagem construcional, a mudança linguística pode ocorrer de duas formas, ou seja: (i) ela pode afetar apenas a forma ou apenas o significado, resultando naquilo que Traugott e Trousdale (2013, p. 20-23) chamam de *mudança construcional*⁷, que são as pequenas mudanças que ocorrem antes da construcionalização, isto é, tal mudança não promove a formação de novas (micro)construções na língua, mas sim a renovação delas; ela pode afetar, simultaneamente, a forma e o significado de uma construção, resultando, conforme

⁷ A mudança construcional começa quando novas associações entre construtos e construções (que não faziam parte do repertório dos usuários) emergem ao longo do tempo, tornando-se mais frequentes.

Traugott e Trousdale (2013, p. 21-22), em um caso de *construcionalização* (gramatical ou lexical), ou seja, de emergência de uma nova construção na língua.

Para Traugott e Trousdale, a construcionalização pode ser definida como:

[...] a criação de um novo pareamento de forma-significado [...]. Ela forma novos tipos de nós, os quais têm nova sintaxe ou morfologia e um novo significado codificado na rede linguística de uma população de falantes. Ela é acompanhada por mudanças nos graus de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micropassos e, por conseguinte é gradual, isto é, novas microconstruções podem ser igualmente criadas gradualmente, mas elas, também, podem ser instantâneas. Microconstruções criadas de forma gradual tendem a ser plenas de processamento e as instantâneas são plenas de conteúdo.⁸ (Traugott; Trousdale, 2013, p. 22, tradução nossa).

A emergência de novos pareamentos de forma e sentido, isto é, de novas construções, que se acoplam à rede construcional da língua, envolve, segundo Bybee (2010, p. 26-27) e Traugott e Trousdale (2013, p. 14-15), os processos cognitivos de categorização, *chunking*, memória rica, e, em especial, a analogização e a neonálise. A analogização diz respeito ao processo de formação de novas construções a partir da analogia com outras construções esquemáticas (exemplares) já existentes na língua, que servem de modelos para a criação de outros subesquemas. A neonálise, por sua vez, consiste, conforme os autores, em uma nova análise de uma construção, não necessariamente a reinterpretação a partir de uma análise preestabelecida na língua. A neonálise envolve “o processo de metonimização, com destaque para relações associativas” (Oliveira, 2015, p. 24; Traugott; Trousdale, 2013, p. 99).

Assim, para Traugott e Trousdale (2013, p. 94), a construcionalização gramatical, que compreende os casos das microconstruções intensificadoras aqui analisadas, resulta na formação de construções que estabelecem uma relação gramatical na língua, que é a de modificar o verbo, o adjetivo, o próprio advérbio e outros. Nesse tipo de construcionalização, o que se verifica é um aumento de produtividade e esquematicidade e um decréscimo na composicionalidade das expressões. Ademais, para Traugott e Trousdale (2013, p. 163-165), no tocante ao aumento de esquematicidade de uma dada construção, devemos considerar dois aspectos importantes: a) ao longo do tempo, as microconstruções podem se tornar mais esquemáticas ou mais abstratas, firmando-se como os *melhores* membros de esquemas abstratos; b) pode ocorrer a expansão dos (sub)esquemas, uma vez que eles podem vir a ter mais membros compatíveis com o esquema (extensibilidade dos esquemas) (Barddal, 2008, p. 31-32).

⁸ Confira o original: “the creation of form_{new}-meaning_{new} (combinations of) signs. It forms new type nodes, which have new syntax or morphology and new coded meaning, in the linguistic network of a population of speakers. It is accompanied by changes in degree of schematicity, productivity, and compositionality. The constructionalization of schemas always results from a succession of micro-steps and is therefore gradual. New micro-constructions may likewise be created gradually, but they may also be instantaneous. Gradually created micro-constructions tend to be procedural, and instantaneously created micro-constructions tend to be contentful.” (Traugott; Trousdale, 2013, p. 22).

4 CORPUS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo de investigação do trabalho é composto pelo *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2006; 2016), que é constituído por quatro diferentes subamostras, quais sejam: (i) a subamostra *Gênero/Histórico*, com 45 milhões de palavras, que inclui textos do português brasileiro e do português europeu; (ii) a subamostra *Web/Dialetos*, com 1 bilhão de palavras, que inclui textos de 4 variedades diferentes do português (Brasil, Angola, Moçambique e Portugal); (iii) a subamostra *Now*, com 1 bilhão e 100 mil palavras, que inclui textos atualizados da internet oriundos de revistas e jornais publicados em português; (iv) e a subamostra *Word/Phrase*, com 40 mil palavras, que permite verificar a frequência de cada palavra no interior do *corpus*, composto apenas por textos em português. Para os propósitos deste trabalho, utilizamos, como recorte, as subamostras *Gênero/Histórico* e *Now*. Para a contabilização do número geral de ocorrências da microconstrução *[[X] pra caramba]*, a fim a de aferir a produtividade, consideramos as três primeiras subamostras. Isso se justifica pelo fato de a subamostra *Gênero/Histórico* não apresentar uma compilação atualizada de textos do século XXI. Já a subamostra *Now* traz textos atualizados representativos da sincronia presente do português.

Para analisar os aspectos formais e funcionais da microconstrução intensificadora em apreço, utilizamos os seguintes parâmetros de análise:

- 1) *Grau de generalização esquemática da construção intensificadora*. O intuito é verificar o grau de esquematicidade do subesquema construcional *[[X] Prep+N]* no português em termos de capacidade de atração, via processo de analogização, de novas microconstruções intensificadoras.
- 2) *Possibilidade de a construção intensificadora ser derivada em formas de grau diminutivo ou aumentativo por meio de sufixos*. Espera-se que as construções intensificadoras, por já indicarem intensificação exagerada acerca de algo, não permitam a expressão de grau superlativo (mortíssimo de fome, podríssimo de rico etc.), grau diminutivo (feito pra carambinha etc.) ou aumentativo (podrão de rico, mortão de fome etc.).
- 3) *Tipos de ligação da microconstrução intensificadora com outros subesquemas construcionais*. O objetivo é verificar que tipo de ligação as microconstruções intensificadoras estabelecem com subesquemas e esquemas construcionais: ligação de polissemia, ligação de extensão metafórica, ligação de subparte de outra construção, ligação particular com valor semântico idiomático ou ligação de herança.
- 4) *Grau de transparência semântica da construção intensificadora*. O propósito é verificar se a microconstrução é transparente (quando é possível depreender o significado de cada subparte da construção), mais ou menos transparente (quando já se observa algum tipo de opacidade semântica no significado da construção) ou opaco (quando o significado da construção é decorrente do todo).
- 5) *Valor semântico-pragmático veiculado pelas construções intensificadoras*. O objetivo é identificar qual o valor semântico-pragmático mais veiculado pela microconstrução, se positivo ou negativo.

- 6) Tipo de modificação das construções intensificadoras: o intuito é verificar que tipo de elemento é escopado pela microconstrução: verbo, adjetivo, substantivo, advérbio, ou a oração como um todo.
- 7) *Grau de consolidação e produtividade das construções de intensificação instanciadas pelos subesquemas construcionais [[X]Prep+N].* Quando o *slot [N]* pode ser preenchido por diferentes tipos de formas nominais, tal construção encontra-se devidamente consolidada na língua e é bastante produtiva.
- 8) *Possibilidade de a construção intensificadora ser flexionada em número e pessoa, apenas em pessoa ou apenas em gênero.* A expectativa é a de que as construções intensificadoras sejam formas já consolidadas na língua, restringindo a possibilidade de que elas possam ser flexionadas em número, pessoa e gênero. Com esse parâmetro, verificaremos se as construções estão em vias de se convencionalizarem na língua.
- 9) *Gênero textual em que a construção se encontra:* ficção, oral, notícia ou acadêmico.
- 10) *Sincronia* em que ocorre a microconstrução.

Para garantir que todos os parâmetros sejam aplicados a todas as ocorrências de construções intensificadoras de forma equânime, utilizaremos, como ferramenta estatística, o programa sociolinguístico *GoldVarbX* (Sankoff; Tagliamonte; Smith, 2005), que permite apurar os números absolutos e percentuais de todos os parâmetros analisados. No entanto, estamos cientes de que o nosso objeto de estudo não constitui um fenômeno sociolinguístico, com controle de variáveis.

FLP22(1)

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos a análise dos dados referente à microconstrução *[[X] pra caramba]* no português brasileiro, com base na perspectiva teórica da Abordagem construcional de Traugott e Trousdale (2013), tendo em vista um conjunto de parâmetros de análise, que cobrem tanto aspectos formais quanto aspectos funcionais (de significado) da microconstrução em apreço.

Segundo Nacentes (1955) e Houaiss (2011), a palavra *caramba* é de origem espanhola e é usada para expressar surpresa, espanto, ironia etc. No entanto, além de atuar como interjeição, expressando admiração, surpresa e espanto, tal expressão vem sendo usada no português brasileiro para expressar intensidade de grau elevado, sendo, pois, bastante frequente na língua, conforme se verifica abaixo:

- (11) Não estou magoado, não. A galera tem que parar de fazer assunto com tudo porque, assim, eu vivo o trabalho, depois de ver o quão profissional ela é, *eu me esforço pra caramba* pra seguir os passos dela. Ela não me convidou pro aniversário dela, mas eu estava também pensando em trabalho", completou. (Davies; Ferreira, 2016)
- (12) O cantor Dudu Nobre foi a grande atração da festa de 111 anos de aniversário do Atlético, neste domingo, no estádio Mineirão [...] Em entrevista exclusiva a rádio Super, o cantor exaltou o clima [...] da torcida. "O negócio foi sério, *foi maneiro pra caramba*, uma torcida muito participativa, a gente fica feliz [...] (Davies; Ferreira, 2016)

- (13) O frio foi um grande obstáculo para mim", conta França, que recorda os companheiros que o ajudaram e até hoje não esquece do apoio que recebeu de Thiago Silva, que também no início da carreira, na Rússia, descobriu ter uma gravíssima tuberculose. # " O Felipe, que permanece no clube ainda, o Léo Bitencourt, o zagueiro Marcelo, que hoje joga no Lyon, o Felipe Santana, que na época jogava no Borussia, e o Thiago Silva, que me ligou e deu força **pra caramba** também. (Davies; Ferreira, 2016)

Em (11), a microconstrução [*pra caramba*] é usada para intensificar a ação expressa pelo verbo *esforçar-se*, exagerando a noção de intensificação. Nesse exemplo, o cantor Mc Zaac explica sobre o fato de não ter sido convidado para o aniversário da cantora Anitta, o que o deixou bastante chateado, uma vez que ele se esforça demasiadamente (“eu me esforço pra caramba”) para seguir os passos da funkeira. Em (12), a microconstrução [*pra caramba*] modifica, de forma intensificada, o valor expresso pelo adjetivo *maneiro*, que adquire uma avaliação hiperbólica. Nesse caso, a microconstrução aparece em uma fala do cantor Dudu Nobre, que participou da festa de comemoração do 111º aniversário do time de futebol Atlético Mineiro, momento em que ele elogia não somente a festa (“foi maneiro pra caramba”) quanto à torcida do time. Já na ocorrência (13), a microconstrução [*pra caramba*] opera sobre uma construção verbo-nominal *dar força*, intensificando também a ideia de solidariedade expressa por essa construção verbal. Nesse exemplo, o valor de intensificação fica claro quando França, ex-jogador do time de futebol Palmeiras, relata que teve ajuda de algumas pessoas durante um momento específico de sua carreira, em especial a do jogador Thiago Silva (“me ligou e deu força pra caramba também”). Ao organizarem suas interações, cada um dos personagens elencados acima, que se encontra em contextos distintos de comunicação, utiliza a mesma estratégia de intensificação (*pra caramba*) para codificar sua intenção comunicativa, que é a de realçar e explicitar claramente aquilo que pensam e sentem. É uma forma de impressionar o ouvinte ou de marcar a sua avaliação com relação a algo, com vistas a ganhar de alguma maneira a atenção do interlocutor.

O levantamento de dados realizado no *Corpus do Português* mostra que a microconstrução intensificadora [[X] *pra caramba*] é recente na história do português, o que mostra que essa estratégia de intensificação é considerada inovadora na língua:

Tabela 1 - Frequência de [[X] *pra caramba*] na história do português.

Sincronias Microconstrução	Séc. 13	Séc. 14	Séc. 15	Séc. 16	Séc. 17	Séc. 18	Séc. 19	Séc. 20	Séc. 21	TOTAL
[[X] <i>pra caramba</i>]	0	0	0	0	0	0	0	14	945	959
SUBTOTAL %	0	0	0	0	0	0	0	1,5%	98,5 %	100%

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 1 mostra que a microconstrução [[X] *pra caramba*], que opera sobre diferentes categorias linguísticas, é recente na história do português, aparecendo, inicialmente, no século 20, e tornando-se extremamente produtiva no século 21, em especial, como veremos, em textos escritos que simulam ou se aproximam da oralidade, tais como entrevistas, fóruns de discussão, comentários em blogs e afins. Em outras palavras, os textos são de natureza escrita, mas reproduzem, em sua maioria, situações de oralidade da língua. Apesar de o termo “caramba” aparecer em outras

sincronias do português, com outras funcionalidades, é no século 20 que essa microconstrução aparece com função intensificadora. Os números evidenciam, portanto, que essa microconstrução é inovadora no português, uma vez que seu uso está muito atrelado a situações de comunicação em que o falante busca expressar uma avaliação extremamente exagerada (ou superelevada) acerca de algo, diferenciando-se, assim, de intensificadores do tipo “muito”, “bastante” e outros.

Com relação à origem da palavra *caramba*, Cunha (2010) diz o seguinte:

caramba interj. (designa admiração, espanto ou ironia) 1873. Do cast. Caramba. (Cunha, 2011, p. 126, grifo do autor).

Assim como definido por Cunha (2011), Houaiss (2011, p. 54)⁹ diz que o vocábulo *caramba* constitui uma interjeição que expressa “admiração, surpresa ou ironia”, no entanto, diferentemente de Cunha (2010), o autor entende que o uso interjeitivo de *caramba* é de natureza informal e tem como origem etimológica o espanhol. Nascentes (1955, p. 97), por sua vez, com base no dicionarista Cândido Figueiredo, classifica o vocábulo *caramba* como um “eufemismo de um vocábulo obscuro”, oriundo do espanhol e constantemente empregado na linguagem cotidiana.

No tocante aos dicionários em espanhol, tanto o *Diccionario de La Real Academia* (2019)¹⁰ quanto o *Nuevo Diccionario Historico Del Español* (1933)¹¹ classificam o vocábulo *caramba* como uma interjeição que denota surpresa ou raiva, sem fazerem, contudo, menção ao uso dessa palavra com valor de intensidade ou quantidade. O *Diccionario de La Real Academia*, que é resultado do trabalho colaborativo de pesquisadores na coleta do léxico geral na Espanha e em países hispânicos, diz ainda que *caramba* é um eufemismo¹², o que significa que os dicionaristas e catedráticos consideram que, entre os vocábulos chulos ou tabus, há variantes que são reconhecidas como sendo mais estigmatizadas que outras.¹³ Entre os dicionários consultados, o único que faz alusão ao uso da locução *pra caramba* como construção de grau *intensificador* é o de Borba (2004), intitulado *Novo Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*. O autor define o vocábulo como:

“**Caramba** ca-ram-ba Interj. (Coloq) expressa admiração ou aborrecimento: *Caramba, como chove!* ► pra c. em alto grau; muito; demais: *Era um sujeito alto pra caramba.*” (Borba, 2004, p. 237, grifo do autor).

Ao que tudo indica, a expressão intensificadora *[[X] pra caramba]* se tornou frequente no português pelo fato de ela funcionar como uma construção alternativa menos estigmatizada entre os usuários da língua para intensificar algo, já que a construção *[pra caralho/pra caraio]*, que também se presta ao mesmo papel, é bastante marcada e é vista por muitos falantes como sendo uma forma proibida (tabu) na língua (de menção explícita ao órgão sexual masculino), o que faz com ela seja evitada em

⁹ Confira o original: “caramba interj. (1873) infm. Expressa admiração, surpresa ou ironia. ETIM interjeição esp. *caramba*.” (Houaiss, 2011, p. 54, grifo do autor).

¹⁰ Disponível no endereço: www.rae.es

¹¹ Disponível no endereço: <http://web.frl.es/DH1936.html>.

¹² Confira o original: “1. interj. eufem. U. para expressar extrañeza o enfado.” (DLE, 2019).

¹³ No, *El Diccionario de Uso del Español* de María Moliner (2007, 3ª Ed.), o vocábulo é definido como um eufemismo para o vocábulo *carajo* (caralho).

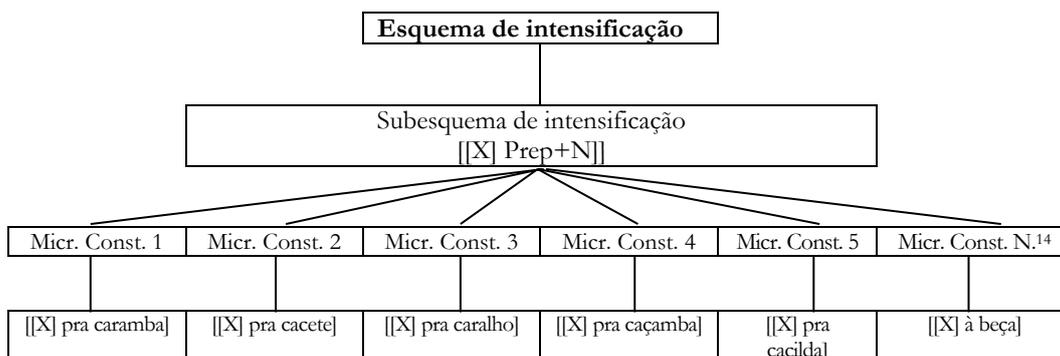
vários contextos de uso da língua. Trata-se, então, de uma trajetória de formação e consolidação que muito assemelha ao que provavelmente ocorreu no espanhol, em que *carajo* foi substituído pela forma *caramba*, como sugerem Nascentes (1955), Houaiss (2011), DLE (2019) e Rodrigues (2011). Na nossa opinião, a microconstrução $[[X] \text{ pra cacete}]$ é vista como menos estigmatizada do que a construção $[[X] \text{ pra caralho}]$, razão pela qual aquela parece ocupar uma posição intermediária entre $[\text{pra caralho}]$ e $[\text{pra caramba}]$.

No tocante a esse aspecto, Bybee (2016) assinala que:

Ao longo do tempo, é comum observar uma construção estender seu domínio de aplicação ou perder território para alguma outra construção mais produtiva. Assim, na morfossintaxe como na morfologia, observamos muitos exemplos de competição de construções e muitos esforços de linguistas para detectar diferenças sutis na função e na distribuição de construções que parecem muito semelhantes. (Bybee, 2016, p. 117).

No caso das três microconstruções intensificadoras listadas acima, o que se verifica é que a presença delas na língua está relacionada a um considerável grau de generalização esquemática da construção intensificadora, que permitiu, ao longo do tempo, expandir o esquema construcional para outros membros intensificadores com funções semelhantes ou iguais. Ou seja, quanto mais a construção se torna abstrata, esquemática e inclusiva na língua, maior será a capacidade de ela atrair novos membros (menos prototípicos) para preencher os *slots* de um subsesquema construcional de natureza intensificadora. Assim, pode-se dizer que a microconstrução intensificadora é instanciada pelo subsesquema construcional $[[X] \text{ Prep+N}]$, em que tanto o *slot* de *Prep* (preposição) quanto o *slot* de *N* (nome) podem ser preenchidos por diferentes tipos de elementos, conforme se verifica na figura 3.

FLP22(1)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 3 - Relações hierárquicas de gradiência entre esquemas, subsesquemas e microconstruções intensificadoras no português brasileiro.

¹⁴ O subsesquema de intensificação $[[X] \text{ Prep +N}]$ instancia muitas outras microconstruções que não constam no esquema acima, razão pela qual optamos por indicar as demais possibilidades de preenchimento pelo uso da nomenclatura *Micr. Const. N.* (Microconstrução eneária). Assim, além dos exemplários listados acima, há muitos outros que seguem o mesmo padrão, tais como: $[[X] \text{ pra diabo}]$, $[[X] \text{ a rodo}]$, $[[X] \text{ com vontade}]$, $[[X] \text{ com fé}]$, dentre muitas outras, com preposições distintas.

Como se pode verificar na figura 3, o subesquema construcional $[[X] \text{ Prep}+N]$ apresenta um alto grau de generalização, uma vez que ele instancia várias outras microconstruções intensificadoras que seguem um mesmo padrão construcional. Em razão do escopo da pesquisa e das limitações do corpus de análise, não é possível dizer se a microconstrução $[[X] \text{ pra caramba}]$ é a mais usual e frequente nos dados do português nem muito menos saber qual delas, incluindo aqui as microconstruções listadas na figura 2, emergiu primeiro na língua. O que se sabe é que as microconstruções $[[X] \text{ pra caralho}]$, $[[X] \text{ pra caramba}]$ e $[[X] \text{ pra cacete}]$ são as mais produtivas no português, apresentando uma alta frequência no século XX. É a partir desse período que o subesquema de intensificação $[[X] \text{ Prep} +N]$ que instancia essas microconstruções se torna mais produtivo na língua, servindo de modelo para a formação, via processo de analogização, de muitas outras microconstruções.

Vejam as ocorrências (14), (15) e (16), que ilustram outras instâncias de microconstruções intensificadoras no português tidas como menos frequentes:

- (14) “Quero agradecer a Rita. Exemplo! Te amo!”, tietou Valesca, antes de sair do palco para a entrada de Gretchen. “Não babo ovo para ninguém, *mas sou fã pra cacete* mesmo! Neste momento, eu estou muito louca!”, disse a funkeira sobre a rainha do bumbum e dos memes. (Davies; Ferreira, 2016)
- (15) O que meu pai tá fazendo agora? O que ele vai fazer a partir de hoje? Vai saber lidar bem com isso? É uma angústia que eu não desejo pra ninguém nessa vida. Conte aqui e foram o total 33 ligações, muitas delas chorando, outras dando risada, algumas pra falar nada mesmo, só ouvir a voz e saber que ele tá bem”, contou. # “A manhã é cinza. *Tá foda pra caralho* acordar e não te ver mais no Bem Estar. Aliás, agora só pega Redação Sportv aqui em casa nesse horário. Kkkk. (Davies; Ferreira, 2016)
- (16) A o final canto mais um pouco e termino o culto desejando uma semana abençoada aos irmãos. Volto para casa, oro antes de cada refeição, cumpro tudo o que manda o figurino. *Sou um crente legal à beça*. Faço minhas caridades -- e não espere que vá contar aqui, afinal o que a mão direita faz a esquerda não deve saber e sou tão certinho que jamais te contaria de que modo dou dinheiro aos pobres. (Davies; Ferreira, 2016)

Na ocorrência (14), a funkeira Valeska Popozuda elogia a cantora Gretchen através da microconstrução $[[X] \text{ pra cacete}]$ com o intuito de realçar de forma exagerada o fato de ser muito fã da cantora. Em (15), Pedro Rocha, filho do apresentador global Fernando Rocha, desabafa sobre a saída do pai da emissora Globo e diz que está muito difícil não ver o pai apresentando o programa Bem-Estar (Está extremamente difícil acordar cedo e não te ver mais no [programa] Bem Estar). Em (16), a microconstrução intensificadora $[[X] \text{ à beça}]$ ¹⁵, apesar de ser formada por outro tipo de preposição, é instanciada pelo mesmo subesquema construcional e exerce o mesmo papel de outras expressões intensificadoras, que é o de apresentar uma avaliação exagerada acerca de alguma característica (negativa ou positiva), evento ou algo similar. É um tipo de microconstrução de intensificação que é relativamente frequente nos dados do português brasileiro, o que evidência que o subesquema construcional de intensificação ao qual ela pertence é bastante produtivo na língua.

¹⁵ Há outras microconstruções intensificadoras, semelhantes à microconstrução $[[X] \text{ à beça}]$, muito utilizada no português brasileiro, que são mais utilizadas e frequentes no português europeu, quais sejam: $[[X] \text{ à farta}]$, $[[X] \text{ à brava}]$, $[[X] \text{ à bruta}]$, $[[X] \text{ à fartazana}]$, $[[X] \text{ a cântaros}]$, $[[X] \text{ ao extremo}]$.

Se considerarmos o total de ocorrências de microconstruções intensificadoras perifrásticas instanciadas pelo subesquema $[[X] \text{ Prep}+N]$ encontradas na subamostra *Web e Dialetos*, do *Corpus do Português*, chegaremos ao seguinte resultado:

Subesquema construcional	Microconstrução	Frequência	TOTAL (%)
$[[X] \text{ Prep} + N]$ ----- em que: - [X] pode ser verbo, adjetivo, advérbio, etc. - [Prep] pode ser “para”, “pra”, “à”, “com”, etc. - [N] pode ser representado por nomes como “caramba”, “caralho”, “cacete”, “burro”, etc.	$[[X] \text{ pra caramba}]$	2746	58,7%
	$[[X] \text{ pra caralho}]$	1115	23,8%
	$[[X] \text{ à beça}]$	310	6,6%
	$[[X] \text{ pra burro}]$	190	4,0%
	$[[X] \text{ pra cacete}]$	168	3,5%
	$[[X] \text{ pra cachorro}]$	54	1,1%
	$[[X] \text{ pra chuchu}]$	31	0,6%
	$[[X] \text{ pra caraio}]$	23	0,5%
	$[[X] \text{ pra dedéu}]$	13	0,3%
	$[[X] \text{ pra caraca}]$	11	0,2%
	$[[X] \text{ pra porra}]$	8	0,17%
	$[[X] \text{ pra Geddel}]$	6	0,12%
	$[[X] \text{ pra peste}]$	1	0,02%
	$[[X] \text{ pra cacilda}]$	0	-
$[[X] \text{ pra caçamba}]$	0	-	
TOTAL		4676	100%

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 1 - Produtividade e generalização esquemática do subesquema construcional $[[X] \text{ Prep}+N]$.

O quadro 1 demonstra que o subesquema construcional $[[X] \text{ Prep}+N]$, que instancia diferentes microconstruções intensificadoras perifrásticas no português, é extremamente produtivo na língua e comprova a tese de que a microconstrução $[[X] \text{ pra caramba}]$ é, de fato, uma das mais frequentes no português, somando 58,7% (2746/4676) dos dados, sendo seguida pela microconstrução $[[X] \text{ pra caralho}]$, que vem logo atrás, com 23,8% dos dados (1115 ocorrências). Uma análise mais detalhada dos dados também mostra que, apesar de a microconstrução $[[X] \text{ pra caralho}]$ ser muito expressiva na língua, seu uso está, como já pontuamos anteriormente, bastante atrelado a contextos mais informais de uso da língua, aparecendo, principalmente, em notícias de blogs, comentários de internautas, fóruns de discussão e veículos de comunicação ligados ao público jovem. Com exceção desse tipo de expressão, o que aparece em outros tipos de publicação, classificados como de média formalidade, é a microconstrução intensificadora $[[X] \text{ pra cacete}]$, que parece se colocar, conforme já dito, em uma posição intermediária. Embora apareça em textos jornalísticos, que constituem uma espécie de simulacro de contextos de oralidade (entrevistas, fóruns de discussão etc.), a microconstrução $[[X] \text{ pra caramba}]$ é a que mais circula entre textos diversificados da internet e do universo jornalístico, o que comprova que seu uso é um dos menos estigmatizados.

As ocorrências (17) e (18), a seguir, representam alguns casos inovadores de microconstrução intensificadora perifrástica encontrados no *Corpus do Português*. Cabe lembrar que as microconstruções intensificadoras $[[X] \text{ pra cacilda}]$ e $[[X] \text{ pra caçamba}]$ não foram localizadas no Corpus, mas, ao utilizarmos o motor de busca do Google, notamos que seu uso é extremamente frequente em textos da internet.

- (17) Quem me dera eu tivesse uma mulher como aquela. Está rindo de o quê?
Eu ainda estou bem pra caraca. Eu já tive uma namorada e tive uma filha

com ela que é minha cara. (BR, 13-12-13. gente.ig.com.br/tvenovela/2013-12-13) (www.sitedemulher.net/tag/luciano-huck/page/2, grifo nosso)

- (18) Mas o dia-a-dia com o Marighella era muito bom. Na vida em comum, dividíamos tudo. As coisas pesadas ele fazia, e as coisas mais leves eu fazia. Uma coisa pesada era passar o escovão em o chão, por exemplo. O escovão era *um negócio pesado pra chuchu*, então ele fazia isso. E ele não sabia passar roupa, então quem fazia isso era eu.
(www.brasilefato.com.br/2016/11/04/47-anos-da-morte-de-marighella-o-legado-do-principal-opositor-da-ditadura-militar, grifo nosso)

A microconstrução intensificadora *[[X] pra caraca]*, muito recorrente no estado do Rio de Janeiro, segue o mesmo estilo da expressão *[[X] pra caramba]*, conforme já discutimos anteriormente. Já a microconstrução *[[X] pra chuchu]* ganha o estatuto de intensificação, pertencente a um domínio abstrato da língua, em decorrência de seu valor original, pertencente a um domínio mais concreto, que tem a ver com a ideia de que chuchu é uma planta trepadeira que produz frutos (do tipo chuchu) em grandes quantidades. Tem-se aí, portanto, conforme discutido em Lakoff e Johnson (1980) e Langacker (1987), a ideia de transferência metafórica da noção de quantidade *[vários chuchus]* para a noção de intensificação *[pra chuchu]*.

Outro caso bastante curioso é o da microconstrução intensificadora *[[X] pra dedéu]*, cuja origem não é consensual entre muitos dicionaristas (Borba, 2004; Villas, 2013; Silva, 2013; Ferreira, 2014), uma vez que ela pode ter se originado da expressão com o sentido de *de porta em porta/de casa em casa* ou do uso variável do verbo *dar* com o sentido de *viajar, chegar e ir*. De uma maneira ou de outra, o que se verifica é que essa forma passou um processo de construcionalização, emergindo na língua com um novo pareamento de forma e sentido, ou seja, tal expressão deixou de ser usada no português somente com a ideia de *algo (lugar, provavelmente)*, passível de quantificação, e passou a configurar um outro tipo de expressão com o valor de intensificação, cujo processo também foi amplamente discutido em Langacker (1987), Lakoff (1987) e Heine (1994). Na ocorrência (19), a microconstrução *[[X] pra dedéu]* intensifica o adjetivo *triste*:

- (19) A primeira canção de Natal brasileira a estourar em disco foi “Boas festas”, de Assis Valente, gravada em 1933, por Carlos Galhardo, com arranjo de um orixá: Pixinguinha. A letra é *triste pra dedéu* e joga água em o chope de a euforia natalina, afirmando que “Papai Noel com certeza já morreu ou então felicidade é brinquedo que não tem”. (Davies; Ferreira, 2016, grifo nosso)

É interessante notar ainda que a microconstrução *[[X] pra dedéu]* serviu de base para a criação de outra microconstrução intensificadora, a saber: *[[X] pra Geddel]*. Tal expressão se tornou conhecida após apreensão de várias malas de dinheiro (com cerca de 51 milhões de reais) encontradas pela Polícia Federal, em 2017, em um apartamento do ex-ministro Geddel Vieira Lima, localizado na cidade de Salvador (Bahia). Inicialmente usada como *Dinheiro pra Geddel*, em referência ao episódio das malas de dinheiro, com o sentido de *muito dinheiro*, tal expressão intensificadora se estendeu para outros contextos de uso, sem necessariamente estar relacionada a dinheiro, como em: *estou cansado pra Geddel; comi pra Geddel* etc.

Outro parâmetro analisado no trabalho é o tipo de ligação existente entre a microconstrução *[[X] Prep+N]* e o subsquema construcional de intensificação (Traugott; Trousdale, 2013). O objetivo é verificar como surgem novas

microconstruções na língua e como se ligam a subesquemas e esquemas mais abstratos no português. Para isso, consideramos que tais ligações poderiam ser: (i) de natureza polissêmica, quando as especificações sintáticas das microconstruções são as mesmas, mas as especificações semânticas são diferentes; (ii) de natureza metafórica, quando envolvem algum tipo de abstratização semântica, de modo que seu sentido passa ser visto como particular e diferente do seu sentido original; (iii) de subparte, quando indica uma relação entre uma construção menor e uma construção maior que existe de forma independente e da qual ela pode fazer parte; (iv) de natureza particular, que ocorre quando uma construção particular constitui um caso especial de outra construção, ou seja, tal construção só pode ocorrer com tais elementos. A tabela 2, a seguir, mostra a distribuição dos dados em relação a tipos de ligações:

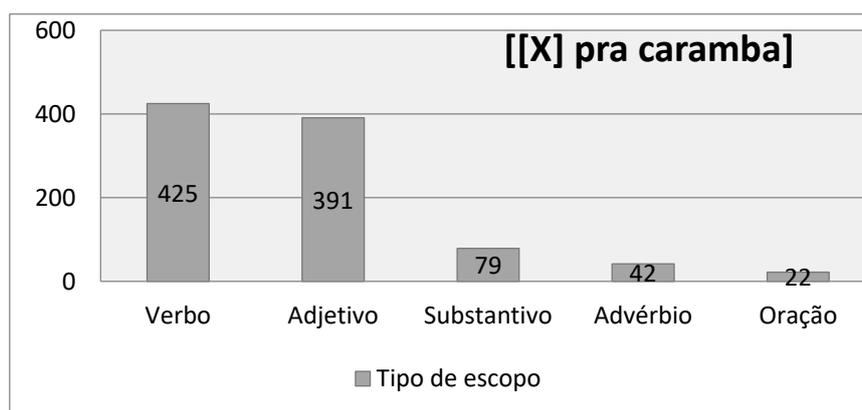
Tabela 2 - Tipo de ligação entre a microconstrução $[[X] \text{ pra caramba}]$ e o subesquema.

Ligação \ Microconstrução	Polissêmica	Metafórica	Subparte	Particular	Herança	TOTAL
$[[X] \text{ pra caramba}]$	0	959	0	0	0	959
SUBTOTAL %	0	100%	0	0	0	100%

Fonte: Elaboração própria.

Os números da tabela 2 mostram que o tipo de ligação existente entre a microconstrução intensificadora $[[X] \text{ pra caramba}]$ e o subesquema de intensificação $[[X] \text{ Prep+N}]$ é de natureza metafórica, o que referenda as proposições apresentadas por Lakoff e Johnson (1980), Langacker (1987) acerca da corporificação da linguagem e dos processos metafóricos atuantes na formação de inúmeras construções, uma vez que o termo *caramba*, usado em um domínio mais concreto para se referir de forma indireta, em substituição ao termo *caralho*, ao órgão sexual masculino, passa a ser usado, de forma metafórica, como expressão intensificadora, em referência ao sentido de extenuação do vigor físico do órgão sexual masculino, ou seja, o sentido mais concreto de vigor físico (ou força) do órgão sexual masculino passa a ser utilizado em um domínio mais abstrato com o sentido de intensidade, o que também corrobora a tese de que, nesse caso, há um processo de opacidade semântica em curso: o significado da expressão intensificadora em questão não é mais visto como composicional, mas sim como não-composicional. As ocorrências (14), (15) e (16), já citadas, ilustram esse processo de metaforização.

Com relação ao tipo de elemento modificado pela microconstrução intensificadora $[[X] \text{ pra caramba}]$, constatamos na análise que essa expressão tende escopar ou modificar, em primeiro lugar, com 44,3% dos dados, o verbo, seguido das formas adjetivais, com 40% dos dados, que são responsáveis pela qualificação, avaliação ou caracterização de algo, pessoa, objeto, animal etc. A figura 4, a seguir, mostra a frequência dos tipos de categorias escopadas em número reais:



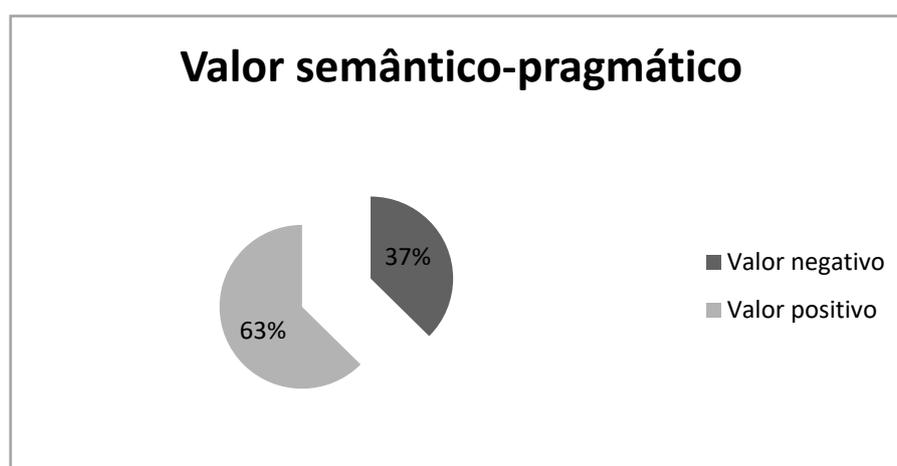
Fonte: Elaboração própria.

Figura 4 - Tipos de escopo da microconstrução *[[X]] pra caramba*.

De 959 ocorrências catalogadas da microconstrução intensificadora *[[X]] pra caramba*, apenas 42 delas correspondem à modificação de advérbio (como em: *Ele compõe bem pra caramba*), o que parece indicar que esse tipo de expressão tende a ser usado para intensificar ações, estados, situações (no caso de verbos) ou qualificações e caracterizações de pessoas, objetos e animais (no caso de adjetivos). Quanto aos verbos, os mais frequentes nos dados levantados são: *falar, ensaiar, trabalhar, estudar, esforçar, ajudar, agradecer, respeitar, jogar*, dentre outros. Em relação aos adjetivos catalogados, identificamos 26 adjetivos diferentes e os mais frequentes são: *chato* (e suas flexões), *divertido, bom, bonito, gostoso* (e suas flexões), *feliz, difícil, legal e bacana* etc.

Em se tratando do valor semântico-pragmático veiculado pela microconstrução intensificadora *[[X]] pra caramba*, constatamos que ela veicula, em geral, o sentido positivo, somando 63% dos dados (600/959):

FLP22(1)



Fonte: Elaboração própria.

Figura 5 - Valor semântico-pragmático veiculado pela microconstrução *[[X]] pra caramba*.

Os números mostram que, em grande parte, os falantes utilizam a microconstrução *[[X]] pra caramba* com o objetivo de intensificar algo ou um evento, classificado, geralmente, como agradável, satisfatório ou bom. Os casos de valoração

negativa tendem a aparecer com verbos e adjetivos que expressam (ou se relacionam com) algo em excesso, ausente, danificado, estragado, repetitivo, dentre outros.

No que tange ao gênero textual em que a microconstrução intensificadora perifrástica *[[X] pra caramba]* costuma ocorrer, verificamos que ela tende a aparecer com maior frequência, de acordo com a divisão proposta pelo *Corpus do Português*, no gênero textual *notícia ou matéria de jornal*, como se vê na tabela 3 abaixo, no entanto, é importante ressaltar que essa classificação do *Corpus* é problemática, uma vez que entre os textos arrolados como “notícia ou matéria de jornal” há muitos deles que se aproximam de contextos de oralidade, ou seja, constituem simulacros de situações orais de comunicação, como entrevistas, fóruns de discussão, blogs, conforme já discutimos anteriormente. Por outro lado, o fato de essa microconstrução intensificadora circular por diversos contextos de interação, ainda que estejam mais voltados para situações de oralidade, evidencia que ela já está devidamente consolidada na língua, já que são poucos os casos em que essa construção sofre algum tipo de derivação. Vejamos os exemplos (20) e (21) a seguir:

(20) Quando eu gosto de um menino, fico com raiva e trato super mal. Minha prima de nove anos faz igualzinho. Nenhum homem vai conseguir me diminuir porque eu sou *legalzinha pra carambinha*.
(www.pensador.com/frase/MTEzODA4NA)

(21) Noticiar que Mijair enviou para um grupo no WhatsApp um vídeo convocando para as manifestações a seu favor no dia 15 de março. O que não é mentira, já que o próprio confirmou que fez isto mesmo. Mas pegou *mal para carambão*, portanto Vera virou alvo. Criaram uma conta falsa dela no WhatsApp e dispararam mensagens falsas.
(www.tonygoes.com.br/2020/02/je-suis-vera.html)

FLP22(1)

Como se pode ver, em (20) e (21), extraídas do Google, temos duas ocorrências de derivação da microconstrução *[[X] pra caramba]*, uma de grau de diminutivo, como em (20), e outra de grau aumentativo, dada em (21). Apesar de existirem, tais possibilidades são muito pouco frequentes no português brasileiro, tanto que não encontramos nenhuma ocorrência no *Corpus do Português*, o que mais uma vez reforça a tese de que já estão consolidadas e estruturadas na língua. Ademais, essa microconstrução não pode ser flexionada em gênero e número.

A tabela 3 mostra a distribuição da microconstrução nos gêneros textuais:

Tabela 3 - Gênero textual em que a microconstrução *[[X] pra caramba]* ocorre.

Gênero	Notícia ou matéria de jornal	Oral	Ficção	Acadêmico	TOTAL
Microconstrução <i>[[X] pra caramba]</i>	828	71	37	23	959
SUBTOTAL %	86,3%	7,4%	3,8%	2,5%	100%

Fonte: Elaboração própria.

Como era de se esperar, a microconstrução *[[X] pra caramba]*, por conta de seu caráter um tanto quanto informal, é pouco recorrente em textos acadêmicos, que são mais formais e tendem a restringir a ocorrência de marcas de oralidade. A nossa hipótese inicial era a de que essa microconstrução fosse ocorrer com maior frequência

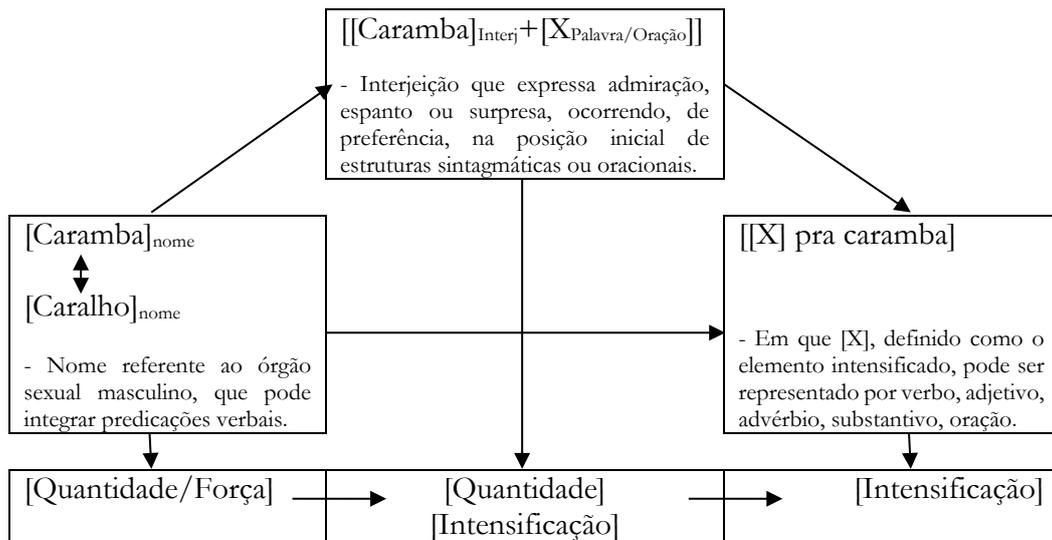
em textos orais, no entanto, considerando a classificação textual proposta pelo próprio corpus de pesquisa, verificamos que a sua maior incidência se deu em textos de notícia e matérias jornalísticas, o que nos chamou bastante a atenção e nos levou a analisar mais detalhadamente as sequências textuais e os tipos de texto individualmente. Como resultado, como já adiantamos anteriormente, constatamos que, apesar de ocorrerem em jornais, tais textos simulavam, muitas vezes, situações de oralidade, fato que explica a alta frequência dessa construção em textos jornalísticos. Além disso, vale destacar que os textos classificados como orais são muitas vezes narrativas e não propriamente textos de conversação. De qualquer modo, tal expressividade e comportamento mostram que essa microconstrução, de natureza aparentemente informal, é vista como menos estigmatizada pelos falantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto até aqui, podemos dizer que a intensificação perifrástica é definida como um processo avaliativo do mundo, o qual constitui um recurso semântico-argumentativo muito produtivo na língua portuguesa (Vieira; Vieira, 2008). Trata-se de um recurso que, além de intensificar algo, está também a serviço de operações retórico-argumentativas do falante com a finalidade de atingir algum propósito comunicativo. Conseqüentemente, estamos a todo o momento lançando mão de dispositivos e expedientes, com os quais nos relacionamos no cotidiano, de forma concreta ou não, para descrever e representar situações mais abstratas, como nos demonstra Lakoff e Johnson (2002 apud Silva, 2006, p. 202).

Com base na análise dos dados, constatamos que a microconstrução intensificadora perifrástica *[[X] pra caramba]* constitui um caso de construcionalização gramatical, justamente porque cumpre um papel bastante específico na língua, que é o de intensificar ou apresentar uma avaliação/caracterização exagerada acerca de algo. Trata-se, pois, de uma construção que emerge na língua como um novo pareamento de forma e sentido, haja vista que o valor da expressão apresenta-se como não composicional (opaco semanticamente), oriundo de um processo de metaforização (Langacker, 1987; Lakoff, 1987; Heine, 1994), em que o termo *caramba*, considerado por alguns dicionaristas (Nascentes, 1955; entre outros) como eufemismo do vocábulo *caralho*, já não é mais visto como algo relacionado à potencialidade física do órgão sexual masculino ou à noção de surpresa ou espanto, mas sim à noção mais abstrata de intensificação atribuída a essa expressão e a tantas outras, como vimos no quadro 2, que são instanciadas pelo mesmo subesquema construcional de intensificação *[[X] Prep +N]*, que é bastante produtivo na língua.

A figura 6, a seguir, mostra os valores de base e os caminhos possíveis para a formação/emergência da microconstrução *[[X] pra caramba]* no português. Como vimos, o principal sentido de origem da palavra *caramba* está ligado ao seu uso como eufemismo, em substituição ao vocábulo *caralho*, referente ao órgão sexual masculino, mais especificamente à noção de vigor físico/potência sexual do homem. Por fim, tem-se o uso de *caramba*, como interjeição, cujo sentido é de admiração, espanto, surpresa ou ironia, que parece ser um valor mais abstrato.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 6 - Valores de base e trajetórias possíveis de formação da microconstrução *[[X] pra caramba]*.

A figura acima ilustra um trajeto possível para a formação e consolidação da microconstrução intensificadora *[[X] pra caramba]* no português, que carece, obviamente, de mais estudos com outros tipos de corpora (já prontos ou controlados manualmente) e também de pesquisas comparativas com outras línguas de origem românica a fim de referendar a trajetória de mudança aqui proposta. Listamos o uso do vocábulo *caramba* como interjeição em um estágio intermediário de mudança por entendermos que a noção de surpresa/admiração contém em sua base conceitual o sentido de quantidade/intensidade de sentimento acerca de algo.

Consoantes à citação de Costa (2010, p. 113), concebemos, então, que a microconstrução intensificadora perifrástica *[[X] pra caramba]* é de natureza superlativa, cujos objetivos, que incluem, além daqueles já mencionados (que são enfatizar e hipervalorizar o que é enunciado pelo falante nos contextos de comunicação), o fato de que são usados pelo falante para impressionar e persuadir o interlocutor de alguma forma, levando-o a assumir o mesmo posicionamento defendido pelo ouvinte. Isto quer dizer que a função primordial dessas microconstruções é a de intensificar o que é enunciado e também demarcar um posicionamento enquanto falante perante aquilo que é enunciado/intensificado.

Por fim, no que se refere às propriedades formais e de sentido, como apresentado e discutido por Croft (2001, p. 18) e Traugott e Trousdale (2013, p. 6-8), da microconstrução intensificadora *[[X] pra caramba]*, observamos o seguinte:

a) Propriedades formais (sintáticas, morfológicas e fonológicas):

- Tende a se posicionar à direita do elemento que é modificado/escopado pela expressão, ocupando uma posição fixa no complexo sintagmático/oracional.
- A microconstrução *[[X] pra caramba]* não admite flexão de número, gênero e pessoa, nem muito menos admite como algo produtivo a derivação de grau diminutivo/aumentativo.

- A preposição [para] aparece, em quase 100% dos dados, na sua forma reduzida [pra].
- b) Propriedades de sentido (semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais):
 - Atua como intensificador, modificando verbos, adjetivos, advérbios, nomes e orações, que, por sua vez, denotam diversos Estado-de-Coisas ou então propriedades de coisas e seres.
 - Veicula em geral um valor positivo de natureza exagerada, servindo para demarcar um posicionamento/uma avaliação acerca do que é enunciado pelo falante.
 - Ocorre com maior frequência em gêneros textuais de notícia e matérias de jornal que simulam, em sua maioria, contextos de interação ligados a práticas orais de comunicação.

REFERÊNCIAS

- Barddal J. Productivity: Evidence from Case and Argument Structure in Icelandic. Amsterdam: John Benjamins Publishing; 2008.
- Bechara E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 2009.
- Borba FS. Dicionário UNESP do Português Contemporâneo. São Paulo: Editora UNESP; 2004.
- Bybee J. Language, usage and cognition. Cambridge: Cambridge University Press; 2016 [2010].
- Castilho AT. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto; 2012.
- Costa IO. A construção superlativa de expressão corporal: uma abordagem construcionista [dissertação]. Juiz de Fora: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora; 2010.
- Croft TW. Radical Construction grammar. Oxford: Oxford University Press; 2001.
- Croft W, Cruse A. Cognitive Linguistics. Cambridge: Cambridge University Press; 2004.
- Cunha C, Cintra LF. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Fronteira; 1985.
- Cunha, AG. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora; 2011.
- Davies M., Ferreira M. Corpus do Português: 45 milhões de palavras, 1300s-1900s [internet]. Provo, Utah: U.S. National Endowment for the Humanities, 2006 [2016]. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.
- Dicionário Online do Português. Porto : 7 Graus; 2009.
- Dik SC. The Theory of Functional Grammar. Dordrecht: Foris Publication; 1989.
- Ferreira ABH. Dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo; 2014.
- Fillmore CJ, Kay P, O'Connor MC. Regularity and idiomaticity in grammatical constructions. Language, 1988;64(3):501–538.
- Givón T. On understanding grammar. New York: Academic Press; 1979.

FLP22(1)

- Givón T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; 1995.
- Goldberg A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press; 1995. Goldberg A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press; 2006.
- Heine B. Grammaticalization as an exploratory parameter. In: Pagliuca W, editor. *Perspectives on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins; 1994. p. 255-87.
- Houaiss A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva; 2011.
- Lakoff G, Johnson M. *Metaphors We Live By*. Chicago: University of Chicago Press; 1987 [1980].
- Lakoff G. *Women, fire and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press; 1987.
- Langacker R. *Foundations of cognitive grammar: theoretical prerequisites*. Stanford, CA: Stanford University Press; 1987. (Vol. I)
- Lauand J. *Revelando a Linguagem: 50 estudos na revista Língua Portuguesa (2005-2015)*. São Paulo: Factash Editora SH; 2016.
- Lima-Hernandes MC. *Perífrases elativas de função intensificadora: rotas de Gramaticalização no Português*. Encontro Anual do Grupo de Trabalho da ANPOL; 9-10 dez. 2009; São Paulo, SP, Brasil. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; 2010. p. 1-19.
- Nascentes A. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; 1955.
- Neves MHM. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes; 1997.
- Neves MHM. As relações entre ciência linguística, uso linguístico e as noções de “certo” e “errado”. In.: Neves MHM. *Que gramática estudar na escola?* São Paulo: Editora Contexto; 2011. p. 49-63.
- Nuevo Diccionario Historico Del Español. [NDHE]. Real Academia Española [homepage]. Madrid: Academia Española; 1933. [citado 21 abril 2019]. Disponível em: <http://web.frl.es/DH1936.html>.
- Oliveira MR. Contexto: definição e fatores de análise. In: Oliveira MR, Rosario IC, organizadores. *Linguística Centrada no uso: teoria e método*. RJ: Lamparina/Faperj; 2015. p. 22-34.
- Real Academia Española: *Diccionario de la lengua española*, 23ª Ed. [homepage]. Madrid: Asociación de Academias de la Lengua Española; 2019. [citado 20 abr 2019]. Disponível em: <https://dle.rae.es>.
- Rodrigues S. Caramba, puxa e outros eufemismos. *Revista Veja Online*. 2011, agosto, 44(2219):136p.
- Sankoff D, Tagliamonte S, Smith E. *Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows [programa de computador]*. Toronto: University of Toronto; 2005. [citado em 10 fev 2019]. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>.
- Scaldelai AL. *Um estudo cognitivo-funcional das construções intensificadoras no português brasileiro. Relatório Final de Iniciação Científica*. São José do Rio Preto: UNESP/FAPESP; 2017.
- Scaldelai AL. *Um estudo cognitivo-funcional das construções intensificadoras no português brasileiro. Relatório Parcial de Iniciação Científica*. São José do Rio Preto: UNESP/FAPESP; 2016.
- Silva BC, Souza, FF, Andrade WC. Intensificação no Português Falado. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*. 2009;3(1):1-11.
- Silva D. *Revista Caras Uol. Etimologia [homepage]*, 2013. [citado 28 dez. 2019]. Disponível em: <https://caras.uol.com.br/revista/etimologia-pelada-dedeu-forfait.phtml>

Silva JR A intensificação numa perspectiva funcional. *Odisseia*. 2008;1:1-18.

Silva JR. Aspectos mórficos e semântico-pragmáticos do grau. In: Silva JR, Martins MA, organizadores. *Gramática e ensino*. Natal: EDUFERN; 2013. p. 117-144.

Silva JR. Aspectos semântico-cognitivos da intensificação. *Revista Gragoatá*. 2006;11(21):201-218.

Traugott EC, Trousdale G. *Constructionalization and Constructional changes*. Oxford: Oxford University Press; 2013.

Vieira SR, Vieira MSM. Expressão de grau: para além da morfologia. *Cadernos de Letras da UFF – Literatura, língua e identidade*. 2008;34:63-83.

Villas A. *Pequeno dicionário brasileiro da língua morta*. São Paulo: Globo; 2013.

FLP22(1)

FLP22(1)

Ocorrências de anáforas encapsuladoras em redações do Enem

Occurences of encapsulating anaphors in Enem essays

Roberlei Alves Bertucci*

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Andréa Jacqueline Malheiros**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Wanderlei de Souza Lopes***

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil

Resumo: Este trabalho pretende verificar como as anáforas encapsuladoras – também conhecidas como *encapsulamentos* – são utilizadas como rótulos avaliativos no gênero *redação do Enem*. Primeiramente, destacamos a importância da referenciação pelas anáforas, por serem um meio relevante para a coesão textual. Depois, ressaltamos o papel dos encapsulamentos em sumarizar e rotular porções textuais, construindo objetos de discurso essenciais para a coesão e, no caso dos textos argumentativos, para o posicionamento do autor (Conte, 2003; Koch, 2004a; Cavalcante, 2005; Bertucci, 2006). Nosso corpus é constituído de 31 redações nota 1000 no Enem de 2018. Após a seleção, quantificamos a ocorrência das anáforas encapsuladoras, distinguindo-as entre descritivas e opinativas. Verificamos que: i) apenas 2 redações não apresentavam os encapsulamentos sob análise; ii) houve uma ocorrência maior do tipo descritivo (79%); e iii) em apenas dois textos o tipo opinativo se sobressaiu. Do ponto de vista qualitativo, decidimos analisar dois casos. Em ambos, a análise corrobora a ideia de que essas anáforas são essenciais para a coesão do texto e, no caso do gênero *redação do Enem*, são essenciais também para o direcionamento argumentativo do texto. Não à toa, foram avaliados com a nota máxima no Exame.

Palavras-chave: Anáfora. Encapsulamento. Redação. Enem.

Abstract: This paper aims to verify how encapsulating anaphors – also known as *encapsulations* – are used as evaluative labels in the genre *Enem essay*. Firstly, we underline the relevance of anaphors for referential processes, since they contribute to the textual cohesion. Secondly, we reinforce the role of anaphoric encapsulation in both summarizing and labeling textual portions, which builds discourse objects used in cohesion and, in the case of argumentative texts, in benefit to the author's point of view (Conte, 2003; Koch, 2004a; Cavalcante, 2005; Bertucci, 2006). The corpus consists in 31 essays graded to 1000 points, the maximal score. After selection, we quantified the anaphors, by distinguishing them in descriptive or argumentative ones. We verify that: i) only 2 essays had no encapsulating anaphors; ii) descriptive encapsulating anaphors are more frequent (79%); iii) only 2 essays

* Professor Doutor, Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil; bertucci@utfpr.edu.br

** Graduada em Letras Português, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil; andreamalheiros@gmail.com

*** Graduando em Letras Português, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil; wandersl@yahoo.com.br

had more argumentative encapsulating anaphors. From a qualitative perspective, we analyzed two essays. In both, the analyses corroborate to the comprehension that these anaphors are essentials to textual cohesion and, in the case of the genre *Enem essay*, they are also essential to the author's point of view about the theme. Then, it is not by chance that they have got the maximal score in the national Exam.

Keywords: Anaphors. Encapsulations. Essay. Enem.

1 INTRODUÇÃO

É sempre um enorme desafio se trabalhar com a argumentação, já que, sendo um processo que envolve inúmeros elementos textuais e contextuais, requer do pesquisador um recorte adequado do objeto. No caso de produções textuais, escolher elementos linguísticos que possam contribuir para a construção argumentativa pode ser uma saída interessante. É o caso das anáforas. Na literatura, entende-se que elas contribuem para a progressão textual, à medida que fazem o movimento de retomada de elementos no texto. No entanto, defende-se que essa retomada é que constrói os elementos discursivos, que não são dados a priori, mas são constituídos pelo próprio autor na tessitura da escrita. Por isso, as anáforas podem ser decisivas para a força argumentativa, já que, não só levam a uma progressão do texto, como indicam o modo como essa progressão se dá e os objetos que o autor constrói na retomada.

Nesse sentido, as redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) parecem ser uma fonte interessante de estudo de argumentação: ali, além da exposição, discussão e análise de um tema, é necessário articular informações de áreas diversas com coesão e coerência. Por isso, nessas produções, as anáforas devem merecer uma atenção especial de professores e pesquisadores. Ademais, o Exame, em si, além de apontar aspectos de formação linguística dos estudantes concluintes do ensino básico, é uma porta de entrada ao ensino superior (nacional e internacional).¹ Nesse sentido, identificar o modo como as anáforas são utilizadas em um texto é o primeiro passo para se entender a formação básica do estudante, bem como seu domínio linguístico em torno da argumentação.

Infelizmente, dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que aumentou em mais de 20% o índice das notas consideradas baixas – até 400 pontos – em redação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, comparado ao ano anterior². Como se sabe, o processo de escrita de um texto no formato dissertativo-argumentativo exige que “o candidato deva conhecer forma e conteúdo desse tipo de composição” (Salvador, 2013, p. 27), de modo que o raciocínio criado por ele convença o leitor sobre um determinado questionamento da realidade. Assim, pesquisas voltadas a essa finalidade se fazem necessárias na Linguística Textual, como salienta Cavalcante (2005, p. 125): “é da inter-relação entre língua e práticas sociais que emergem os referentes.” E é dessa inter-relação que pode sair uma avaliação mais global da formação e da habilidade de produção dos candidatos.

¹ Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/enem/enem-portugal> > Acesso em 11. Mar. 2020.

² Disponível em: < <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/enem/enem-2018-redacoes-com-notas-consideradas-baixas-aumentam-mais/344577.html> >. Acesso em: 04/mai/2019.

Além disso, estudos em linguística mostram que o processo de referência vai além do emprego de conectividade e retomada de ideias, e que referência e anáfora não são “termos intercambiáveis” (Cavalcante, 2005, p. 126). A *referência*, de modo geral, pode ser entendida como a forma de designar objetos de discurso (referentes) em um texto. Por isso, a *anáfora* é um processo essencial, já que recupera um referente específico no texto, garantindo a sequencialidade do texto (Koch; Marcuschi, 1998)³. Focaremos, neste trabalho, as anáforas complexas, denominadas *encapsuladoras*, assumindo que são um tipo de expressão referencial que recupera uma parte do texto (ou do discurso). Ao mesmo tempo, defendemos que elas não são uma retomada simples de parte do texto, nem são meramente descritivas, mas carregam uma força subjetiva enorme. Assumimos, assim, a posição de Conte (2003, p. 179), para quem “o encapsulamento anafórico é um recurso coesivo muito importante (especialmente em textos argumentativos escritos) e não tem recebido consideração tão suficiente quanto mereceria na discussão dos processos anafóricos.” Acrescentamos, no entanto, que essa atenção ao fenômeno também não ocorre na escola ou nos materiais de ensino. Mesmo assim, nossa intenção é observar sua ocorrência em redações nota 1000 do Enem, para atestar se (e como) falantes reconhecidamente proficientes na escrita desse gênero argumentativo usam os encapsulamentos.

No Enem, é essencial que se desenvolva uma redação com uso de repertório variado e argumentação bem articulada. No entanto, isso tudo exige o uso de mecanismos linguísticos específicos, capazes de mostrar o domínio do candidato sobre o processo de escrita da argumentação. No Exame, há, inclusive, um critério especial de avaliação desses mecanismos (Competência IV), que envolve não só o uso de operadores argumentativos, como de recursos anafóricos. Por isso, poderíamos perguntar: qual é a importância das anáforas encapsuladoras nos textos do Enem?

Ao estudar o fenômeno em redações do Enem, pretende-se também descrever o papel das anáforas encapsuladoras nesse gênero. Essa questão é válida ao se considerar que o processo de encapsular pode ser carregado de uma visão bastante subjetiva do autor do texto, conforme apontam estudos anteriores. Nesse sentido, assumimos que o uso desse tipo de anáfora favorece a formulação de uma avaliação, por parte do autor, sobre as proposições retomadas. Como se verá adiante, o uso de encapsulamentos essencialmente opinativos é um recurso muito interessante para se expressar o ponto de vista em textos de estrutura impessoal,⁴ como as redações nota 1000 do Enem.

Com bases nessas propostas, o presente artigo tem um objetivo duplo: descrever a ocorrência das anáforas encapsuladoras em textos do Enem e verificar em que medida elas são utilizadas como rótulos avaliativos, contribuindo para a construção argumentativa que esse gênero exige do candidato. Para isso, selecionamos um corpus de 31 redações nota 1000 no Enem de 2018, disponibilizado pelos próprios participantes em uma cartilha de acesso livre (detalhes na Metodologia).

³ O verbo *recuperar* indica a existência de um referente presente previamente no texto. E, apesar de assumirmos que tais objetos referenciais só são construídos no discurso, na materialidade do texto, entendemos que *recuperar* mantém viva a ideia de retomada e sequencialidade essencial às anáforas.

⁴ Garcez (2017b) afirma que o uso de terceira pessoa é preferencial. No entanto, Pereira (2018) observou que as redações nota 1000 são todas construídas na terceira pessoa, o que parece caracterizar uma obrigatoriedade e não uma preferência.

O trabalho está organizado assim: iniciaremos por discutir encapsulamento, apresentando também algumas pesquisas sobre o tema em textos argumentativos; depois, trataremos das características da redação do Enem; finalmente, apresentaremos a metodologia e a análise do corpus selecionado.

2 ANÁFORA ENCAPSULADORA

Os processos anafóricos fazem parte de uma característica importante da linguagem, que é a capacidade de referenciar. Para Koch e Elias (2017), a referenciação é atividade discursiva, isto é, na prática de interação verbal, o sujeito, dentro do seu contexto político-social, seleciona os recursos linguísticos disponíveis para se expressar com outro, “em função de um querer dizer” (Koch; Elias, 2017, p. 124). Se é assim, pode-se considerar uma instabilidade na relação entre as palavras e as coisas (Koch, 2004b) e, também, entre os objetos discursivos construídos no texto e seus possíveis correferentes textuais. Para tanto, na sequenciação, o autor constrói objetos de discurso para que sejam referenciados ao longo do texto, o que permite progressão por coesão. Koch (2004b) ressalta esse caráter discursivo do processo de referenciação, já que as entidades ali referenciadas têm uma relação discursiva com o texto, não uma dimensão extensional com o mundo. Nesse sentido, o processo anafórico é essencial para que a referenciação se estabeleça e para que a prática linguística atinja seus objetivos naquele texto.

No geral, as anáforas se dividem em dois grupos: *diretas* e *indiretas*. Designam-se por *anáforas diretas* os grupos ou termos nominais com a função de retomar elementos já presentes no texto, condicionando assim, a progressão textual. Vejamos o exemplo (1).

(1) Um menino apareceu na porta; *o garoto* perguntou pela irmã.

Aqui, percebemos que *um menino* e *o garoto* são expressões correferências e diretas, porque se referem ao mesmo elemento, com a diferença de que uma expressão introduz um elemento novo (*um menino*) e a outra, o conhecido (*o garoto*). De qualquer modo, podemos dizer que *o garoto* recupera totalmente seu referente inicial, de forma direta.

Por seu turno, fundamentam-se as indiretas pela ausência de um termo explícito antecedente. No mesmo exemplo (1), a introdução de *a irmã* é feita com o artigo definido, que pressupõe um referente já conhecido na interação. Por outro lado, nenhuma menina fora introduzida ali e, apesar disso, o falante não tem dificuldades em interpretar o trecho, porque parte do conhecimento de mundo sobre relações entre as pessoas (nesse caso, relação de irmandade). Logo, a referência é indireta, buscada pela relação do referente introduzido antes (*menino*), sendo uma recuperação parcial no co(n)texto.

Nesse ponto reside a complexidade dos encapsulamentos, já que podem ser considerados de natureza *híbrida* (direta/indireta). Linguisticamente, são geralmente tomados como formas nominais capazes de recategorizar, recuperar ou sumarizar segmentos textuais, com o intuito de rotulá-los (Conte, 2003; Apothéoz, 2003; Koch, 2004a; 2005; Cavalcante, 2003b). A definição de Cavalcante (2003b, p. 115) sobre o fenômeno lança luz à questão: “encapsular consiste em resumir proposições do discurso empacotando-as numa expressão referencial, que pode ser um sintagma

nominal (...), ou pode ser um pronome, geralmente demonstrativo.” Cavalcante (2003b) lembra que o sintagma nominal pode receber o nome de “rótulo”, conforme proposto por Francis (1994).

Koch (2004b, p. 66) acrescenta que essa rotulação “designa um fenômeno geral de transformação de proposições em entidades (...)”. Para a autora, outra característica importante do fenômeno é o fato de, dentre tantas possibilidades de se rotular partes do discurso, a escolha feita pelo produtor é muito relevante, porque indica como ele interpreta o mundo. Além disso, Koch (2004b) defende que a interpretação dessas anáforas exige muito esforço do receptor, exatamente pela complexidade que carrega.

Por isso, como afirma Cavalcante (2003b, p. 116), “temos que admitir que, à semelhança de uma anáfora direta, os encapsuladores recuperam (sem retomar) o que há no co(n)texto.” Isso significa que levam o leitor àquilo que está presente anteriormente no texto, mas também são capazes de rotular de forma particular o que é recuperado, sem que seja uma simples relação de paráfrase, por exemplo. Nesse sentido, Apothéloz (2003, p. 72) considera que essa retomada pode ser a oportunidade de o falante “manifestar a sua subjetividade ou repetir a de outrem.” Podemos entender essa posição do autor como uma consequência da própria noção de encapsulamento: sendo este um *rotulador* de um segmento discursivo, nunca é *neutro* ou *vazio*, porque as escolhas linguísticas dos falantes nunca o são. Sobre isso, tomemos o exemplo em (2).

- (2) O Pedro saiu do trabalho e foi ao futebol sem avisar. *Essa atitude* deixou a Maria furiosa.

No exemplo, *essa atitude* tem função de encapsulamento, porque congrega uma parte grande do discurso apresentado no trecho imediatamente precedente. Ali, pode retomar totalmente as três ações de Pedro ou recuperar apenas algumas delas (como a falta de aviso). Essa variabilidade no trecho encapsulado vai ao encontro da afirmação de Koch (2004b, p. 59) de que “a interpretação de uma expressão anafórica consiste não em localizar um segmento linguístico (‘antecedente’) ou um objeto específico no mundo, mas em estabelecer uma relação com algum tipo de informação presente na memória discursiva.”

Se é assim, podemos considerar que os encapsulamentos contribuem também para uma discussão sobre processos inferenciais, porque podem recuperar total ou parcialmente elementos do co(n)texto, mas exigem do leitor que encontre uma relação de inferência entre o rótulo o trecho do discurso encapsulado. Ademais, no exemplo em (2), o sintagma nominal *essa atitude* rotula alguma parte do segmento anterior e, como se disse, manifesta uma subjetividade do autor. Dito de outra maneira, além de condensar um trecho por meio de retomada, apresenta ao leitor/ouvinte as opiniões e crenças do produtor do texto. Desse modo, trata-se de uma ferramenta de auxílio no processo de construção do sentido, em especial em textos argumentativos.

O aspecto rotulador e indireto dos encapsulamentos liga-se à noção não-extensional de referência proposta por Koch (2004b). Para a autora, à medida que entendemos esse processo como discursivo, podemos postular que “nosso cérebro não opera como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real.” (Koch, 2004b, p. 57). Portanto, à medida que podemos construir objetos de discurso complexos e referenciá-los com encapsulamentos, reforçamos essa noção de que as referências são feitas a partir de objetos construídos no discurso e não necessariamente com aqueles encontrados diretamente no mundo.

Acrescentamos que, para Mondada e Dubois (2003, p. 33), “uma categoria lexical impõe um ponto de vista”, que pode ser aceito, contestado ou negociado entre os falantes. Na mesma direção, Apothéloz (2003, p. 71-72) afirma que esse tipo de anáfora pode ser a oportunidade de o falante “manifestar a sua subjetividade ou repetir a de outrem.” Koch (2004b) defende que, à semelhança de outras formas de referenciação, os encapsulamentos revelam um posicionamento do produtor no contexto. Por isso, a rotulação não é gratuita e, como todo processo referencial, é ancorada no discurso. De modo mais enfático, Koch (2004a, p. 255-256) afirma que as anáforas encapsuladoras podem rotular um segmento do texto tanto com a função básica de transformá-lo num objeto-de-discurso e, conseqüentemente, favorecer a progressão textual, quanto ser um “rótulo avaliativo (...), com o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões”.

Sendo assim, vamos considerar que elas podem ser utilizadas basicamente de dois modos: primeiro, como essencialmente descritivas, quando nomeiam seu referente com um nome ou característica geral, quase sempre com aspectos inferenciais relacionados. Um exemplo disso é o contexto em (2), em que *atitude* é uma palavra que caracteriza as ações que Pedro realizou. Ainda que a escolha por esse substantivo tenha sido consciente, não se pode dizer que seja uma opinião, um argumento (favorável ou contrário) à atitude de Pedro. Segundo, consideraremos as anáforas encapsuladoras como essencialmente opinativas, quando esse nome ou característica tiver traços do ponto de vista do autor. Para exemplificar, imagine que (2) fosse reescrita em (3).

- (3) O Pedro saiu do trabalho e foi ao futebol sem avisar. *Essa estupidez* deixou a Maria furiosa.

Nesse caso, o sintagma *essa estupidez* parece revelar menos uma descrição a respeito da atitude de Pedro e mais uma opinião incisiva do autor. Assim, enquanto em (2) *atitude* parece ser uma palavra geral para rotular o que Pedro fez, sendo, portanto, predominantemente descritiva, em (3), *estupidez* é núcleo de uma anáfora essencialmente opinativa, manifestando o ponto de vista do sujeito sobre o fato.

Tendo em vista o gênero de texto que analisaremos (dissertativo-argumentativos), temos a intenção de verificar se esse caráter opinativo é recorrente no uso de encapsulamentos. Assim como observou Bertucci (2006), em textos de opinião (argumentativos), “avaliar é parte da construção textual”; se os encapsulamentos favorecem essa tarefa, é um recurso importante a ser observado nas redações. Tal análise pode contribuir para a compreensão das características do gênero, bem como destacar a importância desse processo anafórico no ensino regular.

Na literatura (Conte, 2003; Cavalcante, 2003b; Koch, 2004a), destaca-se que as anáforas encapsuladoras, além de serem construídas por sintagmas nominais, em geral, são introduzidas por pronomes demonstrativos, tal como nos exemplos (2) e (3). Outro ponto fundamental é que, por vezes, o pronome *isso* pode ser o único integrante do sintagma, encapsulando um trecho do discurso – o leitor pode fazer o teste, substituindo os encapsulamentos em (2) e (3) por *isso*. Em geral, a recuperação de conteúdo com esse pronome é bastante complexa (Bertucci, 2006) e não será tratada neste trabalho. Por vezes, o advérbio *tal* também pode funcionar como introdutor de sintagmas encapsuladores. Em (2), poderíamos ter *tal atitude deixou a Maria furiosa*.

Destaca-se também que, de acordo com Apothéloz (2003), se o referente tiver o mesmo núcleo do sintagma nominal, não se tem um caso de encapsulamento, mas

FLP22(1)

de *anáfora fiel* (Apothéloz, 2003, p. 71). Isso ocorreria em (2) e (3), por exemplo, se tivéssemos *esse futebol deixa a Maria furiosa*, em que *futebol* é o núcleo do sintagma, mas já fora referido anteriormente. Assim, para os critérios desse trabalho, não serão considerados encapsulamentos os casos de repetição lexical do núcleo da anáfora encapsuladora e seu referente.

Destacamos, por fim, a função *metadiscursiva* dos encapsulamentos. Koch (2005) afirma que é comum, no processo de referência por essa estratégia, que os objetos de discurso construídos sejam partes da própria enunciação. Assim, estruturas como *essa opinião* ou *esse comentário* encapsulam trechos do discurso, mas os caracterizam metadiscursivamente. Bertucci (2006) encontrou essa estratégia em textos de opinião em jornal, mas, em nosso trabalho, não vamos checar essa função nas redações do Enem.

Assim, olhando para os pontos indicados acima, uma pergunta que surge é: os possíveis encapsulamentos presentes nas redações do Enem são essencialmente descritivos ou essencialmente opinativos?

Trabalhos anteriores tentaram averiguar o papel desses elementos em textos de opinião. Bertucci (2006) apresenta algumas características das anáforas encapsuladoras em alguns textos retirados da seção *Opinião* do jornal *Folha de São Paulo*. À luz dessas análises, procura responder qual a importância dessas anáforas em textos de opinião. A conclusão principal do autor é que os encapsulamentos trazem um conteúdo avaliativo em que se expõe a opinião do autor ou de terceiros. Do ponto de vista argumentativo, portanto, são um modo de se posicionar em relação ao tema, sobretudo quando trata de fenômenos abstratos, cujos objetos de discurso precisam ser construídos de forma menos extensional.

Por outro lado, Cordeiro (2006) analisou 60 redações escolares dissertativas produzidas por turmas do 3º ano do ensino médio. A autora destaca que os encapsulamentos, quando usados corretamente, têm mais força argumentativa se utilizados no início do parágrafo, porque recuperam mais facilmente a informação encapsulada.⁵ Em contrapartida, Cordeiro (2006) afirma que o uso inadequado das anáforas encapsuladoras exige do leitor maior esforço de interpretação, o que prejudica a força argumentativa do texto. Por isso, a autora realça a importância das anáforas encapsuladoras no processo de organização de ideias e como junção semântica na cadeia global do texto com o intuito de manter a logicidade e conduzir o leitor para aderir ao ponto de vista do autor. Ademais, a autora enaltece o conteúdo das anáforas encapsuladoras concluindo que acredita ser obrigatória a promoção desse conteúdo nos currículos escolares.

Tendo em vista os trabalhos supracitados, ressaltamos os encapsulamentos como um caso *sui generis* de anáforas. Diferentemente dos autores citados, porém, o corpus analisado no presente estudo situa-se a meio caminho entre os que serviram de base para os trabalhos deles. Isto é, enquanto Bertucci (2006) analisou corpus de jornal, o que pressupõe um amplo domínio de repertório linguístico, Cordeiro (2006) verificou a produção específica de alunos do terceiro ano do ensino médio. Nesta

⁵ Para Conte (2003) e Koch (2004b), o fato de os encapsulamentos introduzirem referentes novos permite que sirvam de tema para a estrutura discursiva, razão pela qual aparecem frequentemente em posição inicial de parágrafo. Conte (2003, p. 184) acrescenta ainda que, estando no início de “um novo parágrafo, o encapsulamento anafórico é a sumarização imaginável mais curta de uma porção discursiva precedente.”

pesquisa, nós nos deteremos sobre redações, o que nos aproxima do corpus de Cordeiro, pelo caráter escolar. Mas, serão redações nota mil do Enem, o que nos aproxima do corpus de Bertucci, pelo caráter de excelência dos textos. Mais especificamente, analisaremos 31 (trinta e uma) redações disponibilizadas pelos próprios candidatos em compilação própria deles. Posto isso, entre as perguntas que esperamos responder estão: 1) Os autores desses textos utilizam encapsulamentos? Se sim, com qual frequência? 2) Eles utilizam encapsulamentos com caráter mais descritivo ou mais opinativo? Assim, esperamos contribuir tanto para a análise do gênero textual em questão quanto para a importância do tópico nos estudos sobre os encapsulamentos.

3 A REDAÇÃO DO ENEM

Antunes (2016) destaca que o mundo letrado em que vivemos exige das pessoas práticas de leitura e escrita em diferentes contextos, cabendo à escola um papel de protagonismo no ensino de tais práticas, a fim de contribuir para a autonomia dos cidadãos. Nesse contexto, o ensino de gêneros textuais diversos deve materializar essas práticas e preparar o estudante para o mundo em que vive.

A produção textual, em especial no ambiente escolar, deve ser entendida como uma atividade extremamente complexa. Primeiro, por exigir um foco em diferentes pontos envolvidos no ato de escrever, como o conteúdo, a finalidade e o modo de o fazer (Antunes, 2016). Depois, o estabelecimento de critérios claros para o estudante é um desafio, já que devem ser estipulados levando em conta toda a variação e especificidade que cada gênero exige (Santos; Teixeira, 2016).

Para Val (2017), a redação *clássica*, que tinha como base apenas uma frase ou palavra-tema dificultava o desenvolvimento de habilidades de escrita dos alunos, porque focava muito no conteúdo (o que ele sabia sobre o tema) e na forma (se estava de acordo com a norma padrão). Por outro lado, podemos considerar que a redação do Enem, ainda que com características desse modelo clássico de redação – ter um tema cujo conteúdo deve ser amplamente desenvolvido –, é diferente por pelo menos duas razões: primeiro, por apresentar diferentes textos motivadores, que contribuem com a busca de um repertório amplo sobre o tema; depois, por estabelecer critérios de construção e avaliação que podem ser ensinados e praticados (Garcez, 2017b). Ressalta-se ainda o contexto do Exame: sendo uma prova de abrangência nacional e uma forma de ingresso no ensino superior nacional (e internacional), a redação parece cumprir um papel importante para a avaliação das habilidades de escrita dos candidatos.⁶

Nesse sentido, a complexidade exigida na produção de um texto vai além da capacidade do produtor de apresentar um conteúdo com coesão e coerência. Como discorre Garcez (2017b, p. 275),

a produção de um texto é uma atividade complexa que exige simultaneamente competências compostas de muitas habilidades cognitivas: concentração, planejamento, seleção, hierarquização,

⁶ Cançado et al. (2020) questionam a eficiência de avaliações como a do Enem, em especial pela subjetividade da correção, mesmo com critérios estabelecidos. Deixamos essa questão de lado, por não ser foco do trabalho, mas sugerimos o texto aos leitores interessados no tema.

comparação, abstração, síntese, generalização, atenção controlada, ou seja, as funções superiores da mente de que nos fala Vygotsky. Essas habilidades são desenvolvidas na experiência cotidiana e em todo o processo educacional escolar em várias áreas, e não apenas nas atividades de língua portuguesa, mas principalmente na leitura. No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a redação demonstra o nível de desenvolvimento dessas habilidades aplicadas à produção de um texto.

Levando em conta todas essas questões, podemos assumir que as redações com nota máxima no Exame indicam autores com excelente nível de desenvolvimento das habilidades apontadas por Garcez. Logo, o estudo desses textos contribui não só para o entendimento de questões linguísticas ali envolvidas como também para a reflexão dos processos de ensino de produção textual. Nesse sentido, a escrita da redação do Enem deve ser precedida, em especial no ambiente escolar, por escritas de outros gêneros que contribuam para o desenvolvimento de habilidades diversas e sempre com critérios claros, conforme defendem Santos e Teixeira (2016).⁷

Para um bom percurso de escrita de textos, a leitura o planejamento e a reescrita são pontos fundamentais. Primeiro, não se pode escrever sobre o que não se conhece ou sobre o que pouco se conhece (Antunes, 2016). A diversidade de fontes e pontos de vista contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas essenciais no processo de amadurecimento da escrita. Depois, o planejamento é imprescindível para ato da escrita, porque, conforme defende Travaglia (2016), planejar é orientar o percurso discursivo-linguístico de um texto a partir dos critérios estabelecidos. Por fim, a reescrita é um modo de entender que nenhum texto *nasce pronto*; ao contrário, é na reescrita que o percurso planejado é melhor alcançado, já que os critérios são revistos e a escrita, repensada. Reescrever, portanto, não é higienizar o texto, mas refletir sobre a capacidade dele de atingir seu objetivo a partir dos critérios estabelecidos. É, portanto, parte imprescindível no processo de escrita.

Para que tudo isso seja alcançado numa redação nota 1000 do Enem, o candidato deve entender uma série de aspectos linguísticos do gênero solicitado. Entre eles, está a natureza híbrida dessa produção, já que parece condensar dois tipos textuais: o dissertativo e o argumentativo. Ao tratar dos tipos textuais e a relação deles com a redação modelo Enem, Garcez (2017a, p. 45) ressalta que eles “se definem pela natureza linguística intrínseca de sua composição. As escolhas lexicais, os aspectos sintáticos, o emprego de tempos verbais, as relações lógicas estabelecidas definem o tipo textual.” No entanto, é preciso dizer que o tipo argumentativo é bastante complexo. Coroa (2017), ao comparar a possibilidade de caracterização dos tipos, na mesma perspectiva do texto estilo Enem, sustenta que as características de organização textual são de difícil identificação para o tipo argumentativo, embora recorra “com muita frequência às relações lógicas para demonstrar a verdade daquilo que diz, como as de causa e consequência e as de condição.” (Coroa, 2017, p. 61). A autora defende ainda que essas relações se apresentam por conectivos e que a seleção lexical também tem um papel decisivo no objetivo argumentativo de cada texto.

Como se vê, são indicados aqui aspectos importantes para a caracterização do tipo argumentativo no texto do Enem, em especial, o cuidado com as relações lógicas e a seleção lexical – esta última pode indicar o repertório do candidato (Pereira, 2018;

⁷ Garcez (2017b) oferece aos leitores, em especial aos professores, algumas sugestões de como se pode desenvolver cada uma das cinco competências exigidas no Enem.

Silva, 2018). Entre tais aspectos, levantamos a hipótese de que as anáforas encapsuladoras devem exercer um papel importante nessa complexidade e, assim, auxiliam no propósito argumentativo.

Em textos argumentativos, o planejamento pode contribuir para a defesa de um ponto de vista. Coroa (2017, p. 52) sugere que a escrita desse tipo de texto segue um mapeamento por parte do autor: “a cada marca ou pista, ele avança, recua ou reorienta seu caminho.” No caso dos textos nota 1000, considerando a avaliação criteriosa, o planejamento se materializa na completa coerência do texto com relação: i) ao ponto de vista defendido; ii) aos argumentos que o sustentam; e iii) às propostas de intervenção sugeridas pelo candidato.

Na redação do Enem, exige-se que a argumentação seja apoiada por uma exposição variada do tema: é aqui que o repertório vai contribuir para a dissertação. Coroa (2017) e Cantarin, Bertucci e Almeida (2017) mostram que a dissertação, entendida como exposição ou aprofundamento do tema, é essencial no texto do Enem. Nesse sentido, a redação também requer uma descrição de diferentes aspectos e relativamente aprofundada do tema, de tal forma que os argumentos se sustentem nesse contexto. O uso recorrente de verbos estativos (*ser* e *estar*, por exemplo) e de adjetivos deve indicar que o texto está dissertando sobre o tema e, ao mesmo tempo, argumentando, pela escolha de tais itens, conforme sugerem Cantarin et al. (2017, p. 83). Nesse sentido, podemos sugerir igualmente que é plenamente possível se encontrar encapsulamentos com teor descritivo, os quais contribuem para a progressão da dissertação, ou seja, para o aprofundamento do tema.

Tudo isso vai ao encontro do que se lê na cartilha do participante do Enem (Brasil, 2017), a qual detalha que o candidato precisa defender um ponto de vista com argumentos consistentes e elencar uma proposta de intervenção para o problema discutido. Nesse sentido, os textos analisados aqui cumpriram de modo exemplar essas indicações, já que foram avaliados com a nota máxima pela banca de correção.

A mesma cartilha detalha aos candidatos as cinco competências avaliadas no processo, indicando inclusive uma matriz de referência de notas, em que se apontam os motivos pelos quais os avaliadores atribuem notas de 0 a 200 para cada competência. O Quadro 1 resume os objetivos de cada competência e apresenta a descrição do modo como se avalia um texto com nota máxima em cada uma delas.

FLP22(1)

<i>Competência</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Para nota máxima (200 pontos)</i>
1	Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
2	Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
3	Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
4	Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos
5	Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

Fonte: Brasil (2017).

Quadro 1 - Competências avaliadas na redação do Enem.

Nesse sentido, podemos dizer que a coesão textual tem um papel preponderante na articulação das competências. Em especial, quando se analisa a importância da Competência 4, percebe-se que ela é central para a tessitura do texto, na medida em que valoriza o emprego de elementos linguísticos essenciais para sua composição. Isso pode ser percebido em diferentes textos publicados na coletânea de subsídios para avaliação de textos do Enem (Garcez; Corrêa, 2017). Val e Mendonça (2017, p. 205), por exemplo, afirmam que

os recursos coesivos facilitam ao leitor compreender o texto como um todo que faz sentido e apreender sua orientação argumentativa. Isso significa que a coesão é um trabalho linguístico construído entre os interlocutores do discurso. De um lado, o locutor seleciona recursos que, contribuindo para a tessitura do texto, ajudam a manifestar seu ponto de vista, os efeitos de sentido que intenciona suscitar. De outro lado, o interlocutor, para produzir sua compreensão, leva em conta a materialidade linguística do texto, promovendo a articulação entre elementos tomados como inter-relacionáveis.

Com isso, a coesão tem um papel decisivo na avaliação do texto: é pela materialidade linguística que o avaliador compreenderá o caminho argumentativo escolhido pelo autor; e é esse caminho que será avaliado quantitativamente com uma nota específica – no caso desta pesquisa, sempre a nota 1000.

Para essa efetivação, diferentes autores da coletânea ressaltam o papel das anáforas em textos estilo Enem (Elias, 2017; Val; Mendonça, 2017; Aquino, 2017). No entanto, apenas Elias (2017, p. 131) menciona o caso dos encapsulamentos:

Ainda em se tratando de remissão textual, fato bastante comum é o uso de uma forma nominal para resumir porções textuais e transformar essa porção em um referente. O referente que resulta desse encapsulamento é denominado de *rótulo*, defende Francis (2003). O rótulo é um importante sinalizador da orientação argumentativa que o produtor imprime ao texto (...). (Elias, 2017, p. 131, grifo do autor)

Após essa apresentação geral sobre os encapsulamentos, Elias (2017) os discute em um texto argumentativo, mas não do modelo de redação do Enem, tal como pretendemos verificar neste trabalho.

Reconhecendo essa lacuna na discussão sobre as anáforas encapsuladoras, em especial no ensino, assumimos a importância desse fenômeno coesivo na composição de textos argumentativos escritos, tal como afirma Conte (2003). Ao lançarmos luz sobre a questão, esperamos que isso ajude a melhorar o entendimento dos processos de leitura e de produção textual.

Por fim, ressaltamos que o conjunto em análise na presente pesquisa é composto de textos que cumpriram com excelência todos os requisitos indicados pelas competências. Sendo exemplares prototípicos levantamos a hipótese de que os encapsulamentos podem se caracterizar por itens recorrentes, os quais podem estar intimamente ligados às características do gênero textual em questão.⁸ Mais especificamente, as anáforas encapsuladoras aparecem na Competência 4, que trata dos elementos coesivos. Partindo do princípio de que os textos em análise são modelos, a presença de encapsulamentos pode indicar uma estratégia importante na articulação das partes do texto. Finalmente, essa articulação contribui decisivamente para a organização do texto, tecendo-o de forma competente e consistente em defesa de um ponto de vista, exigência da Competência 3. Feitos esses apontamentos, passamos à análise dos dados.

4 ANÁFORAS ENCAPSULADORAS EM REDAÇÕES NOTA 1000

4.1 Metodologia

Para esta pesquisa, tomamos como corpus de análise um conjunto de textos de redação nota 1000 do Enem: a *Cartilha Redação a Mil: 30 redações do Enem 2018*⁹. Ela foi criada pelos próprios autores das redações e compilada por Lucas Felpi, um dos candidatos com nota máxima, e contempla trinta e uma das cinquenta e cinco que obtiveram nota máxima na área de conhecimento *Redação*, no Exame Nacional do

⁸ Sobre prototipicidade do gênero *redação do Enem*, recomendamos Pereira (2018) e Bertucci (2018).

⁹ Disponível em: <<https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/arquivos/cartilha-redacao-a-mil-2018.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

Ensino Médio. Os autores são jovens, em sua maioria do gênero feminino, oriundos de todas as regiões do Brasil. O projeto, disponível gratuitamente na rede, pretende servir de inspiração e contribuição para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da produção textual de outros candidatos, sendo que, para os mais de seis milhões de inscritos no Enem daquele ano, “um mau resultado na escrita pode[ria] custar a tão sonhada vaga na universidade.” (Salvador, 2013, p. 7).

Dada a natureza da proposta de produção de escrita do Enem, texto dissertativo-argumentativo, o candidato é avaliado por intermédio de competências (Quadro 1), dentre as quais destacamos as seguintes:

3. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
4. Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

As duas competências supracitadas revelam diretamente a importância das anáforas encapsuladoras nessa proposta, pois os quesitos descritos nela são os fundamentos do encapsulamento, cujo objetivo é, além de organizar e dar fluidez ao texto, guiar o leitor para o caminho traçado pelo autor.

Pela quantidade de textos (31 redações e quase 14 mil palavras), decidimos seguir os passos indicados no Quadro 2 para a preparação e posterior análise do corpus.

FLP22(1)

<i>Passo</i>	<i>Ação</i>	<i>Objetivo</i>
<i>1. Preparação do arquivo</i>	Seleção da versão em texto das redações	Facilitar a localização das anáforas.
<i>2. Busca e realce de expressões</i>	No arquivo de texto, localizamos as expressões encabeçadas pelos demonstrativos <i>esse, essa, desse, dessa e tal</i>	Identificar as ocorrências para serem quantificadas e qualificadas no trabalho.
<i>3. Análise individual</i>	Análise qualitativa de cada ocorrência	Classificar a ocorrência a partir das características apontadas.

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 - Etapas da metodologia.

Feita a preparação do corpus, a terceira etapa foi a análise individual dos textos. Nesse caso, estipulamos alguns critérios para a classificação das anáforas.

- (i) Consideramos apenas as anáforas encapsuladoras cujos sintagmas eram introduzidos por *essa, esse, dessa, desse e tal*.¹⁰
- (ii) Excluímos casos em que essas expressões formavam conectivos, como *desse modo* ou *dessa forma*, por entendermos se tratar de um caso

¹⁰ A literatura ressalta o papel dos demonstrativos no fenômeno. Conte (2003, p. 178), inclusive, afirma que os encapsulamentos anafóricos revelam “uma clara preferência por um determinante demonstrativo”. Por isso, o recorte desta pesquisa está nos sintagmas com demonstrativos.

complexo, que pode ter relação com a anáfora, mas sem contemplação na literatura consultada.

- (iii) Excluímos tanto os casos com o pronome *isso*, por sua complexidade, quanto aqueles com anáfora fiel, por não serem encapsulamentos.

Conforme apontamos na seção teórica, os encapsulamentos têm uma função básica de construir objetos-de-discurso e, conseqüentemente, contribuir para a progressão textual. Por outro lado, podem indicar rótulos avaliativos, expressando a opinião do produtor. Por isso, os casos de anáfora encapsuladora foram classificados conforme o Quadro 3, a seguir.

<i>Anáfora encapsuladora</i>	<i>Sigla</i>	<i>Explicação</i>
1. Descritiva	AED	Expressão genérica para referenciar um trecho do discurso
2. Opinativa	AEO	Expressão subjetiva para emitir opinião sobre um trecho do discurso

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 3 - Classificação dos encapsulamentos aplicados aos dados.

As interpretações analíticas, em que analisamos o papel de cada encapsulamento no conjunto argumentativo em que aparece, serão realizadas depois da apresentação da quantificação. Aliás, por razões de espaço, vamos analisar duas redações apenas: uma com predominância de AED e outra com mais casos de AEO. Com isso, objetivamos ilustrar como elas atuam na composição textual, a fim de melhor compreender as estratégias de argumentação presentes ali.

FLP22(1)

4.2 Resultados e discussão

Primeiramente, vamos apresentar os dados gerais de cada texto nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 - Dados gerais dos encapsulamentos – Textos 1 a 16.

Texto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
AED	8	1	3	5	1	0	2	2	2	6	2	0	3	2	2	3
AEO	0	3	4	2	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Total	8	4	7	7	1	0	2	3	2	6	2	0	4	2	2	3

Fonte: Elaboração própria, com dados da *Cartilha redação a mil*.

Tabela 2 - Dados gerais dos encapsulamentos – Textos 17 a 31.

Texto	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
AED	4	1	5	5	2	2	1	6	5	4	5	2	3	5	1
AEO	2	0	0	3	0	1	0	1	0	0	3	1	0	1	0
Total	6	1	5	8	2	3	1	7	5	4	8	3	3	6	1

Fonte: Elaboração própria, com dados da *Cartilha redação a mil*.

Se somarmos os casos apresentados e estipularmos um percentual, veremos que as ocorrências de AED são bem mais frequentes que as de AEO: 90 (79%) e 24 (21%), respectivamente. Além disso, apenas duas redações nota 1000 (6 e 12) não apresentam anáforas encapsuladoras como as que recortamos para esta pesquisa. Nesse ponto, podemos entender que o uso predominante de encapsulamentos descritivos tem relação direta com a noção mais genérica e de indefinidade que eles apresentam. No geral, observaram-se muitas ocorrências de anáforas com nomes como *prática*, *questão*, *realidade* e *processo* (3 ocorrências de cada), os quais não apresentaram, no todo discursivo do texto, um caráter avaliativo. Ainda que a subjetividade tenha interferido na escolha lexical, como vimos ser o caso dos encapsulamentos, a utilização de expressões com direcionamento argumentativo mais forte foi menos frequente.

Acrescente-se também o fato de somente duas redações apresentarem a predominância das AEO sobre as AED (Redações 2 e 3), enquanto nas demais 27, a predominância é das AED. Isso é uma pista de que o encapsulamento é uma estratégia diversificada, não sendo, em si, opinativo por excelência, ainda que contribua para a orientação argumentativa do texto.

Tais números apontam para um aspecto importante: primordialmente, os encapsulamentos contribuem para a construção de objetos de discurso referenciados e para a tessitura textual, sem que se pressuponha uma necessária opinião do autor do texto. Apesar disso, não desprezamos a subjetividade que, certamente, está presente em todas as escolhas, seja nas AED, seja nas AEO.

Para visualizar essa subjetividade, precisamos de uma análise qualitativa e, como indicamos antes, vamos tomar dois exemplos de análise: uma com predominância de AED (Redação 1, com 8 casos de AED e zero de AEO) e outra com mais casos de AEO (Redação 3, com 5 de AEO casos e 2 de AED). Começemos pela primeira.

Segundo Steve Jobs, um dos fundadores da empresa “Apple”, a tecnologia move o mundo. Contudo, os avanços tecnológicos não trouxeram apenas avanços à sociedade, uma vez que bilhões de pessoas sofrem a manipulação oriunda do acesso aos seus dados no uso da internet. Nesse sentido, *esse processo* é executado por empresas que buscam potencializar a notoriedade dos seus produtos e conteúdos no meio virtual. Sob *tal ótica*, *esse cenário* desrespeita princípios importantes da vida social, a saber, a liberdade e a privacidade.

De acordo com Jean Paul Sartre, o homem é condenado a ser livre. Nessa lógica, o uso de informações do acesso pessoal para influenciar o usuário confronta o pensamento de Sartre, visto que o indivíduo tem sua liberdade de escolha impedida pela imposição de conteúdos a serem acessados. Dessa forma, a internet passa a ser um ambiente pouco democrático e torna-se um reflexo da sociedade contemporânea, na qual as relações de lucro e interesse predominam. Faz-se imprescindível, portanto, a dissolução *dessa conjuntura*.

Outrossim, é válido ressaltar que, conforme Immanuel Kant, o princípio da ética é agir de forma que *essa ação* possa ser uma prática universal. De maneira análoga, a violação da privacidade pelo acesso aos dados virtuais sem a permissão das pessoas vai de encontro à ética kantiana, dado que se todos os cidadãos desrespeitassem a privacidade alheia, a sociedade entraria em profundo desequilíbrio. Com base nisso, o uso de informações virtuais é prejudicial à ordem social e, por conseguinte, torna-se contestável quando executado sem consentimento.

Em suma, são necessárias medidas que atenuem a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet. Logo, a fim de dar liberdade de escolha ao indivíduo, cabe às empresas de tecnologia solicitar a autorização para o uso *dessas informações*, por meio de advertências com linguagem clara, tendo em vista a linguagem técnica utilizada, atualmente, por avisos do tipo. Ademais, compete ao cidadão ficar atento a *essa questão*, de modo a cobrar e pressionar essas empresas. Enfim, a partir *dessas ações*, as tecnologias, como disse Steve Jobs, moverão o mundo para frente. (Redação 1, Cartilha redação a mil, 2019, p. 4-5, grifo nosso)

Antes da análise, devemos lembrar que casos como *nesse sentido* (1º. parágrafo), foram excluídos por causa do Critério (i), indicado na metodologia; outros como *dessa forma* (2º. parágrafo) foram excluídos conforme o Critério (ii); e, finalmente, outros como *nisso* (3º. parágrafo) não foram considerados para a análise por causa dos Critérios (i) e (iii). Também as vezes em que houve a presença de anáfora fiel, elas não foram computadas. É o caso de *essas empresas* (4º. parágrafo), que não foi considerado como encapsulamento porque *empresas* aparece na terceira linha desse mesmo parágrafo.

Focando os casos de anáfora encapsuladora nessa redação, percebemos que os oito casos destacados são casos de sumarização geral, com uso de uma expressão mais genérica e menos opinativa para o processo de rotulagem. São, portanto, casos de AED. Ainda que diferentes leitores possam preencher a referência discursiva de forma diversa, sugerimos que há alguns direcionamentos possíveis. É o caso, por exemplo, de “esse processo”, no primeiro parágrafo, que retoma e rotula como processo o trecho “manipulação oriunda do acesso aos seus [de bilhões de pessoas] dados no uso da internet”. No mesmo parágrafo, é relevante o caso de duas AED que ocorrem no mesmo período: “tal ótica”, que caracteriza uma perspectiva de marketing do uso de dados por parte das empresas; e “esse cenário”, que retoma todo o trecho anteriormente citado, a partir de “Contudo, os avanços...”. Esse processo de encapsulamento no texto revela uma boa coesão, capaz de mostrar o direcionamento argumentativo do autor do texto, ainda que sem usar AEOs.

Destaca-se ainda, como dito na análise geral, o caráter genérico dos núcleos desses sintagmas encapsuladores. Em todos eles, o substantivo tem referência abstrata, o que favorece a indeterminação e a possibilidade de encapsular. Outro ponto importante é a relação de inferência que se pode estabelecer entre as AEDs e os possíveis trechos a que se referem. Como exemplo, podemos citar “informações”, que se relaciona com “dados”. Ali, o conjunto de itens que os dados carregam podem ser todos rotulados como “informações” – que nos parece um termo mais genérico que “dados”.

Agora, passamos à Redação 3, com predominância de AEO.

“Black Mirror” é uma série americana que retrata a influência da tecnologia no cotidiano de uma sociedade futura. Em um de seus episódios, é apresentado um dispositivo que atua como uma babá eletrônica mais desenvolvida, capaz de selecionar as imagens e os sons que os indivíduos poderiam vivenciar. Não distante da ficção, nos dias atuais, existem algoritmos especializados em filtrar informações de acordo com a atividade “online” do cidadão. Por isso, torna-se necessário o debate acerca da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.

Primeiramente, é notável que o acesso a *esse meio de comunicação* ocorre de maneira, cada vez mais, precoce. Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos, nunca haviam

utilizado a internet. Isso acontece porque, desde cedo, a criança tem contato com aparelhos tecnológicos que necessitam da disponibilidade de uma rede de navegação, que memoriza cada passo que *esse jovem indivíduo* dá para traçar um perfil de interesse dele e, assim, fornecer assuntos e produtos que tendem a agradar ao usuário. Dessa forma, o uso da internet torna-se uma imposição viciosa para relações sócio-econômicas.

Em segundo lugar, o ser humano perde a sua capacidade de escolha. Conforme o conceito de “Mortificação do Eu”, do sociólogo Erving Goffman, é possível entender o que ocorre na internet que induz o indivíduo a ter um comportamento alienado. *Tal preceito* afirma que, por influência de fatores coercitivos, o cidadão perde seu pensamento individual e junta-se a uma massa coletiva. Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um “bombardeio” de propagandas que aparece em seu dispositivo conectado. Evidencia-se, portanto, uma falsa liberdade de escolha quanto ao que fazer no mundo virtual.

Com o intuito de amenizar *essa problemática*, o Congresso Nacional deve formular leis que limitem *esse assédio comercial* realizado por empresas privadas, por meio de direitos e punições aos que descumprirem, a fim de acabar com *essa imposição midiática*. As escolas, em parceria com as famílias, devem inserir a discussão sobre *esse tema* tanto no ambiente doméstico quanto no estudantil, por intermédio de palestras, com a participação de psicólogos e especialistas, que debatam acerca de como agir “online”, com o objetivo de desenvolver, desde a infância, a capacidade de utilizar a tecnologia a seu favor. Feito isso, o conflito vivenciado na série não se tornará realidade. (Redação 3, Cartilha redação a mil, 2019, p. 10-11, grifo nosso).

Não precisamos comentar os casos de exclusão, por isso, focaremos diretamente nos casos de anáfora encapsuladora. Aqui, identificamos 7 ocorrências dentro dos critérios que estabelecemos. Os casos de AED estão no segundo parágrafo (2 ocorrências) e no último (“esse tema”). Assim como se viu na primeira redação sob análise, os encapsulamentos aqui estão bem ajustados à necessidade de coesão textual, de modo que garantem uma progressão e uma sequenciação adequada do texto em seu direcionamento argumentativo.

Nosso interesse, no entanto, reside nas quatro ocorrências de AEO. Primeiramente, reforçamos que os encapsulamentos são construídos no discurso e não têm uma relação extensional com o mundo. Por isso, cabe o leitor tentar recuperar sua referência, em geral feita de forma genérica. Além disso, ele possui um caráter de avaliação (de rótulo). Juntando tais características, no terceiro parágrafo, entendemos que “tal preceito” recupera a ideia de Erving Goffman, mas, ao mesmo tempo, classifica a posição do autor como uma regra. Com isso, o candidato estabelece um vínculo importante entre a posição de Goffman e a explicação que dará na sequência, diretamente relacionada à discussão sobre a liberdade e a individualidade do sujeito. Por isso, indicamos esse caso como AEO. O avaliador, ao se deparar com esse elemento linguístico, observa não só o emprego anafórico, como também o direcionamento argumentativo pretendido pelo autor. É, pois, um sinal de habilidade de escrita, que preenche os requisitos de um texto adequado ao gênero solicitado, em especial pelas Competências 3 e 4, conforme já observamos na análise geral. Ainda que outra leitura possível para “preceito” fosse *uma lição* (e não regra), isso ratificaria a noção genérica das anáforas encapsuladoras e continuaria levando o leitor (avaliador) a perceber que o candidato considera a posição de Erving Goffman algo a ser ensinado ou mesmo seguido (o que é próprio de uma *lição*).

Menos polêmicos, porém, são os exemplos no último parágrafo. Em “essa problemática” temos um caso evidente de AEO, porque o autor recupera toda a

discussão sobre a manipulação via internet, tema do texto, e a rotula como *problema*. Ora, classificar uma determinada situação como problemática é indicar um posicionamento argumentativo importante, já que, para isso, espera-se que tenham sido indicados argumentos¹¹. No caso do texto, isso não só aconteceu, como também houve a proposta de intervenção (apresentada no último parágrafo) alinhada com o desafio da problemática apresentada. Tudo isso foi avaliado como totalmente adequado pela banca avaliadora, que concedeu 1000 ao texto.

A expressão “esse assédio comercial”, recupera a ação das empresas sobre os usuários da internet, dissertada ao longo do texto. Assim como o caso anterior, é um ótimo exemplo do papel sumarizador dos encapsulamentos que recuperam porções de textos de tamanho variado para construir um objeto discursivo referenciado. Mais especificamente sobre o papel da AEO, essa anáfora direciona o leitor para entender a posição do autor, contrário ao papel das empresas sobre os usuários, o que, fatalmente, o levará a pedir providências sobre elas, como indica antes pela exigência de leis.

De modo semelhante, a expressão “essa imposição midiática”, que recupera o caso do excesso de propagandas divulgadas pelas empresas via internet, é extremamente opinativa. Aqui, “imposição” sugere algo feito sem a anuência do usuário (ou pelo menos seu claro conhecimento), sendo uma forma de classificar a ação das empresas como ilegal. Nesse sentido, a anáfora promove o fortalecimento da tese do candidato, contribuindo para o caminho argumentativo que vem construindo, tal como temos defendido ser o papel das AEO nesses textos¹².

Finalmente, elencamos no Quadro 4, em ordem de maior para a menor frequência, as ocorrências com repetição que aparecem nos 31 textos, com a classificação que consideramos pertinente em cada caso. Destaca-se, nesses casos, o maior uso de “essa problemática” e “esse cenário” (ambos com 4 casos). Outro ponto importante é que, nas repetições, houve apenas um caso de anáfora opinativa, com o núcleo “problemática”: os 4 já citados e mais 2 encabeçados por “tal”. Outro ponto importante com relação aos núcleos é que “quadro” apareceu também 4 vezes, com “desse” e “tal” encabeçando a anáfora.

Como se vê no final do quadro, são 42 casos de repetição. Considerando o total de 114 casos de encapsulamentos nesses textos, há 37% de anáforas repetidas. Tal fato sinaliza para uma recorrência de elementos linguísticos nesses textos, o que é algo que vem sendo observado em outros trabalhos. Analisando corpora de 16 redações nota 1000, Pereira (2018) e Bertucci (2018), em trabalhos distintos, verificaram um alto índice de verbos factivos, em detrimento de outros tipos (estativos e declarativos, por exemplo), bem como alta modalização de intensidade e modo, além da ausência completa de marcadores de primeira ou segunda pessoa.

¹¹ Vale comentar que *problema* (e variações) é uma ocorrência comum nos casos de encapsulamentos no corpus em análise.

¹² A proposta de análise desses casos não esgota outros possíveis significados que os AEOs tenham no texto. No entanto, procuramos ilustrar que, independentemente do caso, são extremamente adequados às condições de produção exigidas no gênero.

<i>Encapsulamento</i>	<i>Classificação</i>	<i>Número de ocorrências</i>
Essa problemática	AEO	04
Esse cenário	AED	04
Essa prática	AED	03
Essa questão	AED	03
Essa realidade	AED	03
Esse processo	AED	03
Esse viés	AED	03
Tal ação	AED	03
Dessa ideia	AED	02
Desse quadro	AED	02
Essa ótica	AED	02
Essa perspectiva	AED	02
Esse panorama	AED	02
Tal ótica	AED	02
Tal problemática	AEO	02
Tal quadro	AED	02
TOTAL		42

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4 - Lista dos encapsulamentos com mais de uma ocorrência.

FLP22(1)

Ressalta-se aqui que a ocorrência dos encapsulamentos recortados para essa pesquisa é alta nos textos, com média de quase quatro casos por redação (3,67). Isso reforça a importância desse mecanismo para a construção de textos do gênero sob análise. O mecanismo de encapsular, como uma ação de referência sobre o discurso que se apresenta no texto, contribui para a dissertação e a argumentação, já que é um modo de organizar e interpretar elementos ali presentes. Tal fato vai ao encontro das exigências para uma boa produção textual, como se discutiu na seção sobre redação e, em especial, preenche os requisitos exigidos nas Competências 3 e 4 do Enem.

Assim, as análises aqui apresentadas vão também ao encontro das conclusões dos trabalhos de Bertucci (2006) e Cordeiro (2006), que ressaltam a importância do uso das anáforas encapsuladoras em produções do tipo argumentativo, uma vez que elas promovem uma melhor articulação do texto por meio de rotulações, de modo a estabelecer a progressão e a manutenção temática entre os blocos. Ademais, esses rótulos podem conduzir o leitor ao entendimento adequado desejado pelo autor, ou seja, contribuem na estratégia de convencimento.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, pudemos estudar diferentes ocorrências de anáforas encapsuladoras em redações do Enem, avaliadas com a nota máxima no exame de 2018. Com o objetivo de explicar a função desses elementos no texto, concluímos,

primeiro, que, das 31 redações analisadas, apenas duas delas não apresentaram nenhum caso de encapsulamento dentro dos critérios estabelecidos por nós. Além disso, também verificamos que há uma ocorrência maior das anáforas mais descritivas (79%), em comparação com as opinativas (21%).

Do ponto de vista qualitativo, identificamos os casos de anáforas encapsuladoras como essenciais para a manutenção da coesão textual, já que resumem uma parte textual precedente e, ao mesmo tempo, constroem um objeto discursivo referenciado. Além desse papel coesivo, elas podem ser importantes modos de marcação da opinião do candidato com relação ao tema apresentado, oferecendo ao leitor uma visão clara daquilo que pensa e defende o autor. Tais conclusões vão ao encontro do que a literatura discutida no texto apregoa, confirmando a relevância do tema.

Assim, os encapsulamentos podem ser tomados como recategorizações importantes na tessitura coesiva e na articulação do ponto de vista, o que os Critérios 3 e 4 exigem como fatores essenciais no texto do Enem, conforme observamos aqui. Nesse sentido, o presente trabalho também se insere no conjunto de análise sobre as características deste gênero textual de suma importância no contexto nacional, já que, há anos, mais de 4 milhões de candidatos realizam a redação do Enem (em 2018, foram 4,1 milhões de redações). Com esse número, ela deve ser um dos gêneros mais produzidos por ano no país, porque ao número de provas ainda se somam as redações produzidas ao longo da vida escolar como preparação para o Exame.

O leitor deve ter notado que algumas questões ficaram em aberto, como o caso da posição dos encapsulamentos. Eles apresentam variação nos exemplos discutidos aqui: o texto 2, por exemplo, tem 4 dos 7 casos, em meio de período. No entanto, por razões de espaço, deixamos em aberto, para futuros trabalhos, a posição de ocorrência dos encapsulamentos, algo importante a se verificar do ponto de vista da relação entre sintaxe e argumentação. Em outras palavras, poderíamos perguntar: em que posição esses elementos mais ocorrem? Essa posição favorece a argumentação apresentada?

Outro ponto que nos parece igualmente relevante, mas que ficou de fora da análise é a possibilidade de relacionar as AEOs com as implicaturas. Conte (2003) já aponta para uma relação entre os encapsulamentos e a pragmática, em especial com relação aos casos de metadiscursividade (que também não analisamos nesta pesquisa). No entanto, o que nos parece é que os AEOs carregam uma implicatura convencional, tal como ocorrem em casos com *(in)felizmente* em *(In)felizmente, Maria vai à festa*. Nesse caso, há uma informação (Maria vai à festa) e uma avaliação do produtor da sentença sobre isso (ele está feliz ou triste com isso). Trabalhos como de Oliveira e Basso (2014) e Tauil (2017) poderiam lançar luz para esse interessante fenômeno.

Com isso, esperamos ter ressaltado ainda mais o papel das anáforas encapsuladoras em textos de opinião, tal como se viu em outros estudos. E, seguindo Cordeiro (2006), esperamos também inspirar trabalhos com esses elementos em sala, já que podem ajudar o aluno a desenvolver uma competência de escrita cada vez melhor, em especial para a argumentação.

REFERÊNCIAS

Apothéloz D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: Cavalcante MM, Rodrigues BB, Ciulla A, organizadores. Referencição. São Paulo: Contexto; 2003. p. 53-84.

Aquino MFS. A coesão na tessitura textual: avaliação do emprego de recursos coesivos. In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017. p. 213-220.

Bertucci RA. Anáforas encapsuladoras: uma análise em textos de opinião. Revista Letras, 2006;70:207-221. [citado 10 fev. 2019]. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/5429>

Bertucci RA. Recurso computacional para análise de textos argumentativos [internet]. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. [citado em 15 nov. 2018]. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/bertucci/publicacoes-trabalhos-academicos/apresentacoes>

Brasil. Redação no Enem 2017: cartilha do participante. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Básica/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/ Ministério da Educação; 2017. [citado 19 jul. 2019]. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf

Cançado M et al. Subjetividade em correções de redações: detecção automática através de léxico de operadores de viés linguístico. Linguamática [Internet], 2020; 12(1):63-79. [citado 25 de Agosto de 2020]. Disponível em: <https://www.linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/313>

Cantarin M, Bertucci RA, Almeida RC. A análise do texto dissertativo-argumentativo. In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017. p. 81-91.

Cavalcante MM. Apresentação. In: Cavalcante MM, Rodrigues BB, Ciulla A, organizadores. Referenciação. São Paulo: Contexto; 2003a. p. 09-16.

Cavalcante MM. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. Caderno de Estudos Linguísticos, 2003b;44:105-18. [citado 14 nov. 2019]. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637068>

Cavalcante MM. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: Koch IGV, Morato EM, Bentes AC, organizadores. Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto; 2005. p. 125-149.

Conte ME. Encapsulamento anafórico. In: Cavalcante MM, Rodrigues BB, Ciulla A, organizadores. Referenciação. São Paulo: Contexto; 2003. p. 177-190.

Coroa ML. O texto dissertativo-argumentativo. In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017. p. 59-71.

Cordeiro MAS. A contribuição da anáfora encapsuladora para a organização da informação em dissertações produzidas por alunos do 3º ano do ensino médio de Santarém [dissertação]. Belém: Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará; 2006. [citado 25 ago. 2020]. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/9421>

Elias VMS. Texto e argumentação. In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017. p. 117-136.

Francis G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: Cavalcante MM, Rodrigues BB, Ciulla A, organizadores. Referenciação. São Paulo: Contexto; 2003. p. 191-228.

Garcez LHC. Gênero e tipo de texto. In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017a. p. 51-58.

Garcez LHC. O ensino de redação. In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017b. p. 275-278.

Garcez LHC, Corrêa VR. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017. [citado em 13 mar. 2020] Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/TEXTOS+DISSERTATIVO+ARGUMENTATIVOS/7809ef0d-5a4a-4c24-9a03-9db15e0bdacf?version=1.0>

Koch IGV. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: Foltran MJ, Negri L, Oliveira RP, organizadores. Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto; 2004a. p. 244-262.

Koch IGV. Introdução à lingüística textual. São Paulo: Martins Fontes; 2004b.

Koch IGV. Referenciação e orientação argumentativa. In: Koch IGV, Morato EM, Bentes AC, organizadores. Referenciação e discurso. São Paulo: Contexto; 2005. p. 33-52.

Koch IGV, Elias VM. Ler e Compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto; 2017.

Mondada L, Dubois D. Construção dos objetos-de-discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: Cavalcante MM, Rodrigues BB, Ciulla A, organizadores. Referenciação. São Paulo: Contexto; 2003. p. 17-52.

Oliveira RP, Basso RM. Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas. São Paulo: Parábola Editorial; 2014.

Pereira KAPL. A contribuição de um analisador automático para a caracterização de gêneros textuais [trabalho de conclusão de curso]. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2018. [citado 25 ago. 2020]. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/11580>.

Salvador A. Como escrever para o Enem: roteiro para uma redação nota 1.000. São Paulo: Contexto; 2013.

Silva NS. Análise textual mediada por ferramenta computacional: um estudo sobre redações estilo Enem. [trabalho de conclusão de curso]. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2018. [citado 25 ago. 2020]. Disponível em: <http://paginapessoal.utfpr.edu.br/bertucci/projetos-grupos-de-pesquisa-1/tcc-letras/TCC%20-%20Nicolle%20-%20corrigido.pdf/view>

Tauil JC. A ocorrência da implicatura convencional no português brasileiro a partir de itens lexicais expressivos. [trabalho de conclusão de curso]. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2017. [citado 13 mar. 2020] Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/11586>

Val MGC. Redação escolar: um gênero textual? In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017. p. 73-80.

Val MGC, Mendonça M. Coesão nominal: relacionar, categorizar e... argumentar. In: Garcez LHC, Corrêa VR, organizadores. Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para a qualificação de avaliadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; 2017. p. 205-212.

Discourse markers in English and European Portuguese translations: establishing functional equivalents and types of omission

*Marcadores discursivos em traduções em inglês e português europeu: definição de equivalentes funcionais e tipos de omissão**

Milana A. Morozova**
Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal

Abstract: Based on the translations of a bidirectional English-Portuguese parallel corpus, this paper examines some English discourse markers (henceforth 'DMs', such as *well, you know, I mean*). The goal is twofold: firstly, the analysis of the translations establishes functional equivalents of the English DMs in European Portuguese, thus complementing the existing studies on translation of DMs in parallel corpus. Secondly and most importantly, this paper aims to approach the phenomenon of DMs omission frequently observed in translations from the empirical, rather than theoretical point of view. In particular, the study focuses on omission of DMs in the target languages. The corpus analysis resulted in the identification of three most common types of omission: DM deletion (i.e. a common DM deletion or omission in the target language), partial DM deletion (i.e. when one of the two DMs in the original language drops, resulting in translation of only one of them in the target language), DM addition (i.e. when there is no DM in the original language, but the translator has added it).

Keywords: Discourse markers. Omission. Translation. English. Portuguese.

Resumo: Tendo como base traduções de um corpus paralelo bidirecional inglês-português, este artigo visa a examinar alguns marcadores discursivos (daqui em adiante MDs) em inglês (tais como *bem, sabe, quer dizer*). O artigo tem dois objetivos. Primariamente, a análise das traduções estabelece equivalentes funcionais de MDs de inglês para português europeu, complementando, desta forma, os estudos existentes sobre traduções de MD em corpus paralelo. Por outro lado, e mais importante, este trabalho procura abordar o fenômeno de omissão de MDs frequentemente observado em traduções do ponto de vista empírico e não teórico. Em particular, o estudo focaliza a omissão dos marcadores discursivos em inglês e português. A análise do corpus resultou na identificação de três tipos mais comuns de omissão: eliminação de marcador discursivo (ou seja, uma exclusão ou omissão simples do marcador), eliminação parcial de marcador (ou seja, quando um dos dois marcadores foram omitidos na tradução, ficando apenas um deles) e adição de marcador (ou seja, quando não há marcador no idioma original, mas o tradutor o adicionou).

Palavras-chave: Marcadores discursivos. Omissão. Tradução. Inglês. Português.

* This paper resulted from my PhD program in Linguistics, supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT) project PD/BD/105766/2014 funded from 2014 to 2018. I hold my doctoral degree in Linguistics, Text & Discourse, since July 2019.

** Doutorada em Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal; milana1002@gmail.com

1 INTRODUCTION

The last three decades have seen a large amount of research on discourse markers (henceforth, DMs) in various theoretical frameworks (Schiffrin, 1987; Brinton, 1996; Fraser, 1999; Fischer, 1998, 1999; Östman, 2006; Blakemore, 2002). Nonetheless, the popularity of DMs is still growing, especially in a multi-language contrastive perspective. The recent emergence of parallel corpora has boosted research both in cross-cultural studies and translation studies (Dupont & Zufferey, 2017). A predominant majority of the research based on translations in parallel corpora attested a frequent omission of DMs in the target language (Aijmer, 2007; Aijmer & Simon-Vandenberg, 2003; Cuenca, 2008; Ramón, 2015; Kafipour, 2016; Mattsson, 2006). However, little or no explanation has been provided to account for the phenomenon.

This paper pursues a twofold objective. On the one hand, it contributes to the existing studies on DMs in parallel corpora by focusing on translation equivalents of several English and Portuguese DMs. On the other hand, this paper provides a deeper qualitative analysis into the cases of the omitted DMs attested in the parallel corpus. The typification of omission of DMs elaborated here will demonstrate, however, that omission is not always about ‘omitting’ a DM; there may be other types of changes involved. The intention of this paper is, thus, to approach the phenomenon of omission and to provide a corpus-driven typification of omission in the given language pair.

The focus is on some DM in English such as *well, you know* and *I mean* and their functional equivalents in Portuguese. Their conversational nature, procedural meaning, pragmatic multi-functionality and, to some extent, unpredictability make them especially interesting for the analysis of omission in translations.

This paper is constructed as follows. Section 2 provides a brief overview of the two bipolar strategies frequently employed in translation: omission (or ‘implication’) and addition (or ‘explicitation’). Section 3 focuses on omission of DMs in previous works and provides the existing explanations for this phenomenon. In Section 4, the methodology and corpus of the present research will be described. Section 5 presents some relevant research about Portuguese DMs. Section 6 features quantitative and qualitative data analysis; while the quantitative analysis provides numerical data on the number of occurrences and their back translations, the qualitative analysis dives into the established types of omission. Finally, Section 7 will round this paper by providing an overall discussion of the findings and by drawing some general conclusions.

2 COMMON STRATEGIES IN TRANSLATION

In the literature, two common bipolar strategies frequently employed by translators can be found: omission (or ‘implication’) or addition (or ‘explicitation’). Regarding the first strategy, Asr and Demberg (2012, p. 2669) propose an information-theoretic perspective, according to which discourse connectives are more likely to be omitted when they are making a relation that is expected or predictable. The Uniform Information Based Theory (Ibid.) suggests that speakers communicate and choose the linguistic items available in the language according to the principle of uniformity of information transmission. In other words, speakers choose information and evenly distribute it in discourse for a successful and more optimized communication. The

FLP22(1)

connectives become ‘optional’ and can be easily omitted if they lead to information density, which is, according to the proposal of Asr and Demberg, undesirable. The information-theoretic perspective seems to echo back to a cognitive principle in relevance-theoretic terms, in other words “...the individual automatically aims at maximum relevance” (Sperber & Wilson 1986, p. 144). An input is relevant to an individual only when its processing yields positive cognitive effects. Similarly, if a discourse connective does not contribute to positive cognitive effects, it is considered irrelevant and, therefore, can be removed from the utterance. In this respect, omission or ‘optionality’ is similar to their “implication” in the translated discourse (Pym, 2005; Becher, 2010, 2011).

Besides omission, another common process is addition or ‘explicitation’. Originally proposed by Blum-Kulka (1986), the “explicitation hypothesis” suggests that translations are more explicit than their corresponding source texts. Some authors believe it is a “universal strategy” employed by translators (Baker 1993, p. 243; Blum-Kulka 1986, p. 21). Others disagree with this point of view and believe that explicitation in the target language occurs due to obvious differences in linguistic and stylistic conventions between source language and target language texts (House 2004, p. 193; Becher, 2010, p. 2, 2011). According to Klaudy (2008) (cited in Becher, 2011), ‘explicitation’ may be of the following types:

- (a) obligatory (caused by grammatical differences between the languages; the translator has to compensate for those differences by making certain parts of text explicit);
- (b) optional (explicitations that are not obligatory and rely on translators’ personal choice);
- (c) pragmatic (explicitations that are required due to some cultural or world knowledge differences);
- (d) translation-inherent (result from the process of translation itself); as stated in Becher (2010:3), it is quite difficult to provide examples for the last type.

Roughly speaking, these types of explicitation can be subcategorized into two larger groups based on the criterion of obligation: obligatory and voluntary (i.e. non-obligatory) explicitation (Frankenberg-Garcia, 2004, p. 2).

Section 6 (especially, in 6.3.) will reflect on the applicability of these strategies to the analysis of DMs carried out on the basis of the translated literary texts from English into Portuguese.

3 OMISSION OF DMs IN CROSS-LINGUISTIC RESEARCH

Many papers on DMs traditionally yield to explanation of the existing rich terminological range that define this linguistic category, be it discourse markers (Fraser, 1999; Schiffrin, 1987; Lopes, 2014), pragmatic markers (Brinton, 1996; Aijmer, 2004; Cuenca, 2008), pragmatic particles (Östman, 2006), discourse connectives (Blakemore, 2002), etc., well-known labels, which certainly are not limited by this short exemplification list¹. In this respect, it is important to mention here that the analysis

¹ For a more complete list of terms, consult Lutzky (2012, p. 9-10).

presented in this paper does not refer to the omission of ‘discourse markers’ only, but to omission of the categories also defined as ‘discourse connectives’, ‘pragmatic markers’, and so on. In other words, and at this stage of the research, the paper keeps the terminological debate aside, focusing on the process of omission.

As stated in Aijmer (2007, p. 50), omission of DMs seems to be a general phenomenon. Indeed, a large amount of cross-linguistic research on DMs in translation that have been carried out so far necessarily refers to omission as a most frequent occurrence in the analyzed data. Omission (or ‘zero correspondence’, as it is called in Aijmer & Altenberg, 2002) is a frequent phenomenon in the studies of translation of DMs from English into a range of European languages: Cuenca (2008) for English, Spanish and Catalan; Ramón (2015) and Chaume (2004) for Spanish and English; Becher (2011) for English and German; Mattsson (2006) for Swedish and English; Dupont & Zufferey (2017) for English and French; Hauge (2014) for English and Bulgarian; and the contributions on this issue by Aijmer (2007) for German and Swedish, and Aijmer & Simon-Vandenberg (2003) for English, Swedish and Dutch; and also Kafipour (2016) for Persian and English.

In translation studies based on parallel corpora omission seems to be far more interesting. It is frequent, relevant and omnipresent. However, omission has not been studied on its own. It is commonly stated as a fact, rather than analyzed, classified, etc. in an attempt to account for such cases. As Torabi & Demberg (2015, p. 118) state, there is no theory to explain “when and why a discourse relation is marked explicitly or when the connective is omitted”.

The translation of *well* into Spanish and Catalan based on a film with subtitles demonstrated that omission is frequent (Cuenca, 2008, p. 1377). In the Catalan version it is the preferred option (around 46%), and in Spanish it is quite frequent as well (25%). Another interesting observation is that omission is frequent when a DM combines with some other DM or an adverb (Cuenca, 2008, p. 1387). Omission is seen as a specific and frequent translation ‘strategy’ (Cuenca, 2008, p. 1378). Moreover, Cuenca adds that omission can be explained by the presence of different factors. One of them is the fact the DMs do not carry meaning and their presence in discourse is rather optional (Cuenca, 2008, p. 1379).

The analysis of Persian and English movies with subtitles revealed that omission is the most frequent error made by translators (Kafipour, 2016, p. 104). The second most frequent error was translation using a different DM. It has been suggested that omission can be a frequent phenomenon in the translated texts due to some kind of interdependency between the nature of the source language and the target language. Namely, a DM is likely to be omitted in the target language that is not a DM-rich language (like Persian).

Mattsson (2006) focuses on the subtitling of Swedish/English DMs of one particular movie in three different TV formats: public television, commercial television and DVD. The analysis revealed that DMs are omitted in all three texts. This is explained by the fact that different sets of translational norms are employed in the target culture and its media channels. For instance, different TV channel translation policies on subtitling, different working conditions or translating agencies can be used (Mattsson, 2006, p. 9).

In the Spanish/English language pair, Ramón (2015, p. 342) studies the English *ob* and its Spanish translations, based on a parallel corpus. Omission (or other

options selected by translators) of the DM *ob* is explained by the fact that *ob* does not cover the same range of pragmatic functions in English and in Spanish, which results in employment of different translational patterns.

The most significant contribution probably belongs to Aijmer (2007), who focused on the German/Swedish pair and on the Swedish marker *alltså* (*also* in German). As stated in her paper (Aijmer, 2007, p. 50), omission was a frequent option when *alltså* had a medial position (41%). In this respect, Aijmer hypothesizes that omissions could be a general ‘universal’ translation strategy (Ibid.). In addition to this hypothesis, the author believes that omission can occur when there is clash of a DM with some other linguistic items that have a similar or an identical meaning. The DM is omitted in order to avoid this redundancy of meaning. Finally, omission could be the signal pragmaticalization of a DM. Once the meaning of a DM has been weakened, it is no longer used (Aimer, 2007, p. 54).

Besides, concessive connectors are often left untranslated (Aijmer & Altenberg, 2002, p. 22). The authors believe that “most connectors can be omitted if the context is clear enough” (Ibid.). It comes down to the fact the DMs are known to have a procedural, rather than a core semantic meaning. Their procedural pragmatic meaning is helpful, but sometimes unnecessary. In this respect, Aijmer (2007, p. 52) further explains that omission is not necessarily a lack of translation pragmatic equivalent in the target language. Sometimes, the context is clear enough and there is no necessity to add an extra word.

Overall, omission of DMs is a widely encountered phenomenon in cross-linguistic research based on parallel corpus. Regarding the explanations of this phenomenon, so far, we can say that:

- (a) omission can be a common translation strategy;
- (b) omission can occur when there is clash of a DM with other linguistic items that have a similar or an identical meaning²;
- (c) omission can be the signal pragmaticalization of a DM, i.e. if the meaning of a DM has been weakened, it is no longer used;
- (d) omission can occur when the context is clear enough, i.e. to avoid information density;
- (g) omission can occur in case a DM does not cover the same range of pragmatic functions in the target language;
- (e) omission can occur if the target language is not a DM-rich language;
- (f) omission can be explained by different sets of translational norms that are employed in the target culture.

² Section 6 will provide more details on this point.

4 METHODOLOGY AND CORPUS OF THE PRESENT RESEARCH

Based on the assumption that DMs have a core semantic meaning and a context-dependent pragmatic function³, Aijmer & Simon-Vandenberg (2003) suggested that a DM can have various translations (or pragmatic functional equivalents) in the target language. In this respect, Aijmer (2004) proposed a methodology and a model for the analysis of DMs based on translations, or ‘translation method’, which has already been implemented in some other studies⁴. Likewise, this method has been adopted for the present analysis.

In short, the translation method

contributes to specifying how markers function intra-linguistically, how they relate to other, semantically and pragmatically similar items in the same language, and how semantic fields in different languages relate to one another (Aijmer, 2004, p. 1782).

Translations function as means to establish paradigms between languages (Aijmer, 2004, p. 1785). As Baker (1993, p. 235) stated: “the question is no longer how equivalence might be achieved but, increasingly, what kind of equivalence can be achieved and in what contexts”.

The proposal of this methodology was illustrated by the analysis of markers of the semantic field of expectation (*actually*, *in fact* and *really*) in English and their pragmatic equivalents in Swedish and Dutch. The analysis was carried out on the basis of the English-Swedish Parallel Corpus for English/Swedish and of the Triptic Corpus for English/Dutch.

The translation method has a number of benefits. As stated in Aijmer (2004, p. 1786), translation data provides a more detailed description of the polysemous meanings of a lexical item. In other words, it helps to reveal hidden meanings and can be a practical instrument for a researcher who wants to test new hypotheses about DMs (Cuenca, 2008, p. 1389). Secondly, the resulted semantic map helps to see which equivalents in the target language are more distant and which ones are closer to the translated token in the source language. Last but not least, the translation method provides information not only about the core meaning, but also about the pragmatic interpretations of the tokens.

Regarding the selected corpus, the present study is based on a bidirectional parallel corpus of English and Portuguese - *Compara* (Santos, 2000; Frankenberg-Garcia & Santos, 2003; for more details on *Compara* see <http://www.linguateca.pt/COMPARA>), which is a database with original and translated texts in these two languages. The texts have been linked together sentence by sentence. *Compara* is a useful tool for researchers, lexicographers, translators and editors, teachers, students and engineers related to natural language processing. It allows the study of human translation by contrasting English and Portuguese by means of an automated search.

³ For more on this point, see Aijmer (2004), Blakemore (2002), Brinton (2008), Cuenca (2008), Fischer (1998), Fraser (1999), Lopes & Sousa (2014).

⁴ For instance, Cuenca (2008) based her analysis of the translation of the DM *well* into Spanish and Catalan on this method.

Compara is currently the largest post-edited English-Portuguese/Portuguese-English parallel corpus in the world, totaling around three million words. At present, *Compara* is composed of 75 pairs of digitized literary parallel texts.

5 DMS IN EUROPEAN PORTUGUESE

Similarly to the English DM *well*, its Portuguese equivalent *bem* has several uses in the syntactic and pragmatic domains⁵:

(I) In the syntactic domain:

- (a) as an adverb, for instance: “O João comeu **bem**”⁶ (‘John ate **well**’), *bem* (‘well’) refers to mode or manner (Lopes, 2004, p. 7).
- (b) as an adjective modifier, for instance: “O homem é **bem** alto” (‘The man is **very** tall’). The meaning of the marker is similar to the Portuguese adverb *muito* (‘very’), compare with “O homem é muito alto” (‘The man is very tall’). Also, it serves as an intensifier. Lopes (2004) defines these adjectives (*alto* or ‘tall’) as *pure* adjectives, i.e. they are not derived from verbs.
- (c) as an adverbial modifier of mode or manner (with *verbal* adjectives), for instance: “uma mulher **bem** arranjada” (‘a good looking woman’).
- (d) as an adverbial modifier of quantity or degree, for instance: “Momento de decisões históricas que quase passavam para segundo plano depois da morte de dois soldados israelitas na zona de segurança junto ao Líbano – **bem** perto de Haifa” (‘Moment of historical decisions that almost passed into the background after the death of two Israeli soldiers in the security zone near Lebanon – **very** close to Haifa’) (Lopes, 2004, p. 8).

(II) In the pragmatic domain⁸:

- (a) it marks / signals discordance with the information stated before;
- (b) it initiates discourse, serving as a marker of turn-taking;
- (c) it marks / signals shift of topic;
- (d) it fulfills a mitigating function.

Lopes (2004, p. 8) provides various examples of pragmatic functioning of *bem*, one of them is as follows: “**Bem**, agora estão a lavar as grelhas, depois para o tempo da...” (‘**Well**, now they are washing the grates, then for the time of...’). In this case, the DM clearly does not perform any syntactic function. It is not part of the propositional content of the utterance either. Prosodically speaking, *bem* in the

⁵ These functions have been identified by Lopes (2004) on the basis of the ‘Reference Corpus of Contemporary Portuguese’ (*Corpus de Referência do Português Contemporâneo*).

⁶ All the examples can be found in Lopes (2004, p. 7-8).

⁷ These translations from Portuguese into English are my own.

⁸ Lopes (2004, p. 21) explains that the wide range of functions *well* performs in the pragmatic domain is due to its interactional nature.

pragmatic domain demonstrates independence (preceding and antecedent pauses, i.e. a feature typically associated with DMs).

Following Traugott (1998), Lopes explains that the different uses of *bem* in the pragmatic domain are the result of grammaticalization (or ‘semantic bleaching’), i.e. recategorization of a linguistic unit.

As for the Portuguese DM of reformulation *quer dizer* (‘I mean’), it is a fully grammaticalized expression in contemporary European Portuguese. It operates in such a way that it implies a source utterance on the left and a reformulation on the right (Lopes, 2014, p. 34). In terms of prosody, it is highlighted by a pause (or a comma is case of written discourse).

But for reformulation, *quer dizer* (‘I mean’) can also express additional meanings in the context (Lopes, 2014). Additional meanings include mitigation, conclusion or ‘filler’ (the latter used in oral spontaneous discourse only).

Concerning the DM *sabes* (‘you know’), so far there has been no study on this marker in Portuguese.

6 DATA ANALYSIS

6.1 Establishing Portuguese functional equivalents

Using the translation method described in Section 4, the present section provides the analysis of the English DMs *well*, *you know* and *I mean* and their functional equivalents in Portuguese (see Table 1, Table 2 and Table 3). It is noteworthy that *Compara* does not differentiate between the use of *well* as a DM and *well* as an adverb, for instance. In other words, the automated search provides all the possibilities. *Compara* has identified two principal modes of functioning of the DM *well*, compare:

- (1) a. EBDL1T1(49): **Well**, I’ll tell you what to do. – **Bem**, vou dizer-lhes o que costume fazer.
- b. EBDL3T1(1090): He seems to know his material very **well**, but resents questions and discussion as they interrupt his train of thought. – Parece conhecer muito **bem** a matéria, mas não gosta de perguntas nem de discussão, porque lhe cortam o fio ao pensamento.

In 1a. *well* functions as a DM, while in 1b. it is an adverb of manner. In order to distinguish between these two modes of functioning of *well* (and other DMs), the table contains the information on the total number of the occurrences identified in the corpus, and the total number of DMs found. To facilitate the reading, the Portuguese pragmatic equivalents with the highest number of occurrences and the total number of occurrences of omission have been boldened.

Table 1. Translations of the English DM *well* into Portuguese.

<i>Translations</i>	<i>N. of occurrences</i>
bem	29
bom	9
enfim	9
ora esta	1
paciência	2
percebo	1
OK	1
ora	1
afinal	1
com que então	1
pois	1
então	2
Ø	34
<i>Total n. of occurrences</i>	1000 (1064) ⁹
<i>Total n. of DMs</i>	91

Table 2. Translations of the English DM *I mean* into Portuguese.

<i>Translations</i>	<i>N. of occurrences</i>
quero dizer	41
quer dizer	20
quero eu dizer	5
quero dizer que	3
ou seja	4
por exemplo	1
isto é	6
afinal	1
aliás	1
a propósito	1
claro	1
o que eu quero dizer é que	2
Ø	22
<i>Total n. of occurrences</i>	188
<i>Total n. of DMs</i>	108

⁹ For copyright reasons, *Compara* provides a random sample of 1000 occurrences out of 1064 that have been found.

Table 3. Translations of the English DM *you know* into Portuguese.

<i>Translations</i>	<i>N. of occurrences</i>
sabe	17
sabes	13
você sabe	3
sabem	2
como sabes	2
como sabe	2
como sabem	1
estás a ver	1
se quer saber	1
sabe disso	1
não sei se sabes	2
sabia	1
sabias	1
sabe como é	1
bem sabes	1
bem vê que	1
veja lá bem	1
imaginem lá	1
não sei se estão a ver	1
sabes que	3
sabem como é	1
percebem	1
percebe	1
percebes	2
compreende	1
compreenda	1
não é	1
claro	1
já se sabe	1
não acham	1
a senhora sabe	1
o senhor sabe	2
olha que	1
sei lá	1
Ø	28
<i>Total n. of occurrences</i>	388
<i>Total n. of DMs</i>	100

FLP22(1)

As it can be seen, the Portuguese DM *bem*, *bom* and *enfim* are predominant pragmatic equivalents of *well*. The least common but nevertheless identified options include the DMs *ora esta*, *paciência*, *percebo*, *OK*, *ora*, *afinal*, *com que então*, *pois* and *então*.

Concerning the DM *I mean*, it is predominantly translated as *quero dizer* or *quer dizer*. Options like *quero eu dizer*, *quero dizer que*, *ou seja*, *isto é* are less frequent, but nonetheless found. Single occurrences include DMs like *por exemplo*, *afinal*, *aliás*, *a propósito*, *claro*.

The English DM *you know* presents the widest range of possible translation equivalents in Portuguese. In total, 34 tokens have been identified. The most frequent translations include *sabes* and *sabe*. The majority of these tokens are single and

sometimes quite unexpected translations (for instance, *sei lá, já se sabe, o/a senhor(a) sabe, imaginem lá*, etc.)

In sum, the results of this analysis partially overlap with the conclusions found in Cuenca (2008) for Spanish and Catalan, namely, that:

- (a) the English DMs *well, you know* and *I mean* have a wide range of functional equivalents in Portuguese. The DM *you know* got the highest number of possible translations in the target Portuguese language (34 translation equivalents altogether).
- (b) the semantic correspondences of *well, you know* and *I mean* in Portuguese can be very distant from the literal translation (e.g. *you know* = *imaginem lá* or *imagine*). This proves the fact that translation can be misleading if it is merely based on establishing a corresponding token with the same core semantic meaning, without considering the pragmatic function it performs.
- (c) literal Portuguese translations of the English DMs *well, you know* and *I mean* represent the highest percentage of occurrences, therefore, the tendency towards literal translation is maintained.

As for omission, and similarly to previous studies, it has proved to be a frequent option¹⁰. In fact, omission is a preferred option in the translations of DMs *well* and *you know* (34 occurrences of the omitted DM *well*, 22 occurrences of the omitted DM *I mean*, and 28 in case of the DM *you know*).

6.2 Back translations from Portuguese into English

The next step was to identify the translations that are ‘mirrored back’ into the original language (Table 4). This method, proposed by Dyvik and cited in Aijmer (2007, p. 1785) is especially useful, for it “implies that we look at the meaning of a lexical item as mirrored in its translations in another language”. It is handy when a DM has an extremely wide range of translations in the target language (like in case of *you know*). By looking at the back translations we can see “which translations are more frequent or prototypical, and which are less frequent or even ‘singleton’ translations” (*Ibid.*). Table 4 presents back translations from Portuguese into English. Namely, it contains two most frequent equivalents of *well* (*bom* and *bem*), *you know* (*sabes* and *sabe*) and *I mean* (*quer dizer* and *quero dizer*) and highlights back translations and omissions.

¹⁰ The examples of omissions will be closer examined in 6.3.

Table 4. Back translations from Portuguese into English.

<i>DM</i>	<i>Translation (n. of occurrences)</i>
bem	well (13) that's that (1) Ø (2)
bom	well (8) good (1) anyhow (1) all right (1) Ø (4)
sabes	you know (10) you see (1) Ø (0)
sabe	you know (17) you see (7) do you know (1) you understand (1) I hope you realize (1) Ø (2)
quer dizer	I mean (11) that is to say (5) that is (4) you mean (1) in other words (1) Ø (3)
quero dizer	I mean (10) I meant to say that (1) which is to say (1) Ø (4)

FLP22(1)

As it can be seen, back translations confirm the results of the first stage of the analysis. They allow us to state more confidently that the English-Portuguese DMs *well* - *bem*, *I mean* - *quero dizer* and *you know* - *sabe* are likely to be functional equivalents. As for omission, it is considerably less frequent in Portuguese-English translations. Besides, it is never a predominant option. This difference could be perhaps explained by the fact that in English-Portuguese language pair, English tends to signal discourse relations more explicitly, i.e. it requires the use of DMs for communicative goals.

6.3 Omissions of Portuguese DMs and their typification

So far, it has been stated that omission of DMs in translations is a common phenomenon and that it has been attested in the translations of many European language pairs. This section, however, aims to provide a deeper insight into the omitted cases of DMs attested during the first step of the analysis (Tables 1, 2 and 3). We have seen that in the case of the DMs *well* and *you know* omission is a preferred option (34 and 22 occurrences, respectively). In the case of the DM *I mean*, *quero dizer* is the predominant translation (41 examples); however, omission is the second most frequent option (22 examples).

Each case of the omitted DM has been analyzed, totaling 84 examples. The analysis resulted in identification of several main types of DMs omission, namely, DM deletion, DM partial deletion, DM addition¹¹. Each of these types is presented with the corresponding examples below:

Type N^o1: *DM deletion*, i.e. a common DM deletion or ‘omission’ in the target language, for instance:

- (2) a. **I mean**, how trivial can you get?
 b. Até onde pode ir a superficialidade de uma pessoa?
 (Ø)
- (3) a. **I mean**, did you go anywhere interesting?
 b. Perguntei se foi a algum lado interessante.
 (Ø)
- (4) a. “He is right, **you know**”, Amy said...
 b. “Ele tem razão”, disse a Amy...
 (Ø)
- (5) a. He is obsessed by things like that, **you know**.
 b. É obcecado por coisas assim.
 (Ø)
- (6) a. Yes, **well**, nice to have met you again.
 b. Gostei de voltar a vê-lo.
 (Ø)
- (7) a. Yeah, **well**, it’s like a fruit machine, y’ know, you got to keep pulling the old lever.
 b. Pois, isto é como uma máquina de moedas, temos de ir puxando a alavanca.
 (Ø)
- (8*) a. **Well**, it’s like James, ah, well the guy wants to be a modern, I mean he has the symbolism bit and God is dead and all...
 b. É assim: O James, pronto, o que o tipo quer é ser moderno, tem isso do simbolismo, e Deus morreu, pronto.
 (Ø)
 bb. **Bem**, é como James, ah, bom, o cara quer ser moderno, quer dizer, ele sacou o lance do simbolismo, Deus está morto o tudo o mais.

FLP22(1)

Examples 2 and 3 illustrate the omitted English DM *I mean* in the corresponding Portuguese translation; examples 4 and 5 refer to the omission of *you know* (*sabes* in Portuguese); and examples 6 and 7 show cases where *well* (*bem*) has been fully omitted in the target translation.

Example 8* is identified as a rare and a special case found in *Compara*, when an original utterance has two possible interpretations provided by different translators. In this case, one of the possible translations includes the DM in the target language (bb), while the other one omits it (b). These cases with double translations and including two possibilities are quite rare in the corpus. Yet, they may clearly be indicators of

¹¹ This typification is not based on any previous study on omission of DMs; therefore, a further terminological revision may be required.

translators' professional expertise, which result in optionality and instability of the translated tokens.

DM deletion is the most frequent type of omission (73 out of 84 examples). Omission could be explained in terms of translation strategy of 'implication' (Pym, 2005, p. Becher, 2010, 2011). However, in the examples 2-7 it is rather difficult to draw the implicatures about particular DMs used in the context. Consider example 6(b) "Gostei de voltar a vê-lo.". This context does not permit any reconstruction of meaning. It does not have any clue for the reader or hearer to 'guess' about the implicit DM *well*. It could be *well*, as it could be *really*: "Yes, **really**, nice to have met you again.". That is why the analysis of the DMs is particularly puzzling. Their function is more likely to be defined as interactional, rather than textual. And they seem to exist beyond text level. If we looked at any kind of textual DMs (or 'connector'), whose function would be merely textual (i.e. a cohesive device), it would possibly be easier to trace or to 'reconstruct' the implicit DM. Consider the following random example with the DM *so* ('portanto'), extracted from Compara:

- (9) a. I tried to grow a moustache once, but it turned out rather funny-looking, grey on one side and a sort of gingery-brown on the other, **so** I shaved it off quick.
 b. Uma vez tentei deixar crescer o bigode, mas ficou um bocado esquisito, pois metade era grisalha e a outra metade ligeiramente acastanhada, e **(portanto)** rapei-o logo.
 Ø

9(b) is an example of explicatory sequence and it contains a causal relationship. In 9(b), since causal relationship is of merely textual nature, the reader/listener can easier reconstruct the implicit DM *so*: "Uma vez tentei deixar crescer o bigode, mas ficou um bocado esquisito, pois metade era grisalha e a outra metade ligeiramente acastanhada, e **(portanto)** rapei-o logo".

FLP22(1)

Type N°2: *partial DM deletion*, i.e. when one of the two DMs in the original language drops in the target language. In other words, just one of the DMs is translated. Consider the examples below:

- (10) a. **I mean, perhaps** another evening if you're not free.
 b. Ou **talvez** outra noite, se hoje não está livre.
 (partial Ø)
- (11) a. We didn't really want to start a family right away, **but well, you know** how it is...
 b. Não queríamos que a família aumentasse tão depressa, **mas sabes** como é...
 (partial Ø)
- (12) a. We have a view, **too, you know**.
 b. Temos uma vista **também**.
 (partial Ø)
- (13) a. **But, you know**, I really needed your help that day in the Lake District.
 b. **Mas** naquele dia, no Lake District, precisava mesmo da tua ajuda.
 (partial Ø)

As it can be seen, different kinds of DMs combinations have been observed: “*I mean, perhaps*” (example 9); “*too, you know*” (example 11) and “*but, you know*” (example 12). Sometimes, a larger group of DMs can operate together (“*but well, you now*” in example 10).

A similar type of omission has been identified by Cuenca (2008, p. 1387) in English, Spanish and Catalan. A DM combined with some other marker (a question tag or an adverb, for instance) was dropped. Moreover, Aijmer (2007, p. 50) confirmed that omission can occur when there is clash of a DM with other linguistic items that have a similar or an identical meaning. A DM is omitted in order to avoid this redundancy of meaning. If we look at the examples 10-13, this explanation could probably be applicable to the example 11. The DMs “*but well, you know*” all together do create some sort of clash. Besides, *well* and *you know* could have a similar meaning in the context.

As for the examples 10, 12 and 13 (“*I mean, perhaps*”, “*too, you know*” and “*but, you know*”), it is difficult to speak of any redundancy in meaning. Each of the DM in these cases has its own meaning. Nonetheless, one of them displaces the other one.

Type N°3: *DM addition*, i.e. when there is no DM in the original language, but the translator has added it, for instance:

- (14) a. **I mean**, you said so yourself.
b. Pelo menos foi o que tu disseste.
(‘at least’)
- (15) a. **I mean**, I can’t quite think how you can really love a man who thinks like that..
b. Também não percebo como podes gostar de um homem que pensa dessa maneira..
(‘also’)
- (16) a. **I mean**, it didn’t seem terribly normal to name a bird after your mother.
b. Realmente, quem é que dava o nome da mãe a um passáro?
(‘really’)
- (17) a. I said, “I could walk, **you know**, in a dressing-gown”
b. Disse-lhe que, mesmo em camisa de dormir, poderia ir a pé.
(‘even’)
- (18) a. Yes, **well**, if you wouldn’t mind taking her off a minute, and passing through the gate again..
b. Claro, desculpe. Se não se importa de tirar a medalha por um minuto e passar outra vez pelo detector..
(‘sorry’)

Examples 13-17 illustrate cases in which a DM in the original sentence disappears in the target translation. Instead, the translator adds another (and different from the original sentence) word in order to substitute or to make up for the necessary meaning in the target language.

It is, however, difficult to speak of a ‘voluntary explicitation’ strategy (Frankenberg-Garcia, 2004, p. 2; Becker, 2011, p. 2-3), since there seems to be no ‘explicitation’. In fact, the DM is completely removed from the target version of the sentence. This results in a difference of meanings between the two languages or even

its loss. Neither we can speak of ‘implication’ strategy, since the recovery of the DM based on the Portuguese translations is unlikely to occur.

This type of omission brings forward the problem of a relative subjectivity of translators and the various ways an original sentence can be interpreted. In this respect, some interesting cases can be found in Hauge (2014), who analyzed translations from English into Bulgarian. The results are quite similar. Where there was no DM in the source text, the translator added it him/herself. It is quite problematic to analyze such voluntary and free modifications due to lack of knowledge on the level of the translator’s expertise. The modifications can be the result of the translator’s expertise in these languages and a conscious strategic move in order to compensate for the lexico-syntactic differences (when, for instance, one of the languages is richer in DMs). Or, on the contrary, they could indicate a possible lack of translator’s experience.

To sum up point 6.3, Table 4 contains the information on the three types of omission identified in translations of DMs from English into Portuguese.

Table 4. Types of omission identified in translations of DMs from English into Portuguese.

<i>Type of omission (Ø)</i>	<i>DM (n. of occurrences)</i>
Deletion (Ø)	well (32) I mean (19) you know (22)
<i>Subtotal n.</i>	<i>73</i>
Partial deletion (Ø)	well (1) I mean (1) you know (3)
<i>Subtotal n.</i>	<i>5</i>
Addition (Ø)	well (1) I mean (3) you know (2)
<i>Subtotal n.</i>	<i>6</i>
<i>Total n. of omissions</i>	<i>84</i>

FLP22(1)

7 CONCLUSION

Different stages of the analysis presented in Section 6 have a) illustrated the ways in which English DMs *well*, *you know* and *I mean* can be translated into Portuguese resulting in a wide range of tokens; b) demonstrated to what extent the back translations into English contribute to establish the functional equivalents between these languages; c) provided a deeper analysis into the frequent types of omission identified in the parallel bidirectional English-Portuguese corpus *Compara*. The last stage of the analysis resulted in the elaboration of a typification of recurrent patterns of the omitted DMs.

However, looking at a broader picture, the analysis of omissions and functional equivalents in translations can be biased due a number of factors.

First of all, the nature of the language itself definitely predetermines its richness in DMs or any other linguistic category. We have seen that while for some languages it is acceptable to use a large number of DMs in discourse, others may be less rich in terms of DMs range and, therefore, more reluctant to avoid them (like English and Persian in Kafipour, 2016). However, the degree of 'richness' is relative. While English is seen as a DM-rich language in the English-Persian language pair, the same may not be necessarily true if we compare it with other languages. Dupont & Zufferey (2017) claim that French tends to require more explicit linking than English. In other words, DMs tend to be more explicit and frequent in French than in English. Thus, it is not easy to say to what extent certain languages are richer in terms of DM. The results can vary depending on the type of data that is compared.

Secondly, translation optionality and voluntary interpretation of the original data into the target language deserved a special attention. In this respect, Dupont & Zufferey (2017) conclude that certain factors (such as corpus register, directionality of corpus translation and translation expertise) have a crucial impact on the translators' selection of the options (including 'zero-correspondences' or omission) and that it is necessary to take these factors in to account while establishing cross-linguistic equivalents in a contrastive analysis based on parallel corpora.

Finally, as pointed out in Dupont & Zufferey (2017), there are other secondary factors to be considered like: a) whether the translations have been subject to revision; b) whether the translators work from or to the mother (native or dominant) language; c) whether the texts have been produced by a native speaker or not.

The results of this study suggest that in order to provide a trustworthy, valid and rigorous analysis of the data (be it analysis of DMs or any other linguistic category based on translations from one language into another), it is absolutely essential to reach translation homogeneity. To do so, there is the need to create a corpus from scratch, taking into a thorough consideration the above-mentioned factors in order to provide reliable results and reveal the strategies employed by the translators.

REFERENCES

- Aijmer K, Altenberg B. Zero translations are cross-linguistic equivalence: Evidence from the English-Swedish Parallel Corpus. In: Stenstrom AB, From the Colt's mouth...and others'. Amsterdam/New York: Rodopi; 2002. p. 19-41.
- Aijmer K, Simon-Vandenberg AM. The discourse particle well and its equivalents in Swedish and Dutch. *Linguistics*. 2003;41(6):1123-1161.
- Aijmer K. A method and a methodology for the study of pragmatic markers: the semantic field of expectation. *Journal of Pragmatics*. 2004;36:1781-1805.
- Aijmer K. The meaning and functions of the Swedish discourse marker alltså - evidence from translation corpora. *Catalan Journal of Linguistics*. 2007;6:31-59.
- Asr FT, Demberg V. Implicitness of discourse relations. In Proceedings of the 25th International conference on computational linguistics COLING, Mumbai, India. 2012; 2669-2684.

- Baker M. Corpus linguistics and translation studies: implications and applications. In: *Studies in text and technology*. In: Baker M, Francis G, Tognini-Bonelli E., Honour of John Sinclair. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. 1993, p. 233-250.
- Becher V. Towards a more rigorous treatment of the explicitation hypothesis in translation studies. *Trans-Kom*. 2010;3(1):1-25.
- Becher V. When and why do translators add connectives? *Target*. 2011;23(1):26-47.
- Blakemore D. *Relevance and linguistic meaning: the semantics and pragmatics of discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press; 2002.
- Blum-Kulka S. Shifts of cohesion and coherence in translation. In: House J, Blum-Kulka S, *Interlingual and intercultural communication*. Tübingen: Narr; 1986. p. 17-35.
- Brinton LJ. *Pragmatic markers in English: grammaticalization and discourse functions*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter; 1996.
- Brinton LJ. *The comment clause in English. Syntactic origins and pragmatic developments*. Cambridge: Cambridge University Press; 2008.
- Chaume F. Discourse markers in audiovisual translating. *Meta*. 2004;49(4):843-855.
- Cuenca MJ. Pragmatic markers in contrast: the case of well. *Journal of Pragmatics*. 2008;40:1373-1391.
- Dupont M, Zufferey S. Methodological issues in the use of directional parallel corpora. A case study of English and French concessive connectives. *International Journal of Corpus Linguistics*. 2017;22(2):270-297.
- Fischer K. Validating semantic analysis of discourse particles. *Journal of Pragmatics* 1998;29:111-127.
- Frankenberg-Garcia A, Santos D. Introducing COMPARA, the Portuguese-English parallel corpus. In: Zanettin F, Bernardini S, Stewart D, *Corpora in translator education*. Manchester: St. Jerome; 2003; p. 71-87.
- Frankenberg-Garcia A. Are translations longer than source texts? A corpus-based study of explicitation. Paper presented to the Third international corpus use and learning to translate conference, Barcelona, January 2004.
- Fraser B. What are discourse markers? *Journal of Pragmatics*. 1999;31:931-952.
- Hauge KR. Found in translation - Discourse markers out of the blue. In: Ebeling G, Hauge and Santos, *Corpus-based studies in contrastive linguistics*, Oslo Studies in Language. 2014;6(1):43-52.
- Kafipour R. Errors in the translation of discourse markers from English into Persian in movie subtitles. *American Journal of Educational Research*. 2016;4(15):1100-1105.
- Klaudy K. Explicitation. In: Baker M, Saldanha G, *Routledge encyclopedia of translation studies*, London: Routledge; 2008, p. 80-85.
- Lopes ACM. Contributo para o estudo sincrónico dos marcadores discursivos ‘quer dizer’, ‘ou seja’ e ‘isto é’ no português europeu contemporâneo. *Diacrítica*. 2004;28(1).
- Lopes ACM, Sousa S. The discourse connectives *ao invés* and *pelo contrário* in contemporary European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*. 2014;3(1):3-27.
- Lutzky U. *Discourse markers in Early Modern English*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company; 2012.

FLP22(1)

Mattsson J. Linguistic Variation in subtitling. The subtitling of swearwords and discourse markers on public television, commercial television and DVD. MuTra 2006 - Audiovisual translation scenarios: Conference Proceedings.

Östman JO. Constructions in cross-language research: Verbs as pragmatic particles in Solv. In: Aijmer K, Simon-Vandenberg AM, Pragmatic markers in contrast 2. Amsterdam: Elsevier; 2006. p. 237-257.

Pym A. Explaining explicitation. In: Karoly K, Foris A, Honour of Kinga Klaudy. New trends in translation studies. Budapest: Akadémia Kiadó; 2005. p. 29-34.

Ramón N. The English discourse particle 'oh' in Spanish translations: evidence from a parallel corpus. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*. 2015;173:337-342.

Santos D. O projecto processamento computacional do português: balanço e perspectivas. V Encontro para o processamento computacional da língua portuguesa escrita e falada (PROPOR 2000), São Paulo, Brasil, 19-22 de Novembro de 2000, p. 105-113. Disponível em: <http://www.linguateca.pt/COMPARA>.

Schiffrrin D. Discourse markers. Cambridge: CUP; 1987.

Sperber D, Wilson D. Relevance: communication and cognition. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell; 1986.

Torabi F, Demberg V. Uniform information density at the level of discourse relations: negation markers and discourse connective omission. Proceedings of the 11th International conference on computational semantics, London, UK; 2015. p. 118-128.

FLP22(1)

FLP22(1)

As ideias linguísticas e pedagógicas da primeira gramática
feminina em Portugal (Francisca de Chantal Álvares, 1786)
*The linguistic and pedagogical ideas on the first grammar for women in
Portugal (Francisca de Chantal Álvares, 1786)*

Lívia de Melo*

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal

Resumo: A proposta deste artigo é apresentar uma das gramáticas mais desconhecidas da língua portuguesa, o *Breve Compendio da Gramatica Portuguesa, para o uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa, por huma Religioza do mesmo Mosteiro*, que data de 1786. Sua autoria foi atribuída a Francisca de Chantal Álvares, após investigação sobre a história do referido mosteiro. Buscou-se identificar as ideias linguísticas e pedagógicas presentes nessa gramática, através de uma leitura crítica do seu conteúdo. Seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, foi feita uma descrição esquemática da obra, considerando o contexto educacional para o qual se destinou. Produzida para servir de apoio didático na primeira instituição de ensino feminino em Portugal, foi também a primeira gramática portuguesa escrita por uma mulher. Sua metodologia é basicamente normativa. Ressalta a importância do conhecimento da língua materna para o aprendizado de outros idiomas e é encerrada com uma *Breve Advertência* contendo regras de pronúncia da língua francesa. Embora não apresente referências bibliográficas, há evidências de que uma das suas principais fontes tenha sido a *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* de Reis Lobato (1770).

Palavras-chave: Ensino feminino. Século XVIII. Historiografia Linguística.

Abstract: The purpose of this paper is to present one of the most unknown grammars of the Portuguese language, *Breve Compendio da Gramatica Portuguesa, para o uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa, por huma Religioza do mesmo Mosteiro*, published in Lisbon, in 1786. After investigating the history of the monastery, its authorship was attributed to Francisca de Chantal Álvares. We sought to identify its linguistic and pedagogical ideas, through a critical reading. Following the theoretical and methodological assumptions of Linguistic Historiography, we have made a schematic description of the content, considering the educational context for which it was intended. It was produced to serve as didactic support in the first female education institution in Portugal. It was also the first Portuguese grammar written by a woman. The methodology is normative. It also emphasizes the importance of knowledge of the mother tongue for learning other languages. It ends with a *Brief Warning* containing some pronunciation rules for the French language. Although it does not present bibliographical references, there are evidences that one of the main sources had been the *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa*, by Reis Lobato (1770).

Keywords: Female education. XVIIIth century. Linguistic Historiography.

* Doutoranda em Ciências da Linguagem no Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEL/UTAD); Vila Real, Portugal. Trabalho realizado com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), ao abrigo do Estatuto do Bolseiro de Investigação, com a referência: UI/BD/150635/2020; liviademelo@gmail.com

1 APRESENTAÇÃO DA OBRA E DE SUA AUTORA

O *Breve Compendio da Gramatica Portugueza, para o uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Visitação de Lisboa, por huma Religioza do mesmo Mosteiro* foi impresso em Lisboa, no ano de 1786, na *Officina de António Rodrigues Galhardo, Impressor da Real Meza Censória, com licença da mesma Real Meza*, e publicado também em Lisboa, no ano seguinte. É uma das gramáticas menos conhecidas no campo da historiografia linguística e da gramaticografia portuguesa, apesar de sua peculiaridade única para o período em que foi produzida: além de ter sido a primeira obra gramatical escrita por uma mulher, foi também o primeiro manual didático voltado especificamente para o ensino feminino. Trata-se de uma obra semianónima, já que a autora não a assina com o seu nome, mas apenas com as iniciais F.C. no final do prefácio e, no subtítulo, como *huma Religioza do mesmo Mosteiro*.

A versão digital a que tivemos acesso para este estudo é uma edição facsimilada obtida através do exemplar pertencente à biblioteca pessoal do Professor Doutor Telmo Verdelho, da Universidade de Aveiro. Não foi possível localizar outros exemplares em qualquer base de dados das bibliotecas públicas portuguesas, nem na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Trata-se de uma obra em edição única, da qual ainda não foram realizadas transcrições, nem uma edição crítica. Na bibliografia especializada, foram identificados três únicos artigos dedicados a essa gramática: o trabalho de Rolf Kemmler, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes (2010), da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o de Marlene Loureiro (2012), da mesma instituição, e o de Kemmler e Barbara Schäfer-Prieß (2012), da Universidade de Munique. A menção mais antiga encontrada pelos investigadores foi feita pelo bibliógrafo português José Innocêncio da Silva (1810-1876), em seu *Diccionario Bibliographico Portuguez* (1859), mas trata-se apenas de uma referência bibliográfica, ainda sem constar da autoria:

368) COMPENDIO (BREVE) DE GRAMMATICA PORTUGUEZA, para uso das meninas que se educam no mosteiro da Visitação de Lisboa, por uma religiosa do dito. Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo 1786. 8.º gr. de VI-64 pág. (Silva, 1859, vol. II, p. 93, grifo do autor).

Assim, o *Breve Compendio da Gramatica Portugueza* permaneceu desconhecido e no anonimato por mais de dois séculos, até que a pesquisadora alemã Barbara Schäfer-Prieß, em sua obra intitulada *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition* (2000)¹, apresenta uma análise do compêndio e fornece as primeiras pistas para esclarecer a questão da autoria. Schäfer-Prieß dispõe de dados sobre a história da Ordem das Visitandinas (fundada em 1610, em França, por François de Sales e Jeanne Françoise de Chantal) e de sua instalação em Portugal, que se deu em 1784, com o auxílio do Padre Theodoro de Almeida (1722-1804).

Em 2002, a investigadora portuguesa Zulmira Santos, da Universidade do Porto, trabalhou em sua tese de doutoramento com a obra e a biografia desse mesmo

¹ Esta obra foi traduzida pelo Doutor Jaime Ferreira da Silva, professor da Ruhr-Universität Bochum (Alemanha), em 2010. Tal tradução foi revista e atualizada pela própria autora e editada em formato de livro (digital e impresso) pela equipe do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (CEL-UTAD), em 2019, sob o título: *A Gramaticografia Portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*.

padre, que foi diretor espiritual na instalação da Ordem das Visitandinas em Portugal, bem como na fundação do Mosteiro da Visitação. O documento cita uma religiosa chamada Anna Ignácia do Coração de Jesus como uma das primeiras noviças a se ingressar no mosteiro (Santos, 2002, p. 463). Através da certidão de batismo, localizada por Kemmler e Schäfer-Prieß (2012, p. 106), foi possível comprovar que Anna Ignácia nasceu a 13 de agosto de 1742, na Freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia, e que era a irmã mais nova do oratoriano portuense e intelectual padre Manuel Álvares de Queirós (1739-1777).

O esclarecimento de que os nomes Anna Ignácia do Coração de Jesus e Francisca de Chantal Álvares referem-se à mesma pessoa, e que esta é a autora do *Breve Compendio*, somente foi possível através do manuscrito *História da Fundação do Mosteiro da Visitação em Lisboa* (HFMVL), transcrito e analisado por Santos (2002; 2007). Nesse documento, encontram-se os nomes das primeiras religiosas a se ingressarem no mosteiro.

Seguiu-se a quarta Noviça que hé a Irmã Francisca de Chantal Alvares que no seculo se chamára Anna Ignacia do Coração de Jesus, de quem já falámos no principio desta Historia; porque Deos muitos annos antes a tinha preparado para a Visitação, como então vimos. Esta Religioza destinada a ensinar Meninas educandas, além de todas as obras de mãos, que pertencem a huma educação perfeita, como hé o bordar de branco, de oiro, e de matizes; renda, e todas as mais curiosidades, lhes fez huma Gramatica Portugueza para lhes ensinar a lingua materna com perfeição, e lhes ensina o Francez, o Italiano, e o Latim. A guerra que o Demonio fez a esta Noviça foi na escuridade interior, e na saude fraquissima. Em 1800 foi eleita Superiora. (HFMVL em Santos, 2007, p. 558, grifos da autora).

FLP22(1)

Portanto, quando iniciou a vida religiosa, Anna Ignácia adotou o nome de Francisca de Chantal Álvares (possivelmente em homenagem à fundadora da Ordem das Visitandinas, Sta. Jeanne-Françoise Frémyot de Chantal [1572-1641]) e ainda enquanto noviça começou a se dedicar ao ensino das meninas que se ingressavam no pensionato. Embora não revele onde adquiriu seus conhecimentos linguísticos, nem mesmo as fontes bibliográficas que utilizou para escrever o compêndio, segundo o documento histórico já mencionado, suas aptidões foram desenvolvidas a partir da convivência com o irmão, o Padre Manuel Álvares, que além de professor régio de filosofia, fez parte da Congregação do Porto e da elite cultural portuense da época.

Uma vez que o pensionato começou a funcionar em 1784 e apenas dois anos depois o *Breve Compendio* já estava impresso, é possível que a autora e educadora o tenha escrito enquanto ensinava às primeiras alunas. A publicação da obra viria a ser divulgada oficialmente no jornal *Gazeta de Lisboa*, a 28 de Julho de 1787, conforme anúncio que se segue:

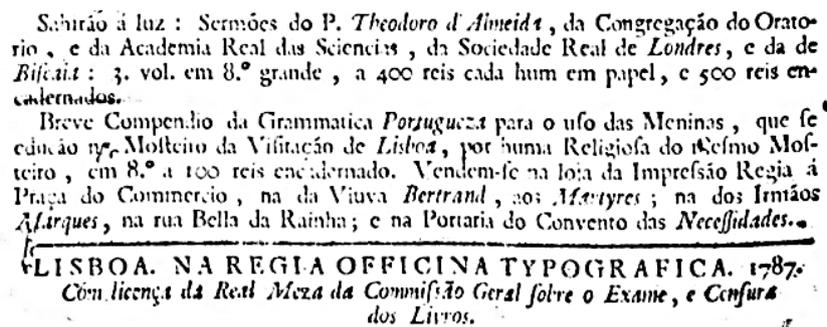


Figura 1 – Recorte do anúncio de lançamento do *Breve Compendio*, publicado no *Segundo Suplemento à Gazeta de Lisboa*, número XXX, de 28 de julho de 1787.

De acordo com esse anúncio, a gramática encontrava-se à venda na loja da Impressão Régia, na loja da Viúva Bertrand, na loja dos Irmãos Marques e na Portaria do Convento das Necessidades, pelo preço de 100 reis, encadernado. Essas informações comprovam que a obra esteve disponível para acesso do público geral e não apenas para as educadoras e educandas do Mosteiro. Além disso, nota-se que a divulgação dos *Sermões do P. Theodoro d'Almeida* é feita no mesmo anúncio. Segundo Kemmler et al. (2010, p. 378), considerando que ambas as obras foram impressas por António Rodrigues Galhardo, é possível que a impressão e divulgação da gramática tenham sido custeadas pelos sermões do oratoriano.

2 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

A análise da obra apresentada neste artigo apoia-se nos pressupostos teóricos da Historiografia Linguística e insere-se no campo da gramaticografia portuguesa. Baseia-se principalmente nas propostas metodológicas de E.F.K. Koerner (1939-) e Pierre Swiggers (1955-) para a investigação historiográfica.

A metalinguagem está na base desta investigação, como a dimensão mais evidente da gramaticografia. Nas palavras de Swiggers (2013, p. 49), a reflexão sobre a linguagem está diretamente ligada às estruturas da metalinguagem e “cada historiador estabelece uma metodologia pessoal, em face do objeto de estudo e em consonância com os seus interesses”.

A metodologia aqui adotada segue as três diretrizes básicas apontadas por Koerner (2014, p. 57-58): o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação. O primeiro consiste em compreender a obra analisada em seu contexto histórico, buscando identificar relações de intertextualidade com outras obras do mesmo gênero, produzidas no mesmo período. É preciso considerar a finalidade para a qual a gramática foi escrita e a inserção de sua autora em um contexto cultural e intelectual mais amplo.

Cumprindo o princípio da imanência, o *Breve Compendio* é aqui analisado dentro do seu próprio quadro teórico. Realiza-se uma análise da estrutura linguística interna da obra, mantendo-se fidedignamente a terminologia utilizada no texto original, principalmente nos casos de diferenças conceituais em relação aos conhecimentos da linguística contemporânea. Nessas situações, aplica-se o terceiro princípio, o da adequação, que consiste em elucidar essas diferenças com intervenções no vocabulário técnico do texto original em relação às normas vigentes na atualidade. Vale ressaltar

que essas intervenções não são correções, mas sim observações que podem revelar o quanto as nomenclaturas, terminologias e conceitos foram reconstruídos ao longo da história e da evolução das ideias linguísticas.

3 ESTRUTURA DO *BREVE COMPENDIO DA GRAMATICA PORTUGUEZA*

A obra contém 51 páginas, além dos dois prefácios, que ocupam quatro páginas, e da *Breve advertência*, que ocupa três páginas. O primeiro prefácio, dirigido *Às Religiozas encarregadas da educação das Meninas*, conclui-se com as iniciais D.S.B.²; o segundo, dirigido *Às Meninas Educandas*, conclui-se com as iniciais F.C. (Francisca de Chantal). Em ambos os prefácios, nota-se uma linguagem amorosa da autora, que se dirige às colegas como suas amadas irmãs e às alunas como suas queridas filhas, expondo que o seu principal intuito ao elaborar a gramática era o de facilitar o ensino da língua materna, para assim proporcionar um melhor aprendizado das outras línguas. A autora enaltece a utilidade do conhecimento e da cultura para os olhos da sociedade e principalmente para a glória e o amor de Deus. No prefácio dirigido às alunas, ressalta a importância de cultivarem a felicidade própria, que passa pela formação nas artes e na língua.

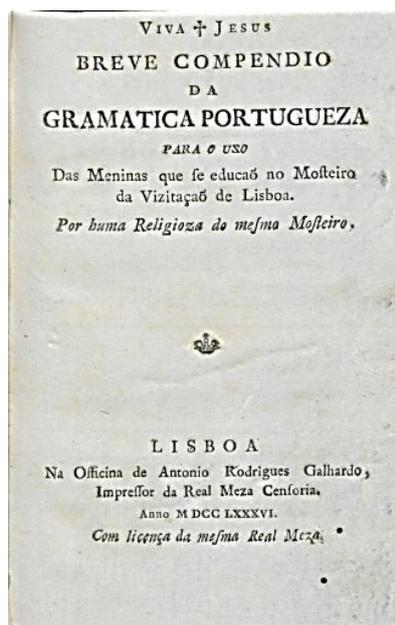


Figura 2 – Folha de rosto do *Breve Compendio*.

Após os prefácios, segue-se uma breve introdução com um resumo da obra, que será baseada no princípio de que são quatro os elementos básicos que se deve conhecer para bem falar uma língua: as palavras, a disposição delas, o modo de as pronunciar e o modo de as escrever. Com base nesse princípio, a gramática é dividida em quatro capítulos, conforme se resume a seguir:

Capítulo 1: *Da Natureza e Partes da Gramatica Portugueza em geral* (em dez seções);

² Segundo Kemmler et al. (2010), D.S.B. pode significar *Deus Seja Bendito*.

Capítulo 2: *Da Sintaxe* (em duas seções);

Capítulo 3: *Da Síllaba, e Acentos* (em duas seções);

Capítulo 4: *Da Ortografia* (em duas seções).

O Capítulo 1 (p. 1-34) traz a definição de gramática como “huma Arte que ensina a fallar huma lingua sem erros: ou por outro modo: huma Arte que ensina a combinação justa das palavras que compoem a oraçaõ.” (Álvares, 1786, p. 1). Começa por conceituar letras (vogais e consoantes), sílabas, palavras e orações, considerando começar pelo mais simples, já que a oração é composta por palavras, as palavras por sílabas e as sílabas por letras. Nas seções subsequentes, trata das castas de palavras (as classes gramaticais): nome (esta casta engloba tanto substantivos quanto adjetivos), pronome, artigo, verbo, particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. Apresenta as regras de gênero, de número e de casos.

Não lista nem classifica os pronomes. As seções dedicadas ao Verbo são as mais extensas em conteúdo (p. 11-31) e apresentam de maneira esquemática verbos regulares das três conjugações (*amar, defender e aplaudir*) em todos os tempos e modos, além de explicar o uso dos principais verbos auxiliares (*ter, haver e ser*). Define verbos irregulares e defectivos como os que se afastam em algumas vozes das regras ordinárias, exemplificando os irregulares (*dar, poder, ir e ouvir*), mas não os defectivos.

O Capítulo 2 (p. 34-44) traz as regras da sintaxe simplificadas em duas seções: *I. Das Regras mais ordinarias*, que são sete, e *II. Das Figuras* (de linguagem), que são: elipse, silepse, síntese, pleonismo, hiperbaton e síncope.

O Capítulo 3 (p. 45-48), também bastante simplificado, traz na primeira seção a definição de vogais longas (tônicas) e breves (átonas) nas sílabas, suas variedades de pronúncia e algumas regras de acentuação. A segunda seção trata das regras de versificação portuguesa de acordo com o número de sílabas, definindo os versos heróicos agudos, graves e esdrúxulos.

O Capítulo 4 (p. 48-51) trata da ortografia, mas apenas mostra as regras de uso das letras grandes (maiúsculas) e das letras duplicadas, advertindo que a melhor maneira de se fixar essas regras é através de cópias de textos, preferencialmente do livro de Catecismo.

Encerrando a obra, é apresentada uma “*BREVE ADVERTÊNCIA Para as primeiras lições das Meninas, que principiaõ a lér o Francês*”. Em três páginas (p. 52-54), a autora descreve as principais regras de pronúncia da língua francesa, demonstrando similaridades e diferenças com a pronúncia portuguesa.

4 IDEIAS LINGUÍSTICAS E PEDAGÓGICAS

Como o próprio título já diz, a obra é um breve compêndio, ou seja, um resumo do conteúdo essencial da gramática portuguesa. A autora não tinha a intenção de propor novas metodologias ou de lançar teorias inéditas, mas simplesmente de produzir um material didático que pudesse servir de apoio às educandas do mosteiro. Assim sendo, a novidade da obra aqui analisada é justamente o fato de ser destinada ao ensino feminino e de ter sido o primeiro livro didático de autoria feminina em Portugal.

Sabe-se que o acesso ao ensino sempre foi um privilégio das classes mais nobres, e mesmo dentro da nobreza, restrito aos homens. As mulheres, quando alfabetizadas, não tinham grande aprofundamento e muitas vezes, só lhes era permitido aprender a ler, mas não a escrever (ou apenas aprendiam a assinar o nome), pois a escrita era considerada inútil ou perigosa para o sexo feminino (Chartier, 2009, p. 118). É raro encontrar documentos manuscritos de autoria feminina anteriores ao século XIX, mesmo cartas missivas ou bilhetes, o que torna ainda mais louvável a iniciativa dessa freira em produzir um manual didático para facilitar o acesso das futuras gerações de mulheres à gramática da língua portuguesa.

O Mosteiro da Visitação em Lisboa foi fundado em 1783 e o pensionato começou a funcionar a 26 de julho de 1784, com um grupo de apenas cinco alunas. Foi o primeiro estabelecimento educacional dedicado ao ensino feminino em Portugal, inicialmente com a finalidade de despertar jovens vocações religiosas. Não atingindo esse objetivo, passou a contar com um programa pedagógico que, baseado na religião, preparasse as meninas de famílias nobres para o seu papel na sociedade e para se tornarem boas esposas e mães de família. Esse programa tinha por objetivo ensinar a ler, escrever e contar. Depois, seguiam-se as lições de gramática portuguesa, que deveriam anteceder ao ensino das línguas francesa, italiana e latina. Incluíam-se aulas de geografia, para as quais também foi composto um manual didático³, e além disso, as meninas tinham aulas de costura, renda, bordado, entre outras habilidades manuais consideradas como indispensáveis para as nobres donzelas de boa educação (Santos, 2002; Schäfer-Prieß, 2019).

No prefácio dedicado às colegas educadoras, Álvares afirma que da boa educação “rezulta que a Republica tem admiraveis Mães de familias; e daqui vem a principal perfeição dos Cidadãos e o Bem do Estado”. Segundo Loureiro (2012), a autora buscava conciliar o ensino secular com o espiritual, pois no prefácio dedicado às alunas, afirma que a felicidade passa pela formação nas Artes e nas Línguas, ressaltando a importância de se evitar o ócio, a ignorância e a má cultura. Ensinar a língua nacional, portanto, seria mais do que apenas transmitir regras e conceitos para bem falar e escrever, mas cultivar em terreno fértil as máximas da Cristandade para a satisfação das suas almas. A autora defende também que o conhecimento da gramática da língua materna se faz essencial para o aprendizado de outras línguas estrangeiras, principalmente o Francês, o Italiano e o Latim.

Esta gramatica vos fará conhecer melhor a vossa Lingua nacional e escrever com acerto, falar [com] propriedade; e também vos dispoem para saberdes por principios a Lingua Franceza, Italiana, e Latina, se disso fizerdes gosto: daqui se segue o tomares gosto á lição dos bons Livros, e receber delles a utilidade que tiraõ as pessoas bem instruidas. Nisso dareis gloria a vossos Pais, consolação a vossas Mestras, e satisfação á vossa alma por toda a vida, na qual não cessareis de louvar a Deos, por vos dar a boa educação que aqui tendes. Isto vos dezeja quem vos ama, e por tudo seja Deos Bemdito.

Desta que muito vos ama em J.C.
F.C. (Álvares, 1786, p. iii-iv)

³ *Methodo para a geographia. Offerecido as religiosas da Visitação de Sancta Maria de Lisboa.* Lisboa, na Offic. de Antonio Rodrigues Galhardo 1787. 8.º de XVIII-212 pag, e mais 8 innumeradas de indice das materias (Silva, 1862, vol. VII, p. 305, grifos do autor).

Álvares não cita as suas fontes bibliográficas ou influências intelectuais. No prefácio dedicado às religiosas encarregadas da educação, ela apenas diz ter compilado “dos bons Gramaticos que há, hum brevissimo rezumo”, mas não cita nomes de autores ou os títulos das obras que consultou. A gramática mais reconhecida naquele século era a *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza* de António José dos Reis Lobato (1770), que desde o Alvará Régio de 1770, tornara-se manual didático obrigatório nas escolas do Reino. Loureiro (2012) apresenta um estudo comparativo entre o *Breve Compêndio* de Álvares e a *Arte* de Lobato, encontrando muitas semelhanças no que se refere à apresentação dos conceitos. Segundo essa análise, os assuntos abordados nas duas gramáticas são correspondentes, mas Álvares utiliza uma terminologia diferente da de Lobato para a etimologia (que corresponde ao conceito contemporâneo de morfologia e, no compêndio, ao capítulo 1, *Da Natureza e Partes da Grammatica Portugueza em geral*) e para a prosódia (que corresponde ao capítulo 3, *Da Sillaba, e Acentos*).

A definição de gramática é normativa e se assemelha à definição proposta por Lobato também por ressaltar a importância da organização das partes da oração. Segundo Lobato (1770, p. 1), “A Grammatica Portugueza he a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração Portugueza. Desta definição se collige ser a oração Portugueza o fim das regras da Grammatica Portugueza”. Segundo Álvares (1786, p. 1), “Grammatica he huma Arte que ensina a fallar huma lingua sem erros: ou por outro modo: huma Arte que ensina a combinação justa das palavras que compoem a oração”. Considerando essas e outras semelhanças já apontadas por Loureiro (2012, p. 340-359), é bastante possível e provável que a *Arte* de Lobato tenha sido uma das principais influências e fontes de inspiração de Álvares.

A organização do conteúdo no capítulo 1 começa pelo mais simples (a definição de letras; vogais e consoantes), para o mais complexo (a apresentação das castas de palavras). Assim como seus antecessores, Álvares também utiliza a nomenclatura casual e apresenta uma tábua de declinações dos nomes nos seis casos (nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo), de maneira organizada e didática, como se pode verificar no exemplo a seguir:



Figura 3 – Excerto da parte II do capítulo 1 (Álvares, 1786, p. 8).

Neste primeiro capítulo, as seções mais completas e bem detalhadas são as dedicadas ao verbo. Começando pelos verbos auxiliares *ter*, *haver* e *ser*, são apresentadas todas as suas conjugações nos modos indicativo, conjuntivo, imperativo e infinito. Na sequência, vêm os verbos regulares de 1ª, 2ª e 3ª conjugação (*amar*, *defender* e *aplaudir*). É interessante esta forma de expor o conteúdo partindo dos verbos auxiliares, pois considerando que tais verbos são também irregulares, observa-se que a autora parte do mais complexo para o mais simples em matéria de verbos, mas não deixa de ser uma explanação bastante clara e didática, com exemplos aplicáveis ao uso. Outra observação é que a autora quase sempre utiliza exemplos de frases com temática bíblica (*David matou o Gigante; Moisés desce do monte*, p. 36), o que é pertinente à sua condição de religiosa e aos seus propósitos de oferecer uma formação espiritual para além da gramatical.

A definição de verbo, conforme exposto por Loureiro (2012, p. 352), aproxima-se da de Lobato, mas enquanto este apresenta uma definição lógica e baseada na afirmação, Álvares utiliza um critério semântico baseado na ação. A definição de Lobato diz que

Verbo he huma palavra, que na oração affirma alguma cousa, como v. gr. nesta oração: *Pedro ama as virtudes*, onde a palavra *ama* he verbo porque affirma a acção, que Pedro faz de amar as virtudes. (Lobato, 1770, p. 62, grifos do autor).

Já a definição de Álvares diz que

Chamamos *Verbo* aquella palavra, que significa alguma cousa, dando a entender o tempo em que se exercitava a sua significação; v. g. se digo: *Amo, amei, amarei*, significa Amor, exercitado ora no tempo presente, ora passado, ora futuro (Álvares, 1786, p. 11, grifos da autora).

Os exemplos utilizados por Álvares para as conjugações verbais são exatamente os mesmos utilizados por Lobato: *amar*, *defender* e *aplaudir*. A tábua de conjugações é bem esquemática e a subdivisão dos modos em tempos verbais é feita da seguinte forma:

- (1) Modo Indicativo: 1º Tempo: Presente; 2º Tempo: Imperfeito; 3º Tempo: Perfeito; 4º Tempo: Mais que perfeito e 5º Tempo: Futuro. Este último corresponde, na subdivisão contemporânea, ao futuro do presente. Todos os tempos verbais apresentam as três pessoas do singular e as três do plural.
- (2) Modo Imperativo: apenas afirmativo e na 2ª pessoa do singular e do plural (Exemplo: *Tem tu / Tende vós*). Não apresenta as regras de formação do imperativo.
- (3) Modo Conjuntivo: 1º Tempo: Presente (Ex.: *Que eu tenha, que tu tenhas, etc.*); 2º Tempo: Imperfeito (Ex.: *Que eu teria, que tu terias, etc.*); 3º Tempo: Mais que perfeito (Ex.: *Se eu tivera / ou tivesse, Se tu tiveras / ou tivesses, etc.*); 4º Tempo: Futuro (*Quando eu tiver, quando tu tiveres, etc.*). O imperfeito do conjuntivo corresponde, na nomenclatura contemporânea, ao futuro do pretérito do indicativo.
- (4) Modo Infinito: Tempo presente impessoal (*Ter*); Pessoal (*Ter eu, Teres tu, ter ele, termos nós, terdes vós, terem eles*); Particípio Ativo (*Tendo*); Particípio passivo (*Tido / Tida*).

Após cinco seções, em 16 páginas dedicadas à conjugação verbal, apresenta-se uma única seção, de apenas duas páginas, para as outras partes da oração: particípio, preposição, advérbio, conjunção e interjeição. O particípio, embora já explicitado na seção dedicada aos verbos, aparece como uma classe de palavras à parte, definido como “huma voz que participa do nome e do Verbo” (Álvares, 1786, p. 32). O que na nomenclatura atual seria o particípio passado, é aqui definido como particípio passivo (*amado, defendido*), ao passo que o atual gerúndio é aqui definido como particípio ativo (*amando, defendendo*). As definições das classes indeclináveis (preposição, advérbio, conjunção e interjeição), tal como demonstrado por Loureiro (2012, p. 352-355), apresentam-se como verdadeiros resumos das definições já propostas por Lobato (1770) para essas mesmas classes gramaticais.

O capítulo 2, *Da Sintaxe*, definida como a “Arte que ensina a boa organização destas nove partes da Oração, das quaes se compoem a nossa linguagem” (Álvares, 1786, p. 34), é dividido em duas seções, sendo que a primeira traz as sete regras mais ordinárias e a segunda trata das figuras de linguagem, atendo-se mais às questões estilísticas do que às regras gramaticais em si. Define sujeito como “aquelle que rege, e faz como a base do que se diz” (idem, p. 35). Todas as regras baseiam-se nas declinações dos nomes em casos e estão relacionadas às regras de concordância e/ou regência:

1. Regra. A Oração que tem o Verbo *Ser*, pede que o sojeito vá em Nominativo, e o nome que se affirma ou nega, também em nominativo. [...]
2. Regra. Quando a oração consta de outro Verbo, que não seja o Verbo *Ser*, o sojeito vai em Nominativo, os outros nomes podem ir a outros casos [...]
3. Regra. As Preposições que vão antes dos nomes, os leuão a diferentes casos [...]
4. Regra. Muitos nomes regem outros, e os leuão a casos determinados [...]
I. Todos os comparativos pedem Ablativo no outros termo [...] 2. Todos os possessivos pedem genetivo. [...]
5. Regra. Quando há as conjunções, *e, nem, ou*, os nomes que se ligaõ com elles vão no mesmo caso [...]
6. Regra. A’s vezes hum Verbo no Infinito, faz a figura de hum Nome. [...]
7. Regra. Os Adjectivos devem concordar com os substantivos em *genero*, em *numero*, em *caso* (Álvares, 1786, p. 35-38, grifos da autora).

Na seção dedicada às figuras de linguagem, que Álvares define como “irregularidades introduzidas pelos bons escritores, para elegancia de lingoagem”, nota-se uma ideia pedagógica que consiste mais nas práticas de uso da língua do que nas regras fechadas em si. A autora chama a atenção para a expressividade, para diferentes formas de falar e de escrever e para os seus efeitos na comunicação. Por exemplo, na definição de pleonasma, que por norma gramatical é considerado um erro ou um vício de linguagem, Álvares defende que

Este Pleonasma ás vezes he beleza da Oração, quando serve para maior força de expressãõ, como se dissesse *he taõ certo que eu mesmo o vi, e com estes meus olhos o vi*; bastava dizer *o vi*, porém essa palavra passando mui ligeiramente pelos ouvidos, passa ligeiramente pela imaginaçaõ, e faz pouco effeito. Porém pondo as outras palavras, fazem que a alma attenda

mais tempo ao que se diz de *ter visto*. (Álvares, 1786, p. 40-41, grifos da autora).

Nesta mesma seção, também são definidas e exemplificadas outras figuras de linguagem: elipse, silepse, síntese, hiperbaton e sinalefa ou síncope. Álvares conclui o capítulo afirmando que a melhor lição para se falar com clareza e graça é ler os bons livros. Embora esteja claro que não havia uma proposta pedagógica de preparar as discípulas para se tornarem intelectuais, professoras ou escritoras, nota-se uma preocupação em fornecer-lhes conhecimentos sobre a linguagem literária, incentivando a leitura e a busca pelo conhecimento.

Kemmler et al. (2010) apresentam uma análise da prosódia e da ortografia no *Breve Compendio*, demonstrando como a autora descreve as realizações fonéticas das vogais e as regras de uso das letras maiúsculas e das consoantes duplas. O capítulo 3 (*Da Sillaba e Acentos*) trata da prosódia, apresentando uma definição simplificada de sílabas e diferenciando-as em longas (as tônicas, de som mais carregado) e breves (as átonas, de som mais brando e ligeiro). Embora simplifique essa definição, a autora apresenta uma descrição bem detalhada das variedades de pronúncia possíveis para as vogais *A*, *E* e *O*. Quanto às vogais *I* e *U*, não faz referência às realizações semivocálicas ou semiconsonantais, limitando-se a informar que elas podem ser tônicas ou átonas.

Na segunda parte desse capítulo, Álvares demonstra com exemplos as regras da versificação portuguesa. Define versos heróicos e explica como deve ser a disposição das sílabas longas e breves para se fazer a cadência harmônica dos versos, o que reforça a hipótese de que suas ideias pedagógicas baseavam-se também nos seus conhecimentos literários. Além de incentivar a leitura, Álvares apresenta de maneira poética as regras de acentuação da língua portuguesa, através da cadência harmônica dos versos.

O último capítulo, dedicado à ortografia, ocupa apenas três páginas e é dividido em duas seções. Na primeira seção, apresenta cinco regras básicas para o uso de letras maiúsculas, que denomina apenas como “letras grandes”. Essas regras resumem-se ao uso obrigatório de maiúsculas nos nomes próprios e no princípio de orações, ao uso indevido no meio de palavras e ao uso facultativo depois de dois pontos ou “quando queremos que se atenda mais áquele nome, por ser a matéria de que se trata naquelle escrito” (esta última pode ser exemplificada com o próprio subtítulo da obra: a palavra *Meninas*, referindo-se às educandas para as quais a gramática é dedicada, é sempre escrita com a inicial maiúscula).

A segunda seção desse capítulo é dedicada ao uso das letras dobradas, cujas regras se resumem a quatro: (1) nunca no início de palavras; (2) sempre que há diferença de sons, como em *morou* e *morreu*; (3) segundo a etimologia do latim, como em *elle* e *offendeo* e (4) nunca depois de outra consoante, como em *Henrique*. Este capítulo é concluído com a instrução de como se deve separar as sílabas que contenham letras duplicadas: *of-fendeo*; *il-lustrou*.

Para a fixação das regras ortográficas principais, Álvares sugere uma estratégia didática baseada na repetição e na competição, propondo que as alunas façam cópias de algum livro impresso, de preferência o livro de catecismo (do qual também não cita as referências) e que façam entre si apostas para verificar quem comete menos erros por página. Quanto à etimologia latina, Álvares deixa como facultativo o uso das consoantes dobradas nas palavras em que não haja alteração de pronúncia com o uso

das simples. Kemmler et al. (2010, p. 389) também observam essa facultatividade ao longo da obra, uma vez que a autora escreve *Gramatica*, e não *Grammatica*, como era mais comum na época, mas também escreve *Sillaba*, e não *Sílaba*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não conter muitas novidades metodológicas ou conteúdos inéditos, é inegável o valor desta obra para a historiografia e para a gramaticografia portuguesa. A autora cumpre o seu propósito de oferecer um breve compêndio da gramática da língua, pois apresenta o essencial do conteúdo de forma resumida, em linguagem clara e objetiva. Além de apresentar regras e paradigmas, fornece exemplos de uso, incentiva a leitura de “bons livros” e mostra formas variadas de comunicação e expressão, através das figuras de linguagem e das regras de versificação. Portanto, a autora e educadora não se limita a ensinar uma gramática normativa, mas busca também introduzir suas alunas no mundo da literatura, da poesia e das artes em geral.

O *Breve Compendio* fornece dados relevantes para os domínios da linguística histórica, principalmente no capítulo 3, onde são descritas as realizações fonéticas das vogais e dos diferentes tipos de sílaba quanto à tonicidade (que em sua terminologia, distingue como longas e breves, referindo-se às tônicas e átonas respectivamente). Essas informações podem ser importantes para a reconstrução histórica do português lusitano, pois demonstram como seria considerada uma pronúncia correta nas últimas décadas dos Setecentos.

Quanto às influências intelectuais, registros históricos sobre a história do Mosteiro da Visitação indicam que o principal instrutor de Francisca foi o seu irmão, o padre Manuel Álvares. Há evidências de que sua principal fonte bibliográfica tenha sido a *Arte* de Reis Lobato (1770), possivelmente o material didático mais acessível naquele período. Confrontando as duas obras, é possível reconhecer diversas semelhanças conceituais e de exposição dos conteúdos, o que não significa, entretanto, que o *Breve Compendio* seja um simples resumo da *Arte*. A autora diz no prefácio ter feito uma compilação dos bons gramáticos que havia, não mencionando nomes. Parece óbvio que Reis Lobato foi um deles, mas decerto que não foi o único.

Não se sabe por quanto tempo o *Breve Compendio da Gramatica Portuguesa* foi utilizado no ensino das educandas do Mosteiro, nem se teve repercussão em outras instituições que vieram a surgir mais tarde. Até o momento, não se tem conhecimento de um único exemplar sequer, além do que gerou a versão digital utilizada neste trabalho e que faz parte de uma biblioteca pessoal. Segundo seu *Inventário de Extinção*, o Mosteiro da Visitação foi definitivamente fechado a 23 de julho de 1897, quando faleceu a última religiosa que lá residia. Certamente, os últimos exemplares dessa raríssima e tão peculiar obra perderam-se junto com a sua história.

REFERÊNCIAS

[Álvares] FC. *Breve Compendio da Gramatica Portuguesa para o uso das meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação em Lisboa: Por uma Religioza do mesmo Mosteiro*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo; 1786.

Chartier R. As práticas da escrita. In: Chartier R, organizador. História da Vida Privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes. Feist H, tradutora. São Paulo: Companhia das Letras; 2009. p. 113-158. [citado 15 fev. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2AUIycW>.

Inventário de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Visitação de Santa Maria de Lisboa. Arquivo Nacional Torre do Tombo. [citado 09 fev. 2020]. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4224417>.

Kemmler R, Assunção C, Fernandes G. A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786). Diacrítica: revista do centro de estudos humanísticos, Série Ciências da Linguagem. 2010;24/1:373-393. [citado 18 jan. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/2895>.

Kemmler R, Schäfer-Prieß B. Eine Salesianernonne als Grammatikerin: Die Frauengrammatik “Breve Compendio da Gramatica Portugueza para uso das Meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa” (1786). Kemmler R, Schöntag R (Hrsg.). Lusofone SprachWissenschaftsgeschichte I. Tübingen: Calepinus Verlag, 2012:99-124. [citado 15 fev. 2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10348/2899>.

Koerner EFK. Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados. Coleção Linguística 11, Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Braga: Estúdio de Artes Gráficas; 2014. [citado 21 jun. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2VbJ64X>.

Lobato AJR. Arte da Grammatica da Lingua Portugueza. Lisboa: Régia Officina Typografica; 1770.

Loureiro M. A descrição das partes da oração na primeira gramática portuguesa para o ensino feminino. Costa MA, Flores C, Alexandre N, organizadores. XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Selecionados. Lisboa: APL, 2012: 340-359. [citado 12 fev. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2NpQrjX>.

Nota de publicação do Breve Compendio da Gramatica Portugueza. Gazeta de Lisboa, Lisboa, 28 jul. 1787. Segundo Supplemento, Número XXX. [citado: 09 fev. 2020]. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt>.

Santos ZC. Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804) [tese]. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto; 2002.

Santos ZC. Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das visitandinas. In: Ribeiro JM, Silva FC, organizadores & Osswald H, Cruz MA, editores. Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos. 2004;3:985-1001. [citado: 14 fev. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/3hRFfnj>.

Santos ZC. Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas); 2007.

Schäfer-Prieß B. Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300); 2000.

Schäfer-Prieß B. A Gramaticografia Portuguesa até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa. Silva JF, tradutor. Revista e actualizada pela autora. Kemmler R, editor. Coleção Linguística 14. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; 2019. [citado: 05 fev. 2020]. Disponível em: <https://bit.ly/2YZULFd>.

Silva IF. Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva, applicaveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional; 1858.

Soror Francisca de Chantal Álvares. Escritoras em Português (Woman Writers in Portuguese before 1900). [citado 10 fev. 2020]. Disponível em: bit.ly/2B1GHD1.

Swiggers P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*. 2013;44/45:40-59. Rio de Janeiro: Linceu Literário Português. [citado 21 jun. 2020]. Disponível em: <http://llp.bibliopolis.info/confluencia/wp/?cat=32>.

FLP22(1)

COLLIN DE PLANCY, Jacques Albin Simon. *Dicionário Infernal: repertório universal*. São Paulo, Edusp, 2019. 944 p.
ISBN 139788531417344

Obra mais conhecida de Jacques Albin Simon Collin de Plancy, o *Dicionário Infernal* apresenta-se como expressão do pensamento romântico na França pós-napoleônica. Collin de Plancy nasceu em 1793, durante o processo revolucionário, e foi profundamente influenciado pela literatura iluminista, expressa no caráter enciclopedista de sua produção, notável ainda no *Dicionário Feudal* e no *Dicionário Crítico de Relíquias*, por exemplo. Collin apresenta-se como um colecionador de informações, vasculhando os arquivos mais diversos para constituir seus catálogos, organizando e sintetizando de forma didática não apenas aquilo que poderia ser considerado útil, mas, igualmente, aquilo que ele avaliava como curioso.

Publicado pela primeira vez em 1818, o *Dicionário Infernal* conheceu uma série de republicações, adquirindo considerável reconhecimento e popularidade. Sua organização racionalizada aos moldes enciclopedistas sugere uma preocupação com facilitar o acesso e a circulação de um conhecimento que traria consigo a possibilidade de desenvolvimento da civilização. Contudo, a essência da obra se contrapõe às expectativas geradas por essa aparência. As informações a que se tem acesso, num mundo prático, não veiculam nenhuma informação que pudesse elevar a humanidade a um novo patamar do conhecimento científico; afinal, trata-se de um compêndio de dados sobre demônios, monstros e criaturas mágicas, feiticeiros e alquimistas, papas heréticos e reformistas, lugares fantásticos e amuletos e assim por diante.

Ora, tivesse sido produzida três séculos antes, obra como essa ganharia talvez lugar de destaque no alfarrábio de algum doutor da Igreja ou de um exorcista ou inquisidor experiente, sendo levada muito a sério como ferramenta para o exercício de seu ofício; entretanto, quando Collin de Plancy produz seu *Dicionário Infernal*, o escopo de intencionalidades e o horizonte de recepção são em tudo distintos. Collin de Plancy não desejava apenas informar seu público, alterado pela maciça difusão do escrito entre as camadas mais baixas da população ao longo dos séculos precedentes, mas também entretê-lo, diverti-lo, espantá-lo e (por que não?) atizar o seu espírito. Collin de Plancy conhecia seu público e sabia que o exótico e o grotesco exerciam forte apelo sobre ele.

Arnold Hauser, em sua *História Social da Arte e da Literatura*, ao tratar do maneirismo, sugere que essa expressão da arte não se limite a designar apenas determinada forma histórica, localizada na transição do Renascimento para o Barroco, mas que seja tomada por característica própria de todo momento de transição artística, em que os espíritos mostram-se atribulados, levando à decadência de um modelo estabelecido e um fascínio pelo grotesco. Nesse sentido, o Mal do Século romântico contém em si os elementos grotescos maneiristas que Collin de Plancy registra de modo eficaz, transitando entre a descrição científica racionalizada e a poesia fantástica que põe a nu o desejo do homem do século XIX de poder apavorar-se com um medo que ele mesmo julga irracional.

A obra de Collin de Plancy é contemporânea do *Frankenstein* de Mary Shelley, de *Carmilla* de Sheridan la Fanu, d'*O Corvo* de Edgar Allan Poe e, é claro, do *Drácula* de Bram Stoker. Mesmo que nenhum leitor do *Dicionário Infernal* acreditasse na existência de nenhuma das criaturas ali descritas, o pulsar do coração ao apagar as últimas velas

FLP22(1)

antes de dormir após ter folheado tais páginas era manifestação do tipo de experiência que se cultivava naquela quadra histórica.

O *Dicionário Infernal*, contudo, não é um romance, mas um catálogo de consulta, o que torna sua leitura bastante livre. Seu leitor pode passear pelos seus 3794 verbetes da forma que melhor lhe apetece, seja enquanto realiza outra leitura de tema adjacente e fica curioso em saber se a personagem Carmilla é mesmo um vampiro, já que ela é capaz de caminhar sob a luz do dia, então ele poderia consultar o verbete “Vampiros”, ou ainda “Upiros”, “Brucolacos” ou até “Vrucolacos”. Assim como qualquer outro dicionário ou enciclopédia, o *Dicionário Infernal* oferece uma experiência em vértice permanente: os verbetes se atraem em uma leitura aberta a um tecer perpetuante de sequências por meio de remissões explícitas ou implícitas bem como por associações livres de ideias geradas em contato com a experiência do leitor.

Nem todos os verbetes fazem remissões explícitas, mas o leitor pretendido original, a quem Collin de Plancy buscou atingir, era um leitor exposto a esse vocabulário exótico na literatura romântica que consumia cotidianamente e, provavelmente por isso, o autor não se preocupou em catalogar minuciosamente a grande carta de sinônimos. Quando o leitor, por exemplo, acessava um termo mais rebuscado ou menos utilizado, como “Licantropia”, descobria, em breves quatro linhas, que a expressão se refere à arte de transformar-se em lobo a partir de uma maldição, mas ia direcionado ao verbete “Lobisomens”, onde podia se alongar, por duas páginas e um quarto, em muitos detalhes sobre como a maldição se processa, como a prevenir ou mesmo como combater um lobisomem que o ameace.

O panteão catalogado por Collin de Plancy mostra-se bastante vasto, mas é dotado de uma predileção especial pelo Oriente, outra característica própria do Romantismo. Os monstros sugadores de sangue das mitologias eslavas, portanto, não são os únicos a projetar suas sobras sobre as páginas da obra. Uma personagem tão fascinante quanto a Baba Yaga recebe uma descrição bastante modesta, limitada a sua aparência física e a uma comparação com outro ser mais conhecido do público, a bruxa Belona, possivelmente porque o mundo exótico que estimulava as mentes dos leitores europeus estivesse mais a Leste, no mundo árabe e islâmico.

Múltiplos gênios perversos, demônios e estudiosos do ocultismo preenchem as páginas do *Dicionário Infernal*. A prática da Cabala como seita exotérica judaica bastante difundida na Europa do XIX fornecia sem dúvida estímulo para o leitor se enveredar por esses conhecimentos mágicos, com destaque para o verbete “Abracadabra”, onde o autor descreve a construção de um amuleto usando dessa palavra cabalística. Aliás, nossos contemporâneos leitores da popular saga de Harry Potter talvez se sentissem mais estimulados a ler esse verbete se soubessem que a terrível maldição da morte “Avada Kedavra” nada mais é que uma construção primitiva do popular “Abracadabra”. Eis, então, que o *Dicionário Infernal* poderia ganhar, atualmente, um novo status de literatura popular diante do grande fenômeno pop dessa literatura jovem que envolve o fantástico da bruxaria, da mitologia e até mesmo as visões adaptadas de anjos e demônios das distopias literárias adolescentes contemporâneas. É, afinal, justamente, captando os medos conhecidos e apresentando os medos desconhecidos que Collin de Plancy trabalha sua obra como um objeto midiático disfarçado de material científico e enciclopédico.

O autor não deixa de explorar também os medos domésticos: aqueles que povoavam o imaginário popular de seus contemporâneos havia muitos séculos e que

se mantinham especialmente presentes nos contos populares narrados às crianças em perpétua variação pelos adultos que agrupavam os pequenos em torno da lareira antes de colocá-los para dormir. Dessas histórias como a do “Judeu Errante” ou do exército furioso guiado por “Hellequim”, figuras pouco conhecidas deste lado do Atlântico, mas que poderiam muito bem fazer par com o nosso “Velho do Saco” que, infelizmente, não se encontra no *Dicionário Infernal*. Não que Collin de Plancy tenha ignorado de todo as criaturas fantásticas do Novo Mundo, como se pode perceber nos verbetes sobre “Tupã” ou sobre a “Caipora”, mas é dos seres fantásticos do Velho Mundo que efetivamente engrossa o caldo de seu mundo fantástico. No mesmo verbete de “Hellequim”, encontramos remissão ao verbete “Hela”, personagem germânica que abre o caminho de remissões e associações mais livres para os mitos nórdicos, como “Odin”, “Loki” ou “Thor”, caracterizados com os mesmos ares demoníacos expressos em outros verbetes.

A demonização das entidades alheias ao cristianismo relaciona-se diretamente à experiência religiosa de Collin de Plancy. Collin era católico. É importante destacar que o título da obra é *Dicionário Infernal*, e não *Dicionário Mítico* ou *Dicionário Fantástico*. O uso da palavra “infernal” no título ganha um grande peso quando levamos em consideração que aquilo que é descrito nos verbetes serve para apresentar sobretudo as entidades do mal, apesar de haver no dicionário uma longa descrição sobre os “Anjos”. Cabe aqui reconhecer que o verbete sobre os “Anjos” toma muito mais espaço descrevendo que tais criaturas fantásticas também são reconhecidas por judeus, islâmicos e zoroastristas e que o próprio Deus teria permitido aos anjos socorrerem judeus ou islâmicos, dando a entender esses mensageiros divinos seriam de usufruto preferencial dos cristãos, a única religião realmente positiva, nessa leitura do católico autor. O mesmo verbete serve para revelar que os demônios que povoam a Terra têm origem nos anjos caídos, derrubados do Paraíso junto com Lúcifer que, obviamente, possui seu verbete também nesse dicionário.

A experiência católica de Collin de Plancy também se expressa quando o autor constrói os verbetes que descrevem as rupturas na trama do cristianismo. No longo verbete sobre “Lutero”, o autor não poupa insinuações que levem o leitor a reconhecer o reformista como um pecador dado a falhas morais como a gula, a luxúria ou a soberba, ou sobre o seu destino após a morte, quando afirma que, ao exumarem seu corpo, do túmulo exalava forte odor de enxofre. Afirmações semelhantes se encontram nos verbetes que se referem a “Calvino” ou a “Alan Kardec”. Todavia, quando aponta personagens ligados à Igreja Católica, como no caso de “Leão III”, o papa pecador mostra-se como alguém que teve sua perversão causada por entidades externas, como judeus cabalistas.

O *Dicionário*, portanto, não trata apenas de criaturas mitológicas das culturas, mas aborda também um conjunto de personagens históricas reais, nem todas ligadas diretamente a um grupo religioso: há uma lista considerável de reis, rainhas e nobres, com evidente destaque para figuras ligadas à história francesa. Da mesma forma que os religiosos, essas personagens, quando não possuíam uma perversão própria que as levava ao caminho do pecado, eram influenciadas pela ação de um agente externo reconhecidamente pervertido. Dentre esses agentes de degeneração moral, o judeu mostra-se bastante recorrente, em especial o judeu cabalista, retratado de forma especialmente negativa. Há, portanto, um veio antissemita que permeia o *Dicionário Infernal*, preconceito social nada mais que esperável na sociedade de Collin de Plancy.

Para Collin de Plancy, não são apenas pessoas que podem ser pervertidas pela ação maléfica dos agentes do mal; as ideias também podem ser pervertidas desde que afastem os homens de uma relação íntima com a divindade. Destaca-se aí o curioso verbete “Comunismo”, que o autor relaciona com a filosofia de Jean-Jacques Rousseau, apresentando-o como um humanismo radical cuja valorização extremada da humanidade tendia a afastar o homem da sua relação com Deus, o que, para ele, significava, necessariamente, aproximar-se do mal. A racionalização da moral em Collin de Plancy é tão radical quanto o humanismo que ele acusa em Rousseau.

O posicionamento social e religioso do autor, entretanto, não o colocou nas graças da Igreja Católica, mas, ao contrário, o fato de ter produzido uma obra desse tipo o tornou mal quisto entre os grupos mais conservadores tanto das camadas eclesásticas como entre os leigos. Produzir um catálogo das forças infernais podia ser entendido como uma propaganda da perversão e de encaminhamento de mentes mais sugestionáveis às práticas do mau caminho. O *Dicionário Infernal*, apesar de sua popularidade, ou talvez por causa dela, tornou-se, em sua época, objeto de debate, censura e desejo, pois conseguiu condensar em si, ao mesmo tempo, a racionalização científica do conhecimento com a fantasia sedutora da arte, o fascínio pelo exótico exuberante do Oriente com o grotesco monstruoso daquilo que se opõe à realidade cotidiana.

Esta obra mostra-se, portanto, como o espelho de uma sociedade em conflito maneirista: se valoriza a razão iluminista, o humanismo e o individualismo que reconhece a aptidão de qualquer indivíduo para atingir a verdade pela participação no esforço coletivo da investigação, produz organicamente sua própria contradição, ao reconhecer que os frutos do avanço social e científico produzido tiveram como reflexos revoluções sangrentas e impérios opressores que esmagaram os espíritos. Nada mais exemplar para explicitar o conflito que o monstro. O monstro é a imagem deformada de nós mesmos. Não aquilo que somos, mas aquilo que nossas potencialidades nos permitem vir a ser, e isso nos assusta. A criatura maléfica não está escondida nas sombras sob a cama, mas dentro de cada indivíduo, pois, se até mesmo o papa, escolhido por Deus como seu representante entre os homens, pode ser pervertido pelos agentes do caos, o que resta a nós? É costurando essas ideias que o *Dicionário Infernal* de Collin de Plancy se mostra como uma fonte complexa: um tratado científico, uma obra de arte, uma fonte de entretenimento, um guia de curiosos – expressão e ingrediente da mentalidade de uma época.

Marcelo Modolo*
Universidade de São Paulo

Fábio Garcia Dias**
Rede Escolar Sesi

* Professor Doutor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – nível 2 (processo número 308793/2019-6); modolo@usp.br

** Professor da Rede Escolar Sesi, São Caetano do Sul, SP, Brasil, e mestrando em Filologia e Língua Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; fabiogdias@gmail.com